

Relatório Anual do Secretário-Geral

2010



Organização dos
Estados Americanos

ÍNDICE

I. ASSEMBLÉIA GERAL E CONSELHOS	1
1.1 ASSEMBLÉIA GERAL	1
1.2 CONSELHO PERMANENTE	9
1.3 CONSELHO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL	14
II. SECRETARIA-GERAL.....	16
2.1 GABINETE DO SECRETÁRIO-GERAL.....	16
2.1.1 Escritório do Chefe de Gabinete do Secretário-Geral	16
2.1.1.1 Departamento de Assessoramento Jurídico	16
2.1.1.2 Escritório do Cerimonial.....	18
2.1.2 Secretaria de Cúpulas	20
2.2 GABINETE DO SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO.....	22
2.2.1 Escritório do Chefe de Gabinete do Secretário-Geral Adjunto	23
2.2.2 Departamento de Gestão de Conferências e Reuniões	23
2.2.3 Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros.....	25
2.2.4 A Biblioteca Colombo.....	25
2.2.5 Comissão Interamericana de Portos (CIP)	27
2.3 SECRETARIA DE ASSUNTOS POLÍTICOS	29
2.3.1 Departamento de Cooperação e Observação Eleitoral (DCOE).....	29
2.3.2 Departamento de Sustentabilidade Democrática e Missões Especiais (DSDME)	30
2.3.3 Departamento de Modernização do Estado e Governabilidade (DMEG).....	32
2.4 SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL	34
2.4.1 Departamento de Desenvolvimento Humano, Educação e Cultura (DDHEC)	34
2.4.2 Departamento de Desenvolvimento Econômico, Comércio e Turismo (DDECT)	36
2.4.3 Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DDS)	39
2.4.4 Departamento de Desenvolvimento Social e Emprego (DDSE).....	41
2.5 SECRETARIA DE SEGURANÇA MULTIDIMENSIONAL	43
2.5.1 Escritório Executivo do Secretário de Segurança Multidimensional (SSM)	43
2.5.2 Secretaria Executiva da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD).....	45
2.5.3 Secretaria do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE)	46
2.5.4 Departamento de Segurança Pública (DSP).....	47
2.6 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	50
2.6.1 Departamento de Serviços de Gestão Financeira e Administrativa (DGFA).....	50
2.6.2 Departamento de Recursos Humanos.....	53
2.6.3 Departamento de Serviços de Informação e Tecnologia.....	54
2.6.4 Departamento de Planejamento e Avaliação.....	55
2.6.5 Escritório de Serviços de Compras (OPS)	56
2.6.6 Escritório de Serviços Gerais	58

2.7 SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS	61
2.7.1 Departamento de Direito Internacional	62
2.7.2 Departamento de Cooperação Jurídica (DCJ)	63
2.7.3 Departamento de Programas Jurídicos Especiais	64
2.8 SECRETARIA DE RELAÇÕES EXTERNAS	66
2.8.1 Departamento de Imprensa.....	66
2.8.2 Departamento de Assuntos Internacionais (DAI).....	68
2.8.3 Departamento de Assuntos Culturais	70
2.8.4 Departamento de Comunicação Estratégica e Imagem (DSC).....	72
III. ENTIDADES E ORGANISMOS AUTÔNOMOS E DESCENTRALIZADOS	75
3.1 CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS	75
3.2 COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH).....	78
3.3 TRIBUNAL ADMINISTRATIVO	82
3.4 INSTITUTO INTERAMERICANO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (IIN)	83
3.5 COMISSÃO INTERAMERICANA DE MULHERES (CIM).....	86
3.6 COMISSÃO INTERAMERICANA DE TELECOMUNICAÇÕES	88
3.7 ESCRITÓRIO DO INSPETOR-GERAL.....	90
3.8 JUNTA DE AUDITORES EXTERNOS	91
IV. ENTIDADES E ORGANISMOS ESPECIALIZADOS	93
4.1 JUNTA INTERAMERICANA DE DEFESA	93
4.2 INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA	95
4.3 A COMISSÃO JURÍDICA INTERAMERICANA	99
4.4 FUNDAÇÃO PAN-AMERICANA DE DESENVOLVIMENTO	101
4.5 ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE	104
4.6 INSTITUTO PAN-AMERICANO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA (IPGH).....	106
V. ATIVIDADES DO SECRETÁRIO-GERAL E DO SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO FORA DA SEDE.....	108
5.1 ATIVIDADES DO SECRETÁRIO-GERAL FORA DA SEDE.....	108
5.2 ATIVIDADES DO SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO FORA DA SEDE.....	111
ANEXOS.....	113
ANEXO A: ORGANIGRAMA	113
ANEXO B: PROGRAMAS DE BOLSAS DE ESTUDO E TREINAMENTO	114
ANEXO C: DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DA OEA	117

I. ASSEMBLÉIA GERAL E CONSELHOS

1.1 ASSEMBLÉIA GERAL

A Assembléia Geral é o órgão supremo da Organização dos Estados Americanos e é constituída pelas delegações de todos os Estados membros, que têm o direito de fazer-se representar e de votar. A definição dos mecanismos, políticas, ações e mandatos da Organização originou-se na Assembléia Geral. As suas atribuições estão definidas no Capítulo IX da Carta cujo artigo 57 determina que a Assembléia reunir-se-á anualmente na época que determinar o regulamento e em sede escolhida consoante o princípio do rodízio. Em circunstâncias especiais e com a aprovação de dois terços dos Estados membros, o Conselho Permanente poderá convocar um período extraordinário de sessões da Assembléia Geral. Todos os Estados membros têm o direito a fazer-se representar na Assembléia e a emitir um voto.

▪ **Quadragesimo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral**

O Quadragesimo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral foi realizado de 6 a 8 de junho de 2010, em Lima, Peru. A Assembléia aprovou três declarações e 86 resoluções. Os resultados da Assembléia Geral foram publicados no documento Atas e Documentos (OEA/Ser.P/XL-O.2) que se divide em dois volumes: O Volume I, que contém os textos oficiais das declarações e resoluções aprovadas, e o Volume II, que contém as atas textuais das sessões plenárias, as atas resumidas da Comissão Geral e outros documentos relativos a esse período de sessões.

A Assembléia adotou importantes decisões relacionadas com temas como paz, segurança hemisférica e cooperação; democracia; direitos humanos; liberdade de expressão; desenvolvimento jurídico; desenvolvimento social; terrorismo; corrupção; sociedade civil; remoção de minas antipessoal; combate à fabricação e ao tráfico ilícito de armas; cooperação para o tratamento das quadrilhas criminosas; controle do abuso de drogas; desastres naturais; comércio; turismo; bolsas de estudo; deficiência; assuntos da mulher; infância; e povos indígenas. Além disso, a Assembléia aprovou resoluções relativas a temas que estão a cargo dos órgãos, organismos e entidades da Organização, assim como resoluções sobre temas referentes à administração da Secretaria-Geral.

Declarações adotadas:

AG/DEC. 63 (XL-O/10)	Declaração de Lima: Paz, segurança e cooperação nas Américas
AG/DEC. 64 (XL-O/10)	Solidariedade com a Guatemala, El Salvador e Honduras em virtude dos recentes desastres naturais
AG/DEC. 65 (XL-O/10)	Declaração sobre a questão das Ilhas Malvinas

As seguintes resoluções foram aprovadas:

AG/RES. 2531 (XL-O/10)	A situação em Honduras
AG/RES. 2532 (XL-O/10)	Acompanhamento da Conferência Especial sobre Segurança
AG/RES. 2533 (XL-O/10)	Desarmamento e não-proliferação no Hemisfério
AG/RES. 2534 (XL-O/10)	Apoio à implementação no âmbito hemisférico da Resolução 1540 (2004) do Conselho de Segurança das Nações Unidas
AG/RES. 2535 (XL-O/10)	Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos
AG/RES. 2536 (XL-O/10)	Apoio ao trabalho do Comitê Interamericano contra o Terrorismo
AG/RES. 2537 (XL-O/10)	Observações e recomendações sobre o Relatório Anual da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas
AG/RES. 2538 (XL-O/10)	Mecanismo de Avaliação Multilateral da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas
AG/RES. 2539 (XL-O/10)	Modificações ao Regulamento Modelo da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas sobre delitos de lavagem de ativos relacionados com o tráfico ilícito de drogas e outros delitos graves
AG/RES. 2540 (XL-O/10)	Acompanhamento das Reuniões de Ministros em Matéria de Segurança Pública das Américas
AG/RES. 2541 (XL-O/10)	Estratégia Regional de Promoção da Cooperação Interamericana para o Tratamento das Quadrilhas Criminosas
AG/RES. 2542 (XL-O/10)	Carta Social das Américas: Renovação do Compromisso Hemisférico de Combate à Pobreza na Região
AG/RES. 2543 (XL-O/10)	Execução do Plano de Ação Hemisférico contra a Criminalidade Organizada Transnacional e Fortalecimento da Cooperação Hemisférica
AG/RES. 2544 (XL-O/10)	Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, "Convenção de Belém do Pará"

AG/RES. 2545 (XL-O/10)	Promoção da cooperação para o desenvolvimento e divulgação das tecnologias da informação e das comunicações nas Américas pela Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL)
AG/RES. 2546 (XL-O/10)	Emendas ao Estatuto e ao Regulamento da Comissão Interamericana de Telecomunicações
AG/RES. 2547 (XL-O/10)	Liberdade de comércio e investimento no Hemisfério
AG/RES. 2548 (XL-O/10)	Prevenção e erradicação da exploração sexual comercial, do tráfico ilícito e do comércio de crianças e adolescentes
AG/RES. 2549 (XL-O/10)	Proteção ao consumidor: Rede Consumo Seguro e Saúde nas Américas
AG/RES. 2550 (XL-O/10)	Reconhecimento do Ano Internacional dos Afrodescendentes
AG/RES. 2551 (XL-O/10)	Plano de Trabalho contra o Tráfico de Pessoas no Hemisfério Ocidental
AG/RES. 2552 (XL-O/10)	Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais
AG/RES. 2553 (XL-O/10)	Estabelecimento de prioridades para a juventude das Américas
AG/RES. 2554 (XL-O/10)	Promoção da responsabilidade social das empresas no Hemisfério
AG/RES. 2555 (XL-O/10)	Promoção e fortalecimento da democracia: Acompanhamento da Carta Democrática Interamericana
AG/RES. 2556 (XL-O/10)	Estratégia Hemisférica sobre Drogas e elaboração de seu Plano de Ação
AG/RES. 2557 (XL-O/10)	Contribuição para o processo de reconstrução do Haiti após o terremoto devastador de 12 de janeiro de 2010
AG/RES. 2558 (XL-O/10)	Coordenação do voluntariado no Hemisfério para a resposta aos desastres naturais e a luta contra a fome e a pobreza - Iniciativa Capacetes Brancos
AG/RES. 2559 (XL-O/10)	As Américas como Zona Livre de Minas Terrestres Antipessoal
AG/RES. 2560 (XL-O/10)	Fortalecimento da Comissão Interamericana de Mulheres

AG/RES. 2561 (XL-O/10)	Promoção dos direitos humanos da mulher e da equidade e igualdade de gênero
AG/RES. 2562 (XL-O/10)	Direitos humanos e idosos
AG/RES. 2563 (XL-O/10)	Apoio e acompanhamento do Processo de Cúpulas das Américas
AG/RES. 2564 (XL-O/10)	Acompanhamento e execução dos mandatos constantes da Declaração de Compromisso de Port of Spain, aprovada na Quinta Cúpula das Américas
AG/RES. 2565 (XL-O/10)	Projeto de Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas
AG/RES. 2566 (XL-O/10)	Continuação da participação no Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral dos Estados membros que não ratificaram o Protocolo de Manágua
AG/RES. 2567 (XL-O/10)	Relatório da Reunião Especializada do CIDI de Altas Autoridades de Cooperação
AG/RES. 2568 (XL-O/10)	Segunda Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Social no Âmbito do CIDI
AG/RES. 2569 (XL-O/10)	Erradicação do analfabetismo e luta contra as doenças que afetam o desenvolvimento integral
AG/RES. 2570 (XL-O/10)	Quinta Reunião Interamericana de Ministros e Máximas Autoridades de Cultura no Âmbito do CIDI
AG/RES. 2571 (XL-O/10)	Programa Interamericano sobre Educação em Valores e Práticas Democráticas
AG/RES. 2572 (XL-O/10)	Segunda Reunião Interamericana de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Sustentável no Âmbito do CIDI
AG/RES. 2573 (XL-O/10)	Apoio às atividades da Junta Interamericana de Defesa
AG/RES. 2574 (XL-O/10)	Cooperação hemisférica contra o crime de seqüestro e apoio às vítimas
AG/RES. 2575 (XL-O/10)	Promoção e respeito do Direito Internacional Humanitário

AG/RES. 2576 (XL-O/10)	Acompanhamento da Convenção Interamericana contra a Corrupção e do Programa Interamericano de Cooperação para Combater a Corrupção
AG/RES. 2577 (XL-O/10)	Promoção do Tribunal Penal Internacional
AG/RES. 2578 (XL-O/10)	Deslocados internos
AG/RES. 2579 (XL-O/10)	Defensoras e defensores de direitos humanos: Apoio às tarefas realizadas pelas pessoas, grupos e organizações da sociedade civil para a promoção e proteção dos direitos humanos nas Américas
AG/RES. 2580 (XL-O/10)	A proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais no combate ao terrorismo
AG/RES. 2581 (XL-O/10)	Reunião de Ministros da Justiça ou de Outros Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas
AG/RES. 2582 (XL-O/10)	Protocolo de San Salvador: composição e funcionamento do Grupo de Trabalho Encarregado de Analisar os Relatórios Periódicos dos Estados Partes
AG/RES. 2583 (XL-O/10)	Prorrogação da vigência do Plano Estratégico de Cooperação Solidária para o Desenvolvimento Integral
AG/RES. 2584 (XL-O/10)	Relatório da Décima Sexta Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho
AG/RES. 2585 (XL-O/10)	Relatório da Sexta Reunião da Comissão Interamericana de Portos: “Declaração do Panamá sobre Diretrizes para a Proteção Ambiental Portuária”
AG/RES. 2586 (XL-O/10)	Rede Interamericana de Competitividade
AG/RES. 2587 (XL-O/10)	Observações e recomendações sobre o Relatório Anual da Corte Interamericana de Direitos Humanos
AG/RES. 2588 (XL-O/10)	A mudança climática nos países do Hemisfério
AG/RES. 2589 (XL-O/10)	Relatório da Sexta Reunião Interamericana de Ministros da Educação no Âmbito do CIDI
AG/RES. 2590 (XL-O/10)	Programa Interamericano para o Desenvolvimento do Direito Internacional
AG/RES. 2591 (XL-O/10)	Importância da cooperação na área do turismo nas Américas

AG/RES. 2592 (XL-O/10)	Estudo sobre os direitos e o atendimento das pessoas submetidas a qualquer forma de detenção e reclusão
AG/RES. 2593 (XL-O/10)	Direitos humanos de todos os trabalhadores migrantes e de suas famílias
AG/RES. 2594 (XL-O/10)	As pessoas desaparecidas e a assistência a seus familiares
AG/RES. 2595 (XL-O/10)	Direito à verdade
AG/RES. 2596 (XL-O/10)	Apoio à Comissão para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência
AG/RES. 2597 (XL-O/10)	Proteção dos solicitantes da condição de refugiado e dos refugiados nas Américas
AG/RES. 2598 (XL-O/10)	Programa de Ação para a Década das Américas pelos Direitos e pela Dignidade das Pessoas com Deficiência 2006-2016 e apoio à sua Secretaria Técnica (SEDISCAP)
AG/RES. 2599 (XL-O/10),	Prevenção e redução da apatridia e proteção das pessoas apátridas nas Américas"
AG/RES. 2600 (XL-O/10)	Direitos humanos, orientação sexual e identidade de gênero
AG/RES. 2601 (XL-O/10)	Observações e recomendações sobre o Relatório Anual da Comissão Interamericana de Direitos Humanos
AG/RES. 2602 (XL-O/10),	Acompanhamento do Programa Interamericano para o Registro Civil Universal e o "Direito à Identidade"
AG/RES. 2603 (XL-O/10)	Fortalecimento das atividades do Centro de Estudos da Justiça das Américas
AG/RES. 2604 (XL-O/10),	A educação em direitos humanos na educação formal nas Américas
AG/RES. 2605 (XL-O/10)	Fortalecimento dos sistemas de Direitos Humanos em cumprimento dos mandatos emanados das Cúpulas das Américas
AG/RES. 2606 (XL-O/10),	Projeto de Convenção Interamericana contra o Racismo e Toda Forma de Discriminação e Intolerância
AG/RES. 2607 (XL-O/10)	Lei Modelo Interamericana sobre o Acesso à Informação Pública

AG/RES. 2608 (XL-O/10)	Populações migrantes e fluxos de migração nas Américas
AG/RES. 2609 (XL-O/10)	Prorrogação do mandato do Grupo de Trabalho da CEPCIDI para o Fortalecimento do CIDI e seus Órgãos
AG/RES. 2610 (XL-O/10)	Mecanismos existentes sobre prevenção e resposta aos desastres e assistência humanitária entre os Estados membros
AG/RES. 2611 (XL-O/10)	Observações e recomendações ao Relatório Anual da Comissão Jurídica Interamericana
AG/RES. 2612 (XL-O/10)	Aumento e fortalecimento da participação da sociedade civil e dos atores sociais nas atividades da Organização dos Estados Americanos e no Processo de Cúpulas das Américas
AG/RES. 2613 (XL-O/10)	Financiamento do orçamento-programa da Organização 2011
AG/RES. 2614 (XL-O/10)	Sede e data do Quadragésimo Primeiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral
AG/RES. 2615 (XL-O/10)	Sede e data do Quadragésimo Segundo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral
AG/RES. 2616 (XL-O/10)	Voto de agradecimento ao povo e ao Governo do Peru

▪ **Trigésimo Nono Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral**

O Trigésimo Nono Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral foi realizado em 24 de março de 2010, na sede da Organização com o propósito de eleger o Secretário-Geral e o Secretário-Geral Adjunto da Organização dos Estados Americanos.

▪ **Quadragésimo Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral**

O Quadragésimo Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral foi realizado em 30 de setembro de 2010, na sede da Organização, a fim de aprovar o orçamento-programa do Fundo Regular da Organização para 2011 e fixar cotas e contribuições para o FEMCIDI 2010.

A seguinte resolução foi aprovada:

AG/RES. 1 (XL-E/10) corr. 1, “Orçamento-Programa do Fundo Ordinário da Organização para 2011 e para o FEMCIDI”

- **Vigésima Sexta Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores**

Em 7 de dezembro de 2010, foi realizada na sede da Organização a Vigésima Sexta Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, a fim de considerar o relatório verbal do Secretário-Geral e a situação na fronteira de Costa Rica e Nicarágua, bem como de acordar as medidas a serem adotadas.

A Reunião de Consulta adotou a resolução RC.26/doc.8/10 rev. 1, mediante a qual, como medida de fortalecimento da confiança, faz-se um apelo às partes para executar, de maneira simultânea e sem dilação, as recomendações adotadas mediante a resolução do Conselho Permanente, “Situação na fronteira entre Costa Rica e Nicarágua”, CP/RES. 978 (1777/10), que foi aprovada em 12 de novembro de 2010.

1.2 CONSELHO PERMANENTE

O Conselho Permanente é um dos órgãos mediante os quais a Organização concretiza seus fins (Art. 53 da Carta). O Conselho está diretamente subordinado à Assembléia Geral e compõe-se de um representante de cada Estado membro, nomeado especialmente pelo respectivo governo, com a categoria de embaixador e cuja função e atribuição estão definidas no Capítulo XII da Carta. O Conselho Permanente toma conhecimento sobre qualquer assunto de que o encarregue a Assembléia Geral ou a Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores. Atua provisoriamente como Órgão de Consulta de acordo com o estabelecido no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). Vela pelas relações de amizade entre os Estados membros e os auxilia na solução pacífica de controvérsias. Além disso, intervém como Comissão Preparatória da Assembléia Geral, exceto se a Assembléia decidir o contrário.

▪ **Presidências e Vice-Presidências**

A Presidência é exercida sucessivamente pelos representantes, na ordem alfabética dos nomes em espanhol de seus respectivos países, e a Vice-Presidência, de modo idêntico, sendo seguida a ordem alfabética inversa. Os mandatos são exercidos pelo período de três meses e começam automaticamente no primeiro mês de cada trimestre.

Abaixo encontram-se designadas as autoridades do Conselho Permanente em 2010:

Janeiro a março de 2010:

Presidente: Embaixador José Enrique Castillo, Representante Permanente da Costa Rica; Vice-Presidente: Embaixadora Gillian Bristol, Representante Permanente de Grenada.

Abril a junho de 2010:

Presidente: Embaixadora Carmen Lomellin, Representante Permanente dos Estados Unidos; Vice-Presidente: Embaixador Joaquín Maza, Representante Permanente de El Salvador.

Julho a setembro de 2010:

Presidente: Embaixadora María Isabel Salvador, Representante Permanente do Equador; Vice-Presidente: Embaixador Joaquín Maza, Representante Permanente de El Salvador.

Outubro a dezembro de 2010:

Presidente: Embaixador Joaquín Maza, Representante Permanente de El Salvador; Vice-Presidente: Embaixadora María Isabel Salvador, Representante Permanente do Equador.

▪ **Exposições:**

No período abrangido por este relatório, o Secretário-Geral e o Secretário-Geral Adjunto se dirigiram ao Conselho Permanente em várias ocasiões, a fim de informar sobre diversos assuntos de interesse do Conselho. Entre outros temas, abordaram a situação no Haiti após o terremoto de 12 de janeiro de 2010, assim como a evolução do cenário político e os processos eleitorais no país. Além disso, informaram sobre as diferentes atividades realizadas nos países da região, bem como sobre outros eventos, como a crise no Equador em 30 de setembro e a disputa fronteiriça

entre Costa Rica e Nicarágua, sobre a qual se pronunciou a Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, em 7 de dezembro de 2010. O Conselho Permanente recebeu os respectivos relatórios sobre as missões de observação eleitoral realizadas pela Secretaria-Geral em São Vicente e Granadinas, Bolívia, Dominica, San Kitts e Nevis, Costa Rica, Colômbia, República Dominicana e Suriname. A Secretaria-Geral apresentou também um relatório sobre a sua participação na observação eleitoral realizada no Togo, no âmbito do acordo alcançado com a União Africana.

▪ **Visitas ao Conselho Permanente**

O Conselho recebeu várias personalidades das Américas em sessões solenes, entre elas, Álvaro Colom, Presidente da República da Guatemala, e Kamla Persad-Bissessar, Primeira-Ministra da República de Trinidad e Tobago. Recebeu também Aurelio Pastor, Ministro da Justiça do Peru; Juan Carlos Varela, Vice-Presidente da República do Panamá e Ministro das Relações Exteriores; Thérèse Marie Michèle Rey, Ministra das Relações Exteriores do Haiti; José Antonio García Belaúnde, Ministro das Relações Exteriores do Peru; Hugo Martínez, Ministro das Relações Exteriores de El Salvador; Peter Kent, Ministro das Relações Exteriores do Canadá; René Castro, Ministro das Relações Exteriores da Costa Rica; Leonardo Garnier, Ministro da Educação da Costa Rica; e Nardi Suxo Iturry, Ministra da Transparência Institucional e Combate à Corrupção da Bolívia. A Infanta da Espanha, Dona Cristina de Borbón y Grecia, Duquesa de Palma, e Don Iñaki Urdangarín, Duque de Palma, também visitaram o Conselho; assim como, Percival J. Patterson, Representante Especial dos Chefes de Governo da CARICOM para o Haiti; Jeffrey D. Sachs, Diretor do Instituto Terra e Assessor Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas; Edmond Mulet, Chefe da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH); Frank J. Pearl, Alto Conselheiro para a Paz da República da Colômbia; Boni Soares, Coordenador-Geral de Cooperação Jurídica Internacional do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça do Brasil; e Rogério Ghesti, Chefe de Gabinete e Assessor Internacional da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça do Brasil.

Em suas reuniões, o Conselho Permanente contou com a presença de representantes de organizações internacionais e interamericanas, como a União Africana (UA); o Fundo de População das Nações Unidas (FPNU); a Corte Interamericana de Direitos Humanos; a Comissão Interamericana de Direitos Humanos; o Escritório em Washington da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL); a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH); o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Além disso, foram realizadas exposições por parte de organizações da sociedade civil e de renomados acadêmicos.

▪ **Declarações e resoluções**

Em 2010, o Conselho Permanente aprovou quatro declarações e quatorze resoluções cujos textos estão disponíveis em sua íntegra no seguinte endereço eletrônico:

<http://www.oas.org/consejo/resolutions/resolutions2010.asp>

- CP/RES. 980 (1782/10) Política de ambiente sem fumo na sede da Organização dos Estados Americanos (aprovada na sessão realizada em 23 de novembro de 2010)
- CP/RES. 979 (1780/10) Convocação da Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores para conhecer da “Situação na fronteira entre Costa Rica e Nicarágua” (aprovada na sessão realizada em 18 de novembro de 2010)
- CP/RES. 978 (1777/10) Situação na fronteira entre Costa Rica e Nicarágua (aprovada na sessão realizada em 12 de novembro de 2010)
- CP/DEC. 47 (1775/10) Declaração do Conselho Permanente pelo falecimento de Néstor Carlos Kirchner, ex-Presidente da República Argentina (aprovada na sessão realizada em 27 de outubro de 2010)
- CP/DEC. 46 (1775/10) Declaração do Conselho Permanente sobre o Falecimento do Primeiro-Ministro de Barbados, Sua Excelência David John Howard Thompson, Q.C., M.P. (aprovada na sessão realizada em 27 de outubro de 2010)
- CP/RES.977(1772/10) corr. 1 Situação na República do Equador [apresentada pelas Delegações de Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, CARICOM, Colômbia, Costa Rica, Chile, El Salvador, Estados Unidos, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela (aprovada na sessão extraordinária realizada em 30 de setembro de 2010)]
- CP/RES. 976 (1770/10) Quarta Reunião do Fórum sobre Medidas de Fortalecimento da Confiança e da Segurança (aprovada na sessão realizada em 29 de setembro de 2010)
- CP/RES. 975 (1768/10) Concessão ao Principado de Mônaco da Condição de Observador Permanente junto à Organização dos Estados Americanos (aprovada na sessão realizada em 15 de setembro de 2010)
- CP/RES. 974 (1768/10) Primeira Reunião Técnica da Rede de Cooperação Jurídica em matéria de Direito de Família e da Infância no âmbito das Reuniões de Ministros da Justiça ou de Outros Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas (REMJA) (aprovada na sessão realizada em 15 de setembro de 2010)
- CP/RES. 973 (1761/10) Data do Terceiro Encontro Interamericano de Peritos e Representantes de Organismos Eleitorais (aprovada na sessão realizada em 7 de julho de 2010)

CP/RES. 972 (1761/10)	Regulamento para o Funcionamento do Fundo Específico para o Grupo de Trabalho Encarregado de Analisar os Relatórios Periódicos dos Estados Partes no Protocolo de San Salvador (aprovada na sessão realizada em 7 de julho de 2010)
CP/RES. 971 (1751/10)	Modificação da resolução CP/RES. 965 (1733/09), "Modelos a serem usados pelo Conselho Permanente para as resoluções submetidas à consideração da Assembléia Geral" (aprovada na sessão realizada em 28 de abril de 2010)
CP/RES. 970 (1751/10)	Convites para o Quadragésimo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral (aprovada na sessão realizada em 28 de abril de 2010)
CP/DEC. 45 (1742/10)	Apoio ao povo e ao Governo do Chile após os efeitos do devastador terremoto ocorrido em 27 de fevereiro de 2010 (aprovada na sessão realizada em 3 de março de 2010)
CP/RES. 969 (1742/10)	Convites para o Trigésimo Nono Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral (aprovada na sessão realizada em 3 de março de 2010)
CP/RES. 968 (1742/10)	Calendário para a consideração e aprovação do orçamento-programa de 2011 (aprovada na sessão realizada em 3 de março de 2010)
CP/DEC.44 (1740/10) corr.1	Apoio ao povo e ao Governo do Haiti após o terremoto de 12 de janeiro (aprovada na sessão realizada em 17 de fevereiro de 2010)
CP/RES. 967(1738/10)	Convocação do Trigésimo Nono Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral para a eleição do Secretário-Geral e do Secretário-Geral Adjunto da Organização dos Estados Americanos (aprovada na sessão realizada em 3 de fevereiro de 2010)

Ao longo do ano, o Conselho e seus órgãos subsidiários realizaram as seguintes sessões de caráter formal e informal:

Conselho Permanente:	
- Sessões ordinárias:	25
- Sessões extraordinárias:	17
- Sessões solenes:	5
- Sessões conjuntas:	5

Comissão Geral:	8
-----------------	---

Comissão de Assuntos Administrativos e Orçamentários (CAAP):	11
Grupo de Trabalho sobre a Revisão dos Programas da OEA:	11
Grupo de Trabalho Encarregado de Preparar o Projeto de Resolução sobre o Orçamento-Programa 2011:	6
Grupo de Trabalho Encarregado de Revisar a Proposta do Orçamento-Programa 2011:	11
Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos (CAJP):	32
Sessões especiais da CAJP:	5
Grupo de Trabalho sobre Racismo:	2
Grupo de Trabalho sobre Indígenas:	6
Comissão sobre Segurança Multidimensional (CSH):	31
Grupo de Trabalho Encarregado de Elaborar uma Estratégia Regional de Promoção da Cooperação Interamericana para o Tratamento das Quadrilhas Criminosas	7
Grupo de Trabalho Informal para Considerar o tema Junta Interamericana de Defesa:	3
Comissão sobre Gestão de Cúpulas Interamericanas e Participação da Sociedade Civil nas Atividades da OEA (CISC):	9
Comissão Especial sobre Assuntos de Migração (CEAM)	9
Grupo de Trabalho Conjunto do Conselho Permanente e da CEPCIDI sobre o Projeto de Carta Social das Américas:	14
Grupo de Trabalho Conjunto do Conselho Permanente e da CEPCIDI sobre os Mecanismos Existentes para a Prevenção e Assistência em Casos de Desastre e a Assistência Humanitária:	9
TOTAL	226

No período abrangido por este relatório deu-se continuidade aos esforços destinados a fortalecer a capacidade instalada a fim de processar os seguintes documentos oficiais (serviços de transcrição, revisão e edição):

- Os volumes das atas e dos documentos do Quadragésimo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, do Trigésimo Nono Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral, do Quadragésimo Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral, e da Vigésima Sexta Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores;
- As atas das sessões da Comissão Preparatória da Assembléia Geral;
- A transcrição de 109 atas *verbatim*, a edição de 74 e a revisão de 63;

Foram apresentadas e aprovadas pelo Conselho Permanente 56 atas de sessões ordinárias, extraordinárias e solenes, assim como de sessões conjuntas realizadas com a Comissão Executiva Permanente do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral.

1.3 CONSELHO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL

O Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI) é um órgão da Organização diretamente subordinado à Assembléia Geral, com capacidade decisória em matéria de cooperação solidária para o desenvolvimento integral, e instituído com a entrada em vigor do Protocolo de Manágua (Capítulo XIII), em 29 de janeiro de 1996. O CIDI conta com os seguintes órgãos independentes: a Comissão Executiva Permanente (CEPCIDI), a Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD), as Comissões Especializadas Não-Permanentes (CENPES) e as comissões interamericanas.

Além da sessão ordinária, o CIDI realizou a Segunda Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Social (Cáli, Colômbia, 8 e 9 de julho de 2010), cujo lema foi “Fortalecimento e Sustentabilidade dos Sistemas de Proteção Social”, aprovou o “Comunicado de Cáli” que, além de definir as diretrizes de trabalho da Comissão Interamericana de Desenvolvimento Social para o período 2010-2012, determinou a necessidade de continuar a reflexão sobre os desafios intersetoriais e seguir trabalhando para o fortalecimento da Rede Interamericana de Proteção Social, como mecanismo de cooperação hemisférica em matéria de combate à pobreza e à iniquidade.

A Segunda Reunião Interamericana de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Sustentável (São Domingos, República Dominicana, 17 a 19 de novembro de 2010) aprovou a Declaração de São Domingos para o Desenvolvimento Sustentável das Américas, que inclui uma série de iniciativas de ação, estende a vigência do Programa Interamericano de Desenvolvimento Sustentável (PIDS) para o período 2010-2014, e solicita à Comissão Interamericana de Desenvolvimento Sustentável (CIDS) que, com base nas avaliações dos Estados membros, o revise e atualize.

A Sexta Reunião da Comissão Interamericana de Portos (Cidade do Panamá, 21 a 24 de março de 2010) aprovou a Declaração do Panamá sobre Diretrizes para a Proteção Ambiental Portuária, 18 resoluções e avaliou os dois primeiros anos do Plano de Ação da CIP 2008-2011. A Declaração do Panamá reconhece, entre outros temas, a necessidade de intensificar os esforços destinados a elaborar e aplicar programas de ação nos âmbitos local, nacional e regional para a proteção ambiental em atividades portuárias, bem como reafirma a vigência e importância das medidas de proteção ambiental na atividade portuária e a necessidade de incorporar estas medidas nas esferas pública e privada.

As áreas de cultura, desenvolvimento social, ciência e tecnologia, educação e trabalho continuarão implementando os seus programas com a orientação de suas autoridades e o apoio da SEDI.

A Comissão Executiva Permanente do CIDI (CEPCIDI) concentrou suas tarefas no fortalecimento do CIDI, tendo progredido no fortalecimento do Fundo Especial Multilateral do CIDI (FEMCIDI) e aprovado uma nova estrutura para as áreas educação, cultura, e ciência e tecnologia. O novo FEMCIDI busca assegurar um vínculo entre as prioridades estabelecidas pelas instâncias políticas e as atividades do Fundo; financiar atividades em nível hemisférico,

regional ou subregional, com a possibilidade de haver componentes nacionais que respondam a circunstâncias particulares de um país; multiplicar as contribuições com fundos externos; garantir um impacto concreto, visível e mensurável; e incentivar a transferência de experiências e práticas bem-sucedidas por meio de diversas modalidades de cooperação.

Dois Grupos de Trabalho Conjuntos se reuniram com o Conselho Permanente, um deles sobre o projeto de Carta Social das Américas e o outro sobre os atuais mecanismos de prevenção, atenção a desastres e assistência humanitária entre os Estados membros.

A Junta Diretora da AICD aprovou a programação do FEMCIDI 2010, que se resume ao seguinte:

Projetos aprovados em abril de 2010		
Conta setorial	Número de projetos	Montantes (em US\$)
Educação	19	1.397.605
Desenvolvimento social	12	557.987,25
Desenvolvimento sustentável	18	1.119.786
Ciência e tecnologia	10	848.000
Comércio	3	288.105
Cultura	3	132.500
Democracia	5	307.429
Turismo	8	415.365
Desenvolvimento integral	0	0
TOTAL	79	5.066.777,25

Todos os projetos da Programação FEMCIDI 2010 serão concluídos em junho de 2011. A programação subsequente irá considerar projetos com base na nova estrutura do FEMCIDI.

II. SECRETARIA-GERAL

O Capítulo XVI da Carta dispõe sobre as atribuições e funções da Secretaria-Geral, órgão central e permanente da OEA sediado em Washington, D.C. O Secretário-Geral, eleito pela Assembleia Geral, dirige a Secretaria-Geral, figura como seu representante legal e participa com direito a palavra mas sem voto de todas as reuniões da Organização. Compete ao Secretário-Geral estabelecer as dependências necessárias à Secretaria-Geral, determinar o número de funcionários, nomeá-los e regulamentar suas atribuições e deveres.

2.1 GABINETE DO SECRETÁRIO-GERAL

O Gabinete do Secretário-Geral apóia as funções de alta direção que correspondem ao Secretário-Geral relativas à promoção das relações econômicas, sociais, jurídicas, educacionais, científicas e culturais nos Estados membros da Organização.

Em 2010, o Gabinete do Secretário-Geral apoiou e complementou as atividades realizadas pelos diversos órgãos, secretarias, departamentos e unidades da Organização. Realizou ainda pesquisas, elaborou esboços para os discursos do Secretário-Geral e serviu de ligação com as Missões Permanentes, os órgãos dos governos e a sociedade civil. O Gabinete também organizou as missões do Secretário-Geral fora de sede, suas visitas oficiais a Chefes de Estados membros, bem como sua participação em reuniões de ministros e outras conferências internacionais e eventos.

2.1.1 Escritório do Chefe de Gabinete do Secretário-Geral

2.1.1.1 Departamento de Assessoramento Jurídico

O Departamento de Assessoramento Jurídico (DAJ) está subordinado ao Gabinete do Secretário-Geral e o Diretor do DAJ é Assessor Jurídico do Secretário-Geral. O DAJ presta assessoria aos órgãos políticos, ao Secretário-Geral, aos organismos especializados e a outras entidades, entre as quais.

- i. Órgãos políticos: Assembleia Geral (AG); Conselho Permanente (CP), particularmente sua Comissão de Assuntos Administrativos e Orçamentários (CAAP); e Comissões e Missões Especiais da OEA.
- ii. Secretaria-Geral (SG): Escritórios e Chefias de Gabinete do Secretário-Geral e do Secretário-Geral Adjunto; Secretarias da SEDI, do SAP, da SSM, da SAF, da SAJ e da SRE; escritórios, missões especiais e escritórios técnicos da OEA nos Estados membros e Escritório do Inspetor-Geral.
- iii. Organismos especializados e outras entidades: CIDH, CIDI, AICD, CIM, IIN, CITEL, CICTE, CFDH, IICA, CIP, JID, Tribunal Administrativo, Fundação para as Américas e Fundo para Jovens Empresários das Américas (YABT).

- iv. Comissões Permanentes e *ad hoc* da SG: Comissão de Seguros, de Seleção e de Adjudicação, de Avaliação de Projetos, de Ética, de Publicações, de Vendas, da Junta Fiduciária do Fundo de Benefícios Médicos, da Comissão de Aposentadoria e Pensões, e do Fundo Comemorativo de Beneficência Leo Rowe. Presta também assessoramento à Comissão Mista de Disciplina, Mista de Reconsideração e de Redução de Pessoal.

O assessoramento envolve:

- i. Representação jurídica em litígios, arbitragens e demais disputas.
- ii. Preparação e negociação de contratos e acordos com entidades privadas, governamentais, ONGs, multilaterais, Estados membros, Observadores Permanentes etc., de natureza comercial, imobiliária, de cooperação, de contribuição, de observação eleitoral etc.
- iii. Aplicação do Direito Internacional e do direito dos Estados membros e das normas da SG a assuntos tributários, trabalhistas, de migração, de propriedade intelectual, de falência, sobre privilégios e imunidades, contratuais, comerciais etc.
- iv. Elaboração de instrumentos normativos da SG e de outros órgãos da Organização, como ordens executivas, memorandos administrativos etc.
- v. Condução e participação em investigações internas.
- vi. Assessoramento em áreas especializadas, como legislação eleitoral, fundos fiduciários, direito tributário e pensões.
- vii. Participação em conferências e contatos com setores multilaterais públicos e privados.

▪ **Atividades em 2010**

O DAJ recebeu mais de 2.250 questões, emitiu aproximadamente 1.750 pareceres jurídicos escritos e 1.700 verbais, e prestou assessoramento em aproximadamente 500 reuniões.

Exemplos de suas atividades:

- i. Prestou assessoramento ao *Core Group* sobre as eleições no Haiti e negociou o acordo de proteção com a ONU, assim como o acordo com o Governo do Haiti, criando a Comissão de Verificação.
- ii. Prestou assessoramento à CAAP sobre assuntos administrativos, orçamentários e processuais.
- iii. Prestou assessoramento à Comissão da Verdade em Honduras, sobre vários temas, inclusive sua criação, estrutura jurídica, e privilégios e imunidades.
- iv. Revisou a Ordem Executiva 08-01 e a versão em espanhol do Regulamento do Pessoal.

- v. Prestou assessoramento aos Chefes de Missão de Observação Eleitoral na Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Haiti, Paraguai, Peru, República Dominicana, Saint Kitts e Nevis, e Suriname.
- vi. Prestou assessoramento ao IICA sobre a investigação penal conduzida na Colômbia com relação ao *Programa Agro-Ingreso Seguro*.
- vii. Prestou assessoramento à AG, à CITEL, ao IIN e à CIM, em suas reuniões anuais.

2.1.1.2 Escritório do Cerimonial

O Escritório do Cerimonial planeja e coordena as cerimônias oficiais dos órgãos políticos da Organização, do Conselho Permanente, do Secretário-Geral, do Secretário-Geral Adjunto e dos departamentos da Secretaria Geral. É o elemento de ligação entre as Missões Permanentes e o Departamento de Estado em assuntos que dizem respeito ao registro e aos vistos do pessoal das Missões e aos privilégios e imunidades do pessoal diplomático que nelas atua. Também organiza e coordena o uso do Edifício Principal em atividades de natureza solene ou sociocultural e imprime e mantém atualizado na Intranet o Catálogo das Missões.

▪ Protocolo e Cerimonial

O Escritório do Cerimonial organizou as sessões solenes para as visitas dos Chefes de Estado da Guatemala e de Trinidad e Tobago e prestou apoio às sessões extraordinárias convocadas pelo Conselho Permanente para a reeleição do Secretário-Geral e do Secretário-Geral Adjunto. Organizou sessões solenes para o Dia das Américas e o aniversário de Simón Bolívar e para comemorar o Descobrimento da América – Encontro de Dois Mundos. Organizou ainda a cerimônia de dedicação do Salão de Delegados a Toussaint Louverture e as inaugurações da placa em homenagem a Benito Juárez e da estátua Inuksuk no jardim do Edifício Principal.

Coordenou a apresentação de credenciais dos Representantes Permanentes do Peru, Chile, Jamaica, El Salvador, Dominica, Equador, Canadá e Suriname, bem como do Observador Permanente da França. Organizou as visitas de cortesia ao Secretário-Geral e ao Secretário-Geral Adjunto de vários Observadores Permanentes, altos dignatários e líderes mundiais, como também as recepções para a despedida dos embaixadores do Peru, Chile, Jamaica, Argentina, Canadá e Trinidad e Tobago. Atuou como coordenador nas cerimônias de mudança do Presidente do Conselho e preparou e enviou cartas de felicitações pelo respectivo dia nacional a Chefes de Estado, Representantes e Observadores Permanentes.

O Escritório prestou também apoio de natureza protocolar e logística para a comemoração do centenário da Casa das Américas. Sob sua coordenação, foram realizadas dez “Semanas dos Países”, programa que promove eventos culturais ou acadêmicos sobre os países membros e Observadores Permanentes. O Escritório apoiou outras exposições de arte realizadas independentemente desse programa. Com poucas exceções, todas as cerimônias de assinatura, doação, depósito ou ratificação de protocolos e de outros acordos, entre a Organização e os Estados membros ou outras entidades, foram organizadas pelo Escritório do Cerimonial, chegando-se a 48 cerimônias.

Na Assembléia Geral realizada no Peru, colaborou estreitamente com o país sede na organização da cerimônia de abertura. Além de organizar cerimônias de assinatura e outras, coordenou dois almoços institucionais, dois cafés-da-manhã e um almoço oferecidos pelo Secretário-Geral e pelo Secretário-Geral Adjunto, bem como uma grande recepção oferecida pelo Secretário-Geral para aproximadamente 700 convidados.

▪ **Administração do Edifício Principal**

O uso do Edifício Principal é administrado pelo Escritório do Cerimonial, o que consiste em estabelecer um contrato de aluguel entre a Organização e o usuário, coordenar o apoio logístico do evento e acompanhar o pagamento. Em 2010, realizaram-se cerca de 70 recepções, almoços, jantares e conferências, com os quais se pretende arrecadar aproximadamente US\$168.955,40. O Escritório trabalhou em colaboração estreita com a Organização de Mulheres das Américas (OMA), que reúne as diplomatas da OEA, na organização do Festival de Comida das Américas e da rifa de fim de ano, entre outros eventos. Além disso, o Escritório organizou e coordenou cafés-da-manhã, almoços, jantares e recepções, no Edifício Principal ou na residência do Secretário-Geral.

▪ **Apoio às Missões Permanentes e à Secretaria-Geral e articulação com o Departamento de Estado**

Antes de remetê-los ao Departamento de Estado, o Escritório do Cerimonial examinou e incluiu no sistema “e-gov” cerca de 4.000 pedidos das Missões Permanentes junto à OEA e seu pessoal. O sistema foi criado pelo Departamento de Estado com vistas a orientar o trâmite de documentos relacionados com registro, visto e privilégios e imunidades do pessoal das Missões.

▪ **Apoio às viagens do Secretário-Geral**

O Escritório articulou providências com o serviço de escolta do Departamento de Estado e com as empresas aéreas pertinentes para a livre passagem do Secretário-Geral pela segurança e conexão de vôos em aeroportos dos Estados Unidos. Essas providências também implicaram a coordenação com a Administração da Segurança dos Transportes dos Estados Unidos (TSA) e com os serviços de cerimonial nos aeroportos.

▪ **Catálogo de Missões**

Continuou-se a atualização e a publicação do Catálogo de Missões, Chefes de Estado, Altos Funcionários do Governo, Órgãos da OEA e Entidades Filiadas no endereço eletrônico da Organização. Além da manutenção de um calendário mensal de atividades no Edifício e da publicação quinzenal do boletim diplomático.

▪ **Notas verbais**

O Escritório enviou notas verbais às Missões e ao Departamento de Estado para informar sobre os procedimentos e requerimentos relativos aos credenciamentos, veículos e uso do Edifício, entre outros.

2.1.2 Secretaria de Cúpulas

A Secretaria de Cúpulas tem por mandato manter a memória institucional do Processo de Cúpulas das Américas; apoiar o país sede nos preparativos da próxima Cúpula; facilitar o acompanhamento dos mandatos; prestar apoio técnico ao Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC); coordenar as atividades do Grupo de Trabalho Conjunto de Cúpulas (GTCC); prestar assessoramento técnico à Comissão sobre Gestão de Cúpulas Interamericanas e Participação da Sociedade Civil nas Atividades da OEA (CISC), do Conselho Permanente; coordenar a participação da sociedade civil no Processo de Cúpulas e fortalecer o vínculo entre Cúpulas e os diferentes processos ministeriais interamericanos.

Em 2010, realizaram-se duas reuniões ordinárias do GRIC com o propósito de continuar o processo preparatório da Sexta Cúpula das Américas a ser realizada em Cartagena das Índias, Colômbia, em abril de 2012. Nessas reuniões, a Colômbia, como país sede, apresentou aos Estados membros as realizações de seu Governo para a preparação da Sexta Cúpula. Além disso, os Estados membros dialogaram entre si sobre o andamento da implementação dos compromissos da Quinta Cúpula, o fortalecimento dos vínculos entre os processos de cúpulas e de ministros, os mecanismos para a participação dos atores sociais/sociedade civil no processo de cúpulas; bem como com os parceiros institucionais do Grupo de Trabalho Conjunto de Cúpulas (GTCC) sobre seus respectivos programas relativos aos compromissos da Quinta Cúpula.

Realizou-se uma reunião do GRIC de nível ministerial no âmbito da Assembléia Geral, em que os ministros foram informados sobre a implementação dos mandatos de cúpulas anteriores, com base nas informações constantes dos relatórios nacionais.

O GTCC continuou suas reuniões regulares a fim de coordenar atividades e dar andamento ao diálogo entre as instituições. O Grupo publicou e apresentou à Assembléia Geral o documento "Colaboração para implementação da agenda interamericana e da Cúpula das Américas". O GTCC também prestou apoio ao Governo da Colômbia na definição dos temas da Sexta Cúpula.

Com o propósito de fortalecer o sistema de acompanhamento dos mandatos das cúpulas, o Secretário-Geral da OEA lançou o Sistema de Acompanhamento das Cúpulas das Américas (SISCA), a fim de facilitar a apresentação dos relatórios sobre a implementação dos compromissos da Quinta Cúpula.

Quanto à participação da sociedade civil no Processo de Cúpulas, a Secretaria contribuiu e prestou apoio para a realização de vários eventos de povos indígenas, inclusive o acompanhamento da implementação da Declaração da Terceira Cúpula dos Líderes Indígenas das Américas, bem como de grupos de representantes de afrodescendentes e jovens. Nesse sentido, e com vistas a fomentar junto ao público em geral a participação e o diálogo sobre o Processo de Cúpulas, lançou-se a Comunidade Virtual da Cúpulas. Em novembro, realizou-se um fórum em preparação para a reunião de ministros de desenvolvimento sustentável realizada na República Dominicana, em que mais de 25 grupos de discussão foram criados sobre temas pertinentes da Cúpula.

Em 2010, a Secretaria de Cúpulas continuou trabalhando em coordenação com o país sede da Sexta Cúpula nos preparativos para sua realização.

2.2 GABINETE DO SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO

Nos termos do artigo 115 da Carta da OEA e de acordo com as ações e as políticas decididas pela Assembléia Geral e as respectivas resoluções dos Conselhos, o Gabinete do Secretário-Geral Adjunto exerce as funções de Secretaria do Conselho Permanente, presta serviços de consultoria ao Secretário-Geral e desempenha as atividades por este solicitadas.

A Ordem Executiva 08-01 rev. 3 especifica que o OSGA é responsável pelo Escritório da Secretaria da Assembléia Geral, Reunião de Consulta, Conselho Permanente e Órgãos Subsidiários (SAGCP), pelo Departamento de Gestão de Conferências e Reuniões (DGCR), pelo Escritório de Coordenação dos Escritórios e Unidades da Secretaria-Geral nos Estados membros, pela Biblioteca Colombo e pela Secretaria da Comissão Interamericana de Portos (CIP).

▪ Apoio aos Estados membros

Visto que o Secretário-Geral Adjunto (SGA) exerce a função de Secretário do Conselho Permanente (CP), seu Gabinete trabalhou com os Representantes Permanentes dos Estados membros e com os Observadores Permanentes na preparação e realização de sessões ordinárias, extraordinárias e solenes do CP. Prestou também assistência técnica às sessões conjuntas do CP e da CEPCIDI, bem como às reuniões dos Grupos de Trabalho Conjunto do CP e da CEPCIDI.

O OSGA coordenou os serviços técnicos e operacionais, bem como a negociação das resoluções do Quadragésimo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, realizado em junho de 2010 em Lima, Peru. Além disso, em 24 de março de 2010, coordenou o Trigésimo Nono Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral, no qual foram eleitos o Secretário-Geral e o Secretário-Geral Adjunto e, em setembro de 2010, coordenou o Quadragésimo Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral, a fim de aprovar o orçamento-programa da Organização para 2011.

O OSGA foi também encarregado de organizar e coordenar a Vigésima Sexta Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, realizada na sede da Organização, em 7 de dezembro de 2010, a fim de considerar a situação surgida entre Costa Rica e Nicarágua.

▪ Responsabilidades temáticas e técnicas

Desastres Naturais: O OSGA, em cumprimento ao que lhe foi atribuído pelo Secretário-Geral, segue coordenando as atividades da Secretaria na área de desastres naturais. Com o apoio da Secretaria de Administração e Finanças (SAF), a Secretaria-Geral doou a seis países um total de US\$176.700,00 por meio do Fundo Interamericano de Assistência para Situações de Emergência (FONDEM). Os seguintes países receberam individualmente US\$25.000,00: Belize, Costa Rica, Haiti, São Vicente e Granadinas, e Santa Lúcia. Ao Chile, após o terremoto de fevereiro, foram doados telefones via satélites no valor de US\$ 26.700,00.

Haiti: O SGA, na qualidade de Presidente do Grupo de Amigos do Haiti, convocou reuniões sucessivas para prestar e receber informações atualizadas e direcionar ajuda ao povo haitiano.

Presidiu o Grupo de Trabalho sobre o Haiti para coordenar os programas da OEA neste país e, assim como nos anos anteriores, viajou ao Haiti para reunir-se com altos funcionários.

O OSGA conduziu várias iniciativas após o terremoto de 12 janeiro de 2010. O SGA dirigiu um consórcio interamericano para avaliar as necessidades e agilizar os trabalhos de socorro. Em 22 de janeiro, o OSGA coordenou um evento que arrecadou um total de US\$22.862,00, montante utilizado pela Fundação Pan-Americana de Desenvolvimento (FUPAD) para os trabalhos de ajuda no Haiti.

Em setembro, o OSGA lançou a iniciativa “Mochilas para as crianças do Haiti” que, até a presente data, arrecadou 568 mochilas com material escolar para que as crianças haitianas continuassem seus estudos após o terremoto.

O SGA representou a OEA no Haiti nas eleições presidenciais de 28 de novembro. Participou de reuniões com o Presidente, o Primeiro-Ministro, o Conselho Eleitoral Provisional (CEP), o corpo diplomático, o setor privado, a sociedade civil, a comunidade internacional e os três principais candidatos à presidência. Após a divulgação dos resultados preliminares das eleições, o SGA convocou, em Washington, D.C., um grupo de Estados membros e Observadores Permanentes da OEA, com interesse no Haiti, a fim de definir o mandato de um Grupo de Peritos da Organização encarregado da verificação dos resultados controversos do primeiro turno eleitoral.

Juventude: No Trigésimo Oitavo Período Ordinário de Sessões da AG, os Estados membros da OEA aprovaram a Declaração de Medellín [AG/DEC. 57 (XXXVIII-O/08)] na qual se encarregou a Secretaria-Geral de incorporar “a perspectiva dos jovens aos programas e atividades da OEA”. O Grupo de Trabalho Interdepartamental sobre Juventude, presidido pelo SGA, tem o mandato de incorporar a perspectiva dos jovens na OEA, tarefa que continuou a realizar em 2010. Este Grupo deu andamento aos temas relacionados aos jovens e às reuniões sobre o tema realizadas no Suriname, Brasil e México. Além disso, o OSGA colaborou com a Missão Permanente de Antígua e Barbuda, e com as áreas técnicas da Organização, na redação do projeto que deu lugar à resolução AG/RES. 2553 (XL-O/10), “Estabelecimento de prioridades para a juventude das Américas”.

2.2.1 Escritório do Chefe de Gabinete do Secretário-Geral Adjunto

2.2.2 Departamento de Gestão de Conferências e Reuniões

O Departamento de Gestão de Conferências e Reuniões (DGCR), cujo mandato consta da Ordem Executiva 09-01 Rev. 3, é integrado pelas Seções de Conferências, Idiomas e Documentos, e sua principal atividade é proporcionar à Organização uma ampla gama de serviços necessários à realização de suas conferências e reuniões.

▪ Seção de Conferências

Ao fim de 2010, com a colaboração do Departamento de Serviços de Informação e Tecnologia (DOITS), foi inaugurado o serviço de videoconferência para o Salão Libertador Simón Bolívar, com capacidade para até cinco conexões simultâneas, teleconferência de áudio, painéis de

controle sem fio para as videoconferências e apresentações locais, capacidade de gravação e capacidade de realizar apresentações locais, entre outras facilidades.

As capacidades tecnológicas do Salão Libertador Simón Bolívar e do Salão Multimídia Sir Arthur Lewis permitiram triplicar o número de videoconferências entre a sede e os Estados membros. Em 2010, foram realizadas 59 videoconferências, o que representa uma economia estimada em US\$362.555,00 em despesas de viagem (o cálculo da economia foi realizado com base em uma estimativa conservadora de quatro pessoas viajando por videoconferência).

No que se refere às conferências e reuniões, a Seção apoiou a coordenação logística de aproximadamente 1.254 reuniões, ou seja, 310 reuniões a mais do que no ano anterior. Na sede, foram realizadas cerca de 1.242 reuniões de corpos políticos e técnicos, em especial, sessões do Conselho Permanente e do CIDI, e de seus órgãos subsidiários, assim como reuniões dos demais órgãos e organismos especializados, como CICTE, CIDH, CIM, CITEL e CICAD. Além disso, em 7 de dezembro de 2010, foi realizada a Vigésima Sexta Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores. Fora da sede, foram realizadas 12 reuniões, tanto ministeriais quanto de caráter técnico.

▪ **Seção de Idiomas**

O DGCR proporcionou serviços de interpretação simultânea nos quatro idiomas oficiais para as reuniões dos órgãos, organismos e entidades da Organização, na sede e nos Estados membros, totalizando mais de 506 reuniões. Além disso, foram traduzidas mais de 11 milhões de palavras para os quatro idiomas oficiais.

A Seção continuou ampliando a sua lista de tradutores e intérpretes independentes por meio de um programa para a expansão regional de intérpretes e tradutores nos Estados membros. Em 2010, foram realizados exames na Colômbia e no México.

Em 2010, sete funcionários da Seção de Idiomas do DGCR participaram, de forma extraordinária, em 76 oportunidades, como intérpretes de reuniões nos quatro idiomas oficiais, o que representou uma economia de US\$37.240,00.

▪ **Seção de Documentos**

A Seção de Documentos, por meio da digitalização de todas as suas atividades, reproduziu e distribuiu documentos oficiais da Organização, inclusive a impressão de documentos originais, sua fotocópia, distribuição e armazenamento eletrônico.

Dentre suas principais atividades executadas, destacam-se a distribuição de mais de 9.454 documentos e 1.960 CDs, o que representa um aumento na distribuição de documentos eletrônicos de mais de 50%, sendo que o uso de papel diminuiu em 715.000 páginas; ou seja, 143 caixas a menos do que no ano anterior.

2.2.3 Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros

O Gabinete do Secretário-Geral Adjunto continuou utilizando a estratégia aprovada em 2005 voltada para o fortalecimento do alcance político e do papel de apoio técnico prestado pelos Escritórios nos Estados membros. A estratégia se traduz em: a) aumentar a visibilidade da Organização dos Estados Americanos (OEA) nos Estados membros; b) destacar o importante trabalho técnico realizado pela OEA e pelos Escritórios nos Estados membros; c) melhorar a maneira como esses escritórios compartilham e divulgam informações sobre a OEA, suas atividades e contribuições para os Estados membros e d) tornar a “marca OEA” mais conhecida em todo o Hemisfério.

Graças a essa estratégia a OEA alcançou vários objetivos significativos, que sem dúvida permitiram que a Organização se alçasse a um plano político hemisférico importante. Nesse sentido, aumentou-se a interação dos representantes da OEA com autoridades dos governos dos Estados membros em reuniões de alto nível, bem como a identificação de atores nacionais que trabalham em áreas de competência da OEA. Conseguiu-se também estabelecer um contato maior com as organizações e os representantes da sociedade civil e melhorar a qualidade, a implementação e a coordenação dos programas e projetos de cooperação técnica nos países.

Como consequência, os Escritórios nos Estados membros elevaram e aprofundaram a gestão das atividades da OEA, além de terem estabelecido mecanismos de resposta rápida às situações críticas nos Estados membros. Dessa maneira, os escritórios estão em condições de prestar apoio imediato às missões de alto nível do Secretário-Geral e de seus representantes especiais, bem como às missões técnicas e de observação eleitoral nos países. Esse papel dos escritórios também permitiu que a OEA renovasse seus esforços com vistas ao estabelecimento de relações de apoio mútuo nos campos político, técnico e financeiro com o PNUD, o BID, a OPAS, o IICA, a FUPAD, o Banco Mundial, União Européia e a USAID e que ampliasse e melhorasse o perfil da OEA no Hemisfério.

No último ano, analisou-se e implementou-se um processo administrativo melhor, o que permitiu uma colaboração e comunicação mais efetiva e transparente entre os escritórios e a sede da Organização, bem como as partes interessadas nos projetos e os doadores. A OEA deu continuidade ao sistema de rodízio de pessoal, proporcionando maiores oportunidades de crescimento e desenvolvimento humano nos Escritórios nos Estados membros.

2.2.4 A Biblioteca Colombo

A Biblioteca Colombo foi criada pela Primeira Conferência Internacional Americana, em 18 de abril de 1890. A Biblioteca é depositária da memória institucional da Organização dos Estados Americanos, da União Pan-Americana e do Sistema Interamericano, e presta os serviços a seguir.

a) Serviços de referência e pesquisa: proporcionam o acesso à informação e prestam apoio aos programas da OEA; b) Serviços de controle de documentos: preservam, classificam e tornam acessíveis os documentos oficiais da OEA; c) Serviços técnicos: facilitam o acesso eletrônico às coleções por meio dos módulos de aquisição e catalogação do Sistema Integrado de Biblioteca Automatizada, bem como das digitalizações; d) Serviços de administração de arquivos e

registros: gerenciam os arquivos administrativos da OEA e identificam, preservam e tornam acessíveis os registros de valor permanente da Organização; e) Colaboração interinstitucional nas Américas

- **Serviços de referência e investigação**

A Biblioteca Colombo assegura o acesso à informação e dessa maneira presta apoio às funções da Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos e das Missões. As informações referentes à OEA estão também à disposição do público em geral. Em 2010, a Biblioteca atendeu a 7.500 consultas, o que corresponde a um aumento na demanda por serviços de referência. Além disso, o serviço de notícias e atualidades políticas criou perfis para o pessoal da OEA e enviou por via eletrônica 27.375 artigos de interesse. Em 2010, foram digitalizados 4 mil materiais como parte do Projeto de Digitalização, com vistas ao fortalecimento da Biblioteca Digital.

- **Projeto de Biblioteca Digital Mundial**

A UNESCO e 32 instituições participantes lançaram a Biblioteca Digital Mundial (WDL) em 21 de abril de 2009. A Biblioteca Colombo foi escolhida como a primeira contribuinte para esse projeto. O endereço eletrônico www.wdl.org reproduz materiais culturais únicos, de bibliotecas e arquivos de todo o mundo, inclusive manuscritos, mapas, livros raros, partituras, gravações, filmes, fotografias, desenhos arquitetônicos e outros materiais culturais importantes. Doações

A Biblioteca Colombo continuou aceitando doações em linha com a política de aquisição por serem um importante incremento ao seu orçamento reduzido. Em 2010, foram recebidas doações da Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Grenada, México, Panamá, Peru e Santa Lúcia.

- **Exposições**

Foram organizadas várias exposições, inclusive a Casa das Américas: Centenário. Houve ainda a seleção e a divulgação de materiais fotográficos sobre Belize, Costa Rica, El Salvador, Granada, Panamá e Santa Lúcia.

- **Amigos da Biblioteca Colombo**

Esse grupo, criado em 1994, e constituído pelos embaixadores das Missões Permanentes e das Missões Observadoras Permanentes, tem por objetivo ajudar a Biblioteca a concretizar algumas das atividades planejadas, bem como promover seus programas, com vistas a despertar o interesse do público. Em 2010, o grupo realizou 12 cerimônias de doação de material e vários fóruns de discussão na Biblioteca Colombo. O grupo de Amigos é atualmente presidido pelo Embaixador José Enrique Castillo Barrantes, Representante Permanente da Costa Rica.

2.2.5 Comissão Interamericana de Portos (CIP)

A CIP, criada pela Assembléia Geral, tem por finalidade servir de foro interamericano permanente dos Estados membros da Organização dos Estados Americanos, para o fortalecimento da cooperação na área de desenvolvimento do setor portuário.

As principais atividades realizadas em 2010 são apresentadas a seguir.

▪ Fortalecimento do diálogo portuário interamericano

Na Quarta Reunião da Comissão Interamericana de Portos com a Administração Marítima do Panamá (AMP), em março, no Panamá, elegeu-se o Comitê Executivo para 2010-2012, presidido pela Argentina e com Barbados, México, Panamá e Peru como Vice-Presidentes. Brasil, Chile, Equador, Estados Unidos, Guatemala, Jamaica, Paraguai, República Dominicana, Uruguai e Venezuela também participam do Comitê. Foram criados os seguintes subcomitês: Política e Coordenação (presidido pela Argentina), Serviços às Cargas (Brasil), Serviços às Naves (Jamaica), Proteção e Segurança (Estados Unidos), Proteção Ambiental Portuária (Venezuela), Legislação e Investimentos (Uruguai) e Participação da Mulher (República Dominicana). Realizou-se ainda, em março, no Panamá, a Décima Primeira Reunião do Comitê Executivo da CIP com a AMP, em que os subcomitês aprovaram seus planos anuais de trabalho. Realizou-se também a Primeira Convenção Hemisférica sobre Logística e Competitividade Portuária, em novembro, no México, com a Coordenação Geral de Portos e Marinha Mercante.

▪ Treinamento

Foram realizadas as atividades a seguir: (i) Quarto Curso de Gestão de Terminais Portuários, com a Autoridade Portuária Dominicana (APORDOM), em março, na República Dominicana; (ii) Seminário de Tarifação Portuária Estratégica, com a Autoridade Portuária Nacional, em março, no Peru; (iii) Décimo Primeiro Curso Ibero-Americano de Gestão Ambiental, Tecnologia e Operações Portuárias, com Portos do Estado, em maio, na Espanha; (iv) Fórum Regional para a Facilitação Alfandegária e Portuária, com a Direção Geral das Alfândegas (DGA) e a APORDOM, em maio, na República Dominicana; (v) Seminário “Criando o Ícone do Porto de Destino”, com Barbados Ports Inc., em setembro, em Barbados; (vi) Décimo Quarto Curso Ibero-Americano de Gestão Portuária, com Portos do Estado, em outubro, na Espanha.

▪ Assistência técnica direta

A CIP trabalhou com a APORDOM na elaboração de um projeto de lei portuária e marítima e com a DGA no gerenciamento do projeto “Comércio, Alfândegas e Portos”.

▪ Divulgação e promoção dos portos das Américas e da CIP

A divulgação e a promoção dos portos foram possibilitadas pelo portal CIP (www.oas.org/cip), Revista CIP, Boletim CIP, elaboração de documentos, estudos e material técnico portuário, resposta a consultas, bem como envio eletrônico de informações (cip@oas.org).

▪ **Cooperação**

Encontram-se a seguir as principais relações de cooperação da CIP com outras organizações. (i) Portos do Estado da Espanha: organização e financiamento de dois cursos em Santander e Madri; (ii) Associação Americana de Autoridades Portuárias: promoção de atividades conjuntas; (iii) Banco Mundial, Corporação Andina de Fomento, Instituto Marítimo do Caribe, Porto de Le Havre e a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD): apoio a expositores em eventos CIP; (iv) a CIP colaborou ainda com organismos em atividades regionais e globais, como a Associação de Empresas Navais do Caribe, na elaboração da Estratégia Regional Marítima para o Caribe; com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) no Fórum de Políticas de Transporte Sustentável Ibero-Americano, no Uruguai; e com a Conferência Internacional da Associação Internacional de Cidade e Portos, na Argentina.

2.3 SECRETARIA DE ASSUNTOS POLÍTICOS

A missão da Secretaria de Assuntos Políticos (SAP) consiste em contribuir para o fortalecimento dos processos políticos dos Estados membros, especialmente a manutenção da democracia como a melhor opção para garantir a paz, a segurança e o desenvolvimento. A SAP concentra suas ações no fortalecimento do papel da Organização como eixo central do Sistema Interamericano no campo político e na contribuição ativa para a manutenção da democracia nos Estados membros. Para alcançar seus objetivos a SAP desempenha funções voltadas para a ampliação da legitimidade institucional nos processos políticos e o fortalecimento dos mecanismos que os sustentam. A SAP, suas dependências e o pessoal designado estão sob a direção geral, supervisão e controle do Secretário de Assuntos Políticos, que responde ao Secretário-Geral, conforme o ordenamento jurídico da Organização e as disposições da Ordem Executiva 08-01 Rev. 3.

A SAP é constituída pelo Escritório Executivo do Secretário de Assuntos Políticos e pelos seguintes departamentos: Departamento de Cooperação e Observação Eleitoral, Departamento de Sustentabilidade Democrática e Missões Especiais e Departamento de Gestão Pública Eficiente. Todas as dependências e o pessoal designado estão subordinados à direção geral, supervisão e controle do diretor de cada departamento, que por sua vez responde ao Secretário de Assuntos Políticos, em conformidade com o ordenamento jurídico da Organização.

2.3.1 Departamento de Cooperação e Observação Eleitoral (DCOE)

O DCOE é constituído pelas seguintes seções: Seção de Missões de Observação Eleitoral, Seção de Cooperação Técnica Eleitoral e Seção de Estudos e Projetos Eleitorais.

Em 2010 foram estabelecidas 13 Missões de Observação Eleitoral, com a participação de 732 observadores, na Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Haiti, Paraguai, Peru, República Dominicana, San Kitts e Nevis, São Vicente e Granadinas e Suriname. Além disso, realizaram-se a quinta reunião anual em Port of Spain, Trinidad e Tobago, com a Associação de Organizações Eleitorais do Caribe (ACEO), e um seminário em Ottawa, Canadá, sobre a delimitação de distritos eleitorais, organizado conjuntamente com a Elections Canada.

Com o Departamento de Gestão Pública Eficiente, o DCOE formulou a lei modelo sobre o financiamento de campanhas e partidos políticos no Caribe. Essa lei foi apresentada aos líderes dos partidos governistas e opositores representados nos parlamentos dos 14 Estados membros da OEA no Caribe.

Por intermédio da Seção de Cooperação Técnica Eleitoral, o DCOE continuou desenvolvendo e apoiando iniciativas voltadas para o aumento da transparência, da eficiência e da credibilidade dos processos eleitorais.

Costa Rica: Entregou-se o diagnóstico do projeto de certificação em normas de gestão de qualidade ISO 9001 ao Tribunal Supremo de Elecciones.

Guatemala: O registro eleitoral administrado pelo TSE foi auditado.

México: Iniciou-se um processo de implementação de um sistema de gestão de qualidade de auditorias eleitorais e registro no Tribunal Eleitoral do Poder Judiciário da Federação.

México e vários países: Iniciou-se o projeto de sistematização da jurisprudência eleitoral com a Argentina, Chile, Costa Rica, México, Panamá e República Dominicana.

Panamá: O Tribunal Eleitoral do Panamá obteve certificação em normas de qualidade ISO 9001.

Paraguai: O Registro Eleitoral administrado pelo TSJE foi auditado.

Peru: Foi iniciado com o Jurado Nacional de Elecciones o projeto de gestão de qualidade com as normas de qualidade internacional ISO 9001. E com a Oficina Nacional de Procesos Electorales iniciou-se o processo de auditorias do sistema de voto eletrônico.

Em matéria de estudos e projetos eleitorais, no âmbito do Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional das autoridades eleitorais do Hemisfério, formulou-se o Curso Superior em Processos Eleitorais. Realizou-se a Terceira Jornada Eleitoral Interamericana com a participação de 37 funcionários eleitorais do Hemisfério. Ministraram-se três cursos virtuais sobre participação eleitoral, registro de eleitores e financiamento da política. Em 2010 iniciou-se também a formulação de duas metodologias específicas de observação eleitoral. A primeira dedicada ao financiamento da política e a segunda à incorporação da perspectiva de gênero nas Missões de Observação Eleitoral (MOE) da OEA. Como parte do desenvolvimento da segunda, realizou-se um projeto piloto na MOE Paraguai. Sobre a metodologia de observação dos meios de comunicação, foram realizados pilotos nas Missões da República Dominicana e do Peru, além de uma oficina de validação com peritos internacionais.

No âmbito da cooperação com outras organizações, a OEA celebrou acordos de cooperação técnica com o Tribunal Superior Eleitoral do Brasil e com a Cámara Nacional Electoral da Argentina, e renovou o convênio com a Comisión Estatal de Nuevo León, México. A Organização realizou ainda a Sétima Reunião Interamericana de Autoridades eleitorais, em Washington, D.C., a qual contou com a participação de 50 membros de autoridades eleitorais do Hemisfério. Como resultado da reunião, as autoridades eleitorais obtiveram progresso em três temas: modelos de relacionamento entre as autoridades eleitorais e os partidos políticos, o papel dos meios de comunicação nos processos eleitorais e o acesso ao voto para portadoras de deficiência.

2.3.2 Departamento de Sustentabilidade Democrática e Missões Especiais (DSDME)

O DSDME é constituído pelas seções de Análise e Prospecção Política, Missões Especiais e Fundo de Paz. As principais atividades e realizações em 2010 se resumem ao apoio às missões especiais da Secretaria-Geral no Equador, Honduras, Costa Rica e Nicarágua; assistência à Missão de Apoio ao Processo de Paz na Colômbia (MAPP/OEA); continuação das diligências da Secretaria-Geral no sentido de resolver a disputa territorial entre Belize e Guatemala; e apoio às missões de observação eleitoral conduzidas pelo Departamento de Cooperação e Observação Eleitoral.

No Equador, por convite do Conselho Nacional Eleitoral (CNE), designou-se uma Missão de Acompanhamento para prestar apoio ao processo de seleção das autoridades do Conselho de Participação Cidadã e Controle Social (CPCCS). O CPCCS faz parte de uma das cinco funções do Estado e esta foi a primeira vez que o CNE do Equador realizou o processo mencionado.

Em Honduras, acompanhou-se o processo de criação da Comissão da Verdade e Reconciliação, a qual se oferece assistência técnica e financeira. Também se prestou apoio às atividades da Comissão de Alto Nível coordenada pelo Secretário-Geral e integrada pelos Representantes Permanentes dos Estados membros, a fim de analisar a evolução da situação política em Honduras.

O DSDME também prestou apoio técnico e acompanhou tanto a comitiva liderada pelo Secretário-Geral, que visitou a Costa Rica e a Nicarágua, como as visitas de representantes pessoais do Secretário-Geral para a diligência de bons ofícios. O Departamento colaborou na elaboração dos relatórios apresentados pelo Secretário-Geral ao Conselho Permanente, a fim de informar sobre suas diligências para aproximar as partes.

A Missão de Apoio ao Processo de Paz na Colômbia (MAPP/OEA) continuou com seu trabalho e presença em 29 dos 32 departamentos da Colômbia. Em janeiro de 2010, abriram-se 13 escritórios regionais para fortalecer a presença estratégica dessa missão. Em 2010, a Missão concentrou sua atenção nos projetos com comunidades indígenas e afro-colombianas, bem como nos processos de restituição de bens das pessoas e comunidades afetadas pelos grupos ilegais à margem da lei. A renovação do mandato da MAPP por mais três anos inclui novas tarefas relacionadas à restituição no âmbito do regime de terras.

O DSDME continuou seu trabalho de mediação na disputa entre Belize e Guatemala. Em março de 2010 foi realizada a primeira reunião do Grupo de Trabalho de Alto Nível com os dois países, a fim de avaliar o cumprimento das medidas de fortalecimento da confiança, analisar incidentes específicos, discutir temas bilaterais pendentes e promover uma linha de comunicação direta entre as partes. Realizou-se ainda uma reunião do Grupo de Amigos de Belize e Guatemala, na Guatemala, com vistas a prestar informações sobre o progresso das negociações. O Escritório na Zona de Fronteira realizou 23 verificações oficiais e 52 ações de verificação e acompanhamento ex officio.

O DSDME lançou um projeto de fortalecimento da capacidade interna de mediação da OEA e do papel da Organização em mediação e resolução de conflitos. No âmbito dessa iniciativa iniciaram-se as atividades de documentação das lições aprendidas com as experiências de mediação anteriores; organização das oportunidades de capacitação de pessoal e dos Estados membros; intercâmbio de informações e experiências com outros órgãos especializados na matéria; e desenvolvimento de ferramentas e estratégias que contribuam para melhorar o trabalho da OEA nessa área. O Departamento organizou ainda a Reunião Anual do Fórum Interamericano de Paz em 21 de setembro, em Washington, D.C., e em 23 e 24 de setembro realizou o curso OEA: Paz, democracia e resolução de conflitos.

Quanto à cooperação com outros organismos internacionais, o DSDME continuou o intercâmbio de informações com o Departamento de Assuntos Políticos das Nações Unidas (ONU), com a

Unidade de Apoio à Mediação (DPA/ONU) e com a Cooperação Andina de Fomento (CAF). Também se iniciou a coordenação, com o Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH), de tarefas de apoio em matéria de cartografia (Belize-Guatemala). A OEA participou ainda da iniciativa Amigos da Mediação, que reúne Estados membros da ONU e organizações regionais a fim de promover o uso da mediação na prevenção e resolução de conflitos. A Organização também tomou parte na Iniciativa Internacional de Estabilização e Construção da Paz (ISPI, sigla em inglês), que promove intercâmbios técnicos entre órgãos governamentais, internacionais e regionais com o propósito de fortalecer a capacidade civil internacional na construção da paz.

Por fim, o Departamento prestou apoio constante ao Escritório Executivo do Secretário de Assuntos Políticos e ao Gabinete do Secretário-Geral para o acompanhamento e a análise dos acontecimentos e assuntos políticos na região.

2.3.3 Departamento de Modernização do Estado e Governabilidade (DMEG)

Em 2010, o Departamento de Modernização do Estado e Governabilidade se reorganizou e foi renomeado Departamento de Gestão Pública Eficiente (DGPE). Fazem parte do DGPE as seções de apoio aos poderes executivo e legislativo e de capacitação.

Formulou-se uma nova iniciativa denominada Estratégias Integradas de Apoio aos Países para a Gestão Pública Eficiente voltada para a assistência na implementação dos objetivos ou planos nacionais de desenvolvimento e transformação produtiva, os quais são elementos-chave para o fortalecimento da democracia. O programa teve início no Estado Plurinacional da Bolívia e no Paraguai com a assinatura de memorandos de entendimento entre os respectivos governos e o Secretário-Geral da OEA.

Esse programa tem a participação de 12 ministérios, do Congresso e do Tribunal Eleitoral (referente ao registro civil), sendo que no Paraguai executa-se por meio da Secretaria de Função Pública. No caso do programa boliviano, foram comprados 166 computadores portáteis e treinamento para o Congresso, apoiou-se a elaboração do novo Serviço Estatal de Autonomia do Ministério de Autonomia, avançou-se no fortalecimento do registro civil e do programa de transparência na gestão orçamentária dos municípios. No Paraguai, como uma das contribuições do Plano de Ação acordado com as autoridades, preparou-se a primeira versão de um "livro branco" sobre as experiências de reformas do Estado para o Projeto Nacional de Inovação Estrutural do Poder Executivo, coordenado pela Secretaria de Função Pública.

O Programa de Registro Civil (PUICA) proporcionou o direito à identidade a 310.000 pessoas e apoiou o fortalecimento institucional de 13 instituições de registro nacional na região. No Haiti, assistiu-se o Escritório Nacional de Identificação na preparação das eleições presidenciais, substituindo e emitindo novas cédulas de identificação nacional. O DGPE, em colaboração com o Ministério de Obras Públicas do Haiti e o Governo de Quebec, preparou uma proposta abrangente para um projeto de cadastro de 7 anos, com o objetivo de modernizar a infraestrutura dos direitos de propriedade de terras no país.

O DGPE, por meio de seus programas virtuais, capacitou mais de 1.500 funcionários públicos, proporcionando mais de US\$300.000 em bolsas e oferecendo mais de 40 edições dos 20 cursos on-line em seu portfólio. O projeto O Cidadão e o Governo Eletrônico nas Américas foi lançado por meio da Rede de Governo Eletrônico da América Latina e do Caribe (RedGEALC). Foi implementado também o Programa MuNet e-Gov e celebraram-se acordos de cooperação no Panamá e na Guatemala, capacitando-se mais de 70 prefeitos. A Rede Interamericana de Compras Governamentais, cuja Secretaria Técnica é a OEA, realizou sua reunião anual no Peru, contando com mais de 1.200 participantes.

Em matéria de acesso à informação pública, integridade e luta contra a corrupção, o DGPE desenvolveu um conjunto de atividades voltadas para o fortalecimento da cooperação entre os países da região, sendo necessário destacar a extensão do conteúdo e o alcance temático do Guia de Mecanismos para a Promoção da Transparência e da Integridade nas Américas, disponível atualmente no endereço eletrônico do Departamento. Houve ainda a continuação do trabalho de divulgação da Lei Modelo de Acesso à Informação Pública e seu Guia de Implementação.

Para finalizar, a Seção de Apoio às Instituições Legislativas realizou e validou junto aos atores relevantes do setor público e privado o Diagnóstico do Serviço Público de Antígua e Barbuda. Além disso, no âmbito do programa Parlaentos Conectados, executado em conjunto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foram realizados dois seminários do Cone Sul na região andina. Apoiou-se também a organização do Primeiro Encontro para a Promoção da Responsabilidade Social das Empresas entre os legisladores da América Latina, com vistas a proporcionar conhecimento, instrumentos e capacitação sobre o alcance e o conteúdo desse tema importante.

2.4 SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL

A Carta da OEA e os estatutos e regulamentos do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI) e de seus órgãos subsidiários, bem como o Plano Estratégico de Cooperação Solidária Integral 2006-2009 (ainda em vigor), orientam o papel da Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral (SEDI) na promoção do diálogo e da cooperação entre os Estados membros, com vistas ao desenvolvimento integral. Sua estrutura é regulamentada pela Ordem Executiva 08-01 Rev. 3, “Estrutura da Secretaria-Geral”, e nela figuram o Escritório do Secretário Executivo e quatro departamentos: (i) Departamento de Desenvolvimento Humano, Educação e Cultura; (ii) Departamento de Desenvolvimento Econômico, Comércio e Turismo; (iii) Departamento de Desenvolvimento Sustentável; e (iv) Departamento de Desenvolvimento Social e Emprego.

A missão da SEDI é prestar assistência aos esforços dos Estados membros para reduzir a pobreza e alcançar maiores índices de desenvolvimento econômico e social, mediante o diálogo político no mais alto nível, com vistas a definir políticas e determinar prioridades. A Secretaria também promove, coordena e implementa os programas, projetos e atividades de cooperação nos campos do desenvolvimento social, educação, trabalho, cultura, ciência e tecnologia, comércio, turismo e desenvolvimento sustentável. As atividades se dirigem especialmente ao aprimoramento de habilidades humanas e ao fortalecimento institucional, desse modo contribuindo para a consolidação da governabilidade democrática nos Estados membros. A SEDI age como agente catalisador para levar os acordos políticos a ações concretas.

A SEDI recebe seus mandatos da Assembléia Geral e do CIDI, seja das reuniões ordinárias e setoriais, seja das especializadas, bem como de seus órgãos subsidiários, entre os quais se encontram a CEPCIDI, a Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento e as Comissões Interamericanas. O Plano Estratégico de Cooperação Solidária para o Desenvolvimento 2006-09, que ainda está vigente, articula as políticas, os programas e as medidas de ação em matéria de cooperação para o desenvolvimento integral. A SEDI serve de Secretaria a todos os órgãos do CIDI.

2.4.1 Departamento de Desenvolvimento Humano, Educação e Cultura (DDHEC)

O DDHEC apóia os esforços dos Estados membros em prol de uma educação de qualidade em todos os níveis e para todos os cidadãos e de um papel de maior destaque da cultura no desenvolvimento econômico e social.

Em 2010, o Escritório de Educação e Cultura (EEC) do DDHEC continuou promovendo o diálogo político, o intercâmbio de experiências e boas práticas e a criação e o fortalecimento de parcerias estratégicas para apoiar os Estados membros em seus esforços no sentido de elaborar políticas públicas efetivas e fortalecer a capacidade humana e institucional em matéria de educação e cultura.

O EEC (a) apoiou a cooperação horizontal por meio dos fundos de assistência técnica, com 20 missões realizadas na área de educação para a cidadania democrática e 10 em cultura para o desenvolvimento; (b) executou um projeto para prevenir a violência que afeta os jovens na

América Central, em colaboração com a Secretaria de Segurança Multidimensional e a Fundação para as Américas, organizando fóruns nacionais da juventude em El Salvador, Guatemala, Nicarágua e Panamá, com a participação de mais de 400 jovens líderes e outros interessados e ainda capacitando jovens a respeito do uso dos meios de comunicação e sociais e da construção de uma cultura de paz (www.armandopaz.com); (c) colaborou para o processo de fortalecimento do Fundo Especial Multilateral do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (FEMCIDI) da OEA, para o qual os setores de educação e cultura serão os primeiros a definir seus temas-chave para o financiamento de projetos de cooperação; e (d) reuniu 84 autoridades dos setores de educação e cultura de 20 Estados membros a fim de considerar maneiras de se fortalecer o conteúdo cultural dos programas educacionais.

O Escritório de Educação e Cultura (a) organizou uma sessão especial conjunta do Conselho Permanente e da CEPICIDI a fim de destacar a importância de se investir na educação da primeira infância para o desenvolvimento da região; (b) publicou três livros de análise de políticas, estatísticas e estudos de caso sobre a educação inicial em comunidades indígenas e rurais, compartilhando os resultados com as autoridades pertinentes por meio de vários eventos; (c) publicou um relatório analítico e realizou três estudos de casos (Argentina, Costa Rica e Antígua e Barbuda) para documentar a situação educacional das crianças e adolescentes migrantes, as políticas nacionais existentes e os programas pertinentes nos Estados membros; (d) lançou a Rede Interamericana de Educação Docente (RIED); (e) lançou o Portal Infância; (f) apoiou a capacitação de docentes e formuladores de políticas, por meio de cursos on-line sobre diferentes temas, como o uso da tecnologia em projetos educacionais, o desenvolvimento infantil e a educação para a democracia; (g) convocou uma reunião plenária da Comissão Interamericana de Educação (CIE); e (h) organizou um seminário sobre o futuro do Projeto Regional de Indicadores Educacionais (PRIE).

O EEC iniciou o apoio à definição do Plano de Ação do Ano Interamericano da Cultura, a realizar-se em 2011. Com atividades nacionais e interamericanas sob o lema "Nossas culturas, nosso futuro". Foram convocadas uma reunião extraordinária da Comissão Interamericana de Cultura (CIC) e a Quinta Reunião de Ministros e Máximas Autoridades de Cultura. Além disso, o Escritório de Educação e Cultura elaborou um portfólio com 18 boas práticas na área de cultura para o desenvolvimento, o qual será publicado em breve.

Com relação ao desenvolvimento humano e a educação superior, o DDHEC (a) elaborou um programa de bolsas de emergência para o Haiti, a ser implementado em 2011; (b) continuou expandindo o programa de bolsas por meio de parcerias com Estados membros, Observadores Permanentes e instituições de desenvolvimento acadêmico e profissional (Programa de Parcerias para a Educação e o Treinamento - PAEC); (c) lançou o endereço eletrônico da Rede Interamericana de Bolsistas da OEA, como parte do programa de intercâmbio de conhecimentos de bolsistas da Organização; (d) organizou em conjunto reuniões regionais, como a Conferência Caribenha de Educação Superior; e (e) desenvolveu uma rede de sócios regionais para o desenvolvimento da educação utilizando as tecnologias da informação e das comunicações (TICs), mediante a Iniciativa Multilateral de Educ@ção para o Desenvolvimento Humano. Essas atividades proporcionaram à OEA uma maior presença na região em matéria de intercâmbio de conhecimentos e acesso à educação superior de qualidade.

O Programa de Bolsas Acadêmicas beneficiou diretamente 105 pessoas no ciclo 2010-2011. Um total de 135 estudantes (119 de pós-graduação e 16 de graduação) selecionados neste ciclo assinaram seus contratos em 2010. O valor total das bolsas oferecidas foi de US\$ 4.469.686,37. A distribuição dos custos por modalidade de bolsa concedida foi de 17% para bolsas auto-colocadas e 83% para bolsas colocadas pela OEA e, portanto, acima do mínimo estabelecido pelos Estados membros de 2/3 das bolsas colocadas pela OEA.

Para o ciclo de bolsas de 2011-2012, foram selecionados 120 candidatos em 2010 (109 de pós-graduação e 11 de graduação). O custo total do ciclo 2011-2012 está estimado em US\$ 4.073,200,00, quantia a ser paga em três exercícios orçamentários. Os valores finais do ciclo acadêmico 2011-2012 serão conhecidos quando o processo de colocação e de assinatura de contratos estiver concluído, o que deverá ocorrer em fins de março de 2012.

O Programa de Bolsas de Desenvolvimento Profissional (PDSP) concedeu 735 bolsas em 2010, as quais foram financiadas em conjunto pela OEA e instituições associadas nos seguintes países: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Espanha, Estados Unidos, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai.

O Fundo Pan-Americano Leo S. Rowe oferece empréstimos educacionais sem juros para estudos nos Estados Unidos. Em 2010, o programa concedeu 97 novos empréstimos a cidadãos dos Estados membros, no total de US\$ 690.255,00 e 33 novos empréstimos para funcionários da OEA no valor de US\$ 162.795,00 (um montante de US\$ 853.050,00 em empréstimos oferecidos). O programa administrou 383 contas de empréstimos durante o ano e nesse período 79 foram pagos integralmente. O saldo do portfólio de empréstimos ativos é aproximadamente US\$ 2 milhões.

Em 2010, o Portal Educacional das Américas (PEA) capacitou 1.052 cidadãos e residentes de 30 Estados membros, mediante os programas on-line à distância, de baixo custo e alta qualidade, em espanhol, inglês e português. O PEA continua firmando e mantendo uma ampla variedade de parcerias institucionais, bem como prestando serviços de assessoria, planejamento e implementação de projetos de formação virtual com organizações internacionais, governos e áreas especializadas da Secretaria-Geral. Em 2010, o PEA, por meio de sua parceria com o Virtual Educa, negociou 32 bolsas estimadas em US\$22.400,00 para participantes do curso on-line "Especialização em Ambientes Virtuais de Aprendizagem" e prestou serviços de consultoria para o PDNU, apoiando a formação de 362 profissionais universitários na área de responsabilidade social das empresas.

2.4.2 Departamento de Desenvolvimento Econômico, Comércio e Turismo (DDECT)

O Departamento de Desenvolvimento Econômico, Comércio e Turismo (DDECT) é constituído por cinco seções: Competitividade; Comércio; Turismo; Ciência, Tecnologia e Inovação e Sistema de Informação sobre Comércio Exterior (SICE). O Departamento executa programas de responsabilidade social das empresas (RSE), trabalha em coordenação com a Secretaria de Relações Externas para a promoção da eficácia da cooperação mediante a Rede Interamericana de Cooperação, e colabora com o Young Americas Business Trust (YABT).

As atividades do Departamento atendem aos mandatos do Plano Estratégico de Desenvolvimento Integral: diversificação e integração econômicas; abertura comercial e acesso a mercados; desenvolvimento científico e intercâmbio e transferência de tecnologia; e desenvolvimento sustentável do turismo. Também respondem aos diversos mandatos decorrentes da Assembléia Geral da OEA, das Cúpulas das Américas e das reuniões de ministros e altas autoridades setoriais no âmbito do CIDI.

Em 2010, consolidou-se e reforçou-se os processos políticos que são a base dos programas e atividades do DDCET. Com a publicação de “Promoção do desenvolvimento econômico nas Américas”, a atualização da página na Internet e uma apresentação integral à CEPCIDI, o Departamento deu mais visibilidade ao objetivo de seus programas e aos resultados de suas atividades.

A competitividade e a inovação continuam sendo o eixo transversal de atividades do departamento, e são voltadas ao aperfeiçoamento das capacidades humanas e institucionais e a geração de políticas públicas que promovam a inclusão das micro, pequenas e médias empresas (MPME) nos mercados internos e externos, com especial atenção às mulheres, jovens e grupos vulneráveis.

O Departamento fortaleceu a institucionalização do diálogo de alto nível de autoridades e conselhos de competitividade ao reunir representantes de 27 Estados membros por ocasião do Quarto Fórum de Competitividade das Américas (FCA). Nessa reunião se analisou o panorama atual da competitividade e se avançou na definição de elementos para uma Agenda de Produtividade e Competitividade 2020 para as Américas. Além de se realizar um seminário de fortalecimento das instituições que promovem a produtividade e a competitividade no Caribe, o Departamento lançou o endereço eletrônico do Observatório de Competitividade das Américas. A República Dominicana, em 2011, e a Colômbia, em 2012, serão as sedes dos Encontros de Autoridades e Conselhos de Competitividade e do FCA. O Panamá apresentou seu oferecimento de sede para 2013.

Mediante o Programa de Empoderamento Econômico e Comércio, o DDECT continuou o apoio à inclusão das MPMEs nas oportunidades de negócios ligadas ao comércio, bem como o desenvolvimento de atividades de capacitação sobre política comercial que beneficiaram muitos funcionários públicos da região. Além disso, organizaram-se diálogos de alto nível sobre políticas públicas, inovação e uso das TICs a fim de promover a competitividade e a produtividade das MPMEs, bem como se promoveu o intercâmbio de experiências bem-sucedidas de modelos institucionais de apoio às MPME, inclusive os que têm como base as parcerias entre os setores público, privado e acadêmico.

Com vistas a prestar apoio à internacionalização das MPMEs, foram realizados estudos e projetos piloto sobre práticas replicáveis, tais como a participação em cadeias de valor, associações e cooperativas, e programas de mentoria, bem como o uso de ferramentas de propriedade intelectual para aproveitar o valor intangível de produtos de marca. Além de organizarem-se cursos sobre política e administração de acordos nas áreas de investimento e propriedade intelectual, prestou-se apoio aos países do Caribe para a negociação do acordo comercial com o Canadá e a implementação do Acordo de Associação Econômica

CARIFORUM-CE. Da mesma maneira, as iniciativas Arco do Pacífico; Centro de Assessoria Jurídica, para litígio de investimento; Comissão para a Criação de Capacidades Relacionadas ao Comércio do CAFTA-DR; e Caminhos para a Prosperidade nas Américas receberam apoio técnico do DDECT.

O Departamento continua avançando no fortalecimento da capacidade humana e institucional no setor turístico nas sub-regiões caribenha e andina, com atenção especial aos pequenos hotéis. O projeto SOURCE (Apoio a Nossas Empresas do Caribe) criou estratégias e modelos de negócio replicáveis que facilitam os vínculos e as relações comerciais entre os artesãos locais e os pontos de venda de turismo. Em colaboração com o Departamento de Desenvolvimento Sustentável, foi organizado um seminário técnico sobre o aumento da resiliência do setor turístico nas Américas diante de ameaças naturais. Um novo acordo de quatro anos foi assinado entre a Secretaria-Geral da OEA, o Governo de Barbados e a Organização de Turismo do Caribe sobre a cooperação técnica em turismo. El Salvador fez oferecimento de sede para o Décimo Nono Congresso Interamericano de Turismo, a ser realizado em setembro de 2011.

Na área de ciência, tecnologia e inovação, organizou-se a Sexta Reunião da Comissão Interamericana de Ciência e Tecnologia (COMCYT), em que foram apresentadas as realizações dos Estados membros em cumprimento aos mandatos da Declaração dos Ministros e do Plano de Ação do México de 2008. Acordou-se trabalhar na definição do programa Visão 20/25, um novo Programa Interamericano de Ciência e Tecnologia de longo prazo, para o qual serão fixados objetivos e metas claros e mensuráveis. Quanto aos mandatos referentes à popularização da ciência, foram realizados concursos e seminários em jornalismo científico com a participação de 15 países, além do lançamento do Portal Interamericano de Jornalismo Científico (PIPC). Realizou-se um estudo-diagnóstico e foi aprovado um Plano de Ação para o Fortalecimento das Capacidades Básicas em Serviços de Metrologia da América Central e da República Dominicana. Continuou-se o projeto Cooperação Triangular em Metrologia de Gás Natural para o Peru e a Bolívia e foram organizadas reuniões da Junta Assessora da Engenharia para as Américas (EftA) e do Sistema Interamericano de Metrologia.

A quantidade de visitas ao SICE aumentou para quase três milhões, o que corresponde a uma média de aproximadamente oito mil visitas diárias provenientes de todo o mundo. O SICE continuou atualizando periodicamente suas seções sobre acordos comerciais, novidades em matéria de política comercial e assuntos comerciais. A página eletrônica do SICE foi redesenhada para prestar informações de maneira mais eficiente e com uma estrutura gráfica mais atraente. A nova concepção consistiu em uma reformulação integral de algumas seções, a fim de assegurar a homogeneidade e a facilidade de acesso e navegação.

Por meio da realização de seminários adaptados a setores e países específicos, implementou-se o projeto Promoção da RSE nas PMEs da América Latina, com a participação de mais de 600 PMEs. Promoveu-se a incorporação da RSE nas estratégias de negócios das PMEs, ressaltando-se a inovação social como uma ferramenta de aumento da competitividade. Desenvolveu-se uma ferramenta de gestão com um sistema de indicadores de desempenho de sustentabilidade que admite objetivos de resultado triplo (econômico-financeiro, ambiental e social).

O YABT continuou promovendo o empreendedorismo jovem nos Estados membros, com vistas à intensificação da inovação, da liderança e da criação de emprego. Nesse sentido, realizaram-se atividades com os Capítulos Nacionais e com parceiros, entre outros, o Fórum de Jovens das Américas, os Laboratórios Empresariais, o Nex Links, o Círculo de Jovens e a Quarta Edição da Concorrência Talento e Inovação das Américas (TIC Américas), que contou com 1.300 equipes registradas.

O Departamento de Desenvolvimento Econômico, Comércio e Turismo trabalha em coordenação com organizações internacionais (Banco Mundial, CIADI, OCDE, OMC, OMPI, PNUD, UNCTAD) e regionais (inclusive a Comissão Tripartite OEA-BID-CEPAL, o BCIE, a CAF, a CARICOM e a OECS), ministérios e entidades nacionais, instituições acadêmicas e ONGs.

2.4.3 Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DDS)

O DDS é responsável pela promoção do desenvolvimento sustentável e de uma gestão ambiental racional.

Em 2010, o DDS desempenhou a função de Secretaria Técnica do processo preparatório da Segunda Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Sustentável, realizada em São Domingos, República Dominicana, de 17 a 19 de novembro. Nessa Reunião, aprovou-se a Declaração de São Domingos para o Desenvolvimento Sustentável nas Américas, que compreende uma série de iniciativas de ação e insta a Secretaria-Geral a que promova a mobilização de recursos e proporcione a assistência técnica para sua implementação. Além disso, os Ministros e Altas Autoridades do Desenvolvimento Sustentável do Hemisfério prorrogaram a vigência do Programa Interamericano de Desenvolvimento Sustentável (PIDS) para o período de 2010-2014.

O DDS continuou trabalhando com os países do CAFTA-DR para o estabelecimento de medidas de desempenho referentes às metas de governança ambiental de longo prazo, como também para a elaboração do segundo relatório a ser apresentado ao Conselho de Assuntos Ambientais do Tratado.

Contribuiu-se para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) com a elaboração do relatório "A importância da biodiversidade e dos ecossistemas para o crescimento econômico e a equidade na América Latina e no Caribe: Uma avaliação econômica dos ecossistemas". Em conjunto com o Instituto de Direito e Economia Ambiental do Paraguai, a OEA/DDS deu início à execução do projeto Pagamento por Serviços Ambientais e Agricultura Sustentável para a Conservação e o Desenvolvimento no Paraguai, pelo qual recebeu do Banco Mundial o Prêmio Cristal do Development Marketplace 2008.

O DDS, em conjunto com a Secretaria da CARICOM e com o apoio do Banco Mundial, trabalhou na execução do projeto de legislação de emergências no Caribe e concluiu a elaboração de recomendações sobre a maneira de se melhorar os instrumentos jurídicos e os procedimentos administrativos durante e imediatamente depois de um desastre natural.

Em 2010, a Seção de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos concluiu a formulação, a negociação e o início da execução dos Projetos GEF: (1) Esquema para a gestão sustentável dos recursos hídricos na Bacia do Rio da Prata; (2) Gestão sustentável da floresta na região transfronteiriça do ecossistema Chaco Americano; e (3) "Esquema Regional para o uso sustentável do Rio Bravo. Em colaboração com a UNESCO e o FEMCIDI, o DDS continuou a execução do projeto Gestão Integrada e Sustentável dos Aquíferos Transfronteiriços das Américas. Publicou o Livro III e elaborou o Livro IV sobre os "Aspectos Sociais, Econômicos, Ambientais e Climáticos dos Sistemas de Aquíferos Transfronteiriços nas Américas" e ainda participou dos principais painéis de peritos da Conferência Mundial de Aquíferos Transfronteiriços (UNESCO), em Dezembro de 2010.

O Departamento trabalhou na execução de quatro projetos: a Rede Interamericana de Informação sobre a Biodiversidade (IABIN); o Banco de Dados de Áreas Protegidas do Amazonas e dos Andes (AAPAD); a Iniciativa de Espécies Migratórias do Hemisfério Ocidental (IEMHO); e o ReefFix, um projeto sobre a gestão integral das zonas costeiras.

O DDS, junto com 7 países andinos (Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela) e Costa Rica, implementaram uma estratégia regional para a conservação e o uso sustentável das zonas úmidas andinas, bem como o programa para desenvolver ferramentas de avaliação e remuneração de serviços ambientais.

Com relação à gestão do risco e à adaptação à mudança do clima, o Departamento continuou promovendo a Rede Interamericana de Mitigação de Desastres (RIMD), com financiamento do Programa Interamericano de Cooperação do Canadá, por meio da implementação do endereço eletrônico dessa rede, bem como da organização de mesas redondas sobre políticas públicas em matéria de gestão de risco. Destaca-se ainda, a apresentação do segundo encontro hemisférico: Encontro de Santa Marta. Também se continuou o apoio ao desenvolvimento do programa OEA – Capacetes Brancos.

Em 2010, concluíram-se as publicações dos projetos "Aplicação das Tecnologias da Informação e das Comunicações para a Mitigação de Desastres no Istmo Centro-Americano", financiado pelo Centro Internacional de Pesquisas para o Desenvolvimento (IDRC) do Canadá, por intermédio do Instituto para a Conectividade das Américas (ICA); e do "Programa Centro-Americano de Alerta Antecipado em Caso de Inundações em Pequenas Bacias (SVP) e Redução da Vulnerabilidade: Desenvolvimento de uma Plataforma Regional", com o apoio da Plataforma Global para a Promoção do Alerta Antecipado das Nações Unidas (ONU/PGPAT) e da UNISDR Américas, e financiamento do Governo da Alemanha.

Em 16 de abril de 2010, o DDS organizou a Reunião de Ministros de Energia e Clima, em colaboração com o Departamento de Energia dos Estados Unidos e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Mediante o Programa de Energia Sustentável do Caribe (CSEP), foram elaboradas políticas nacionais de energia para a Dominica, Saint Kitts e Nevis e Bahamas. Uma política nacional de energia foi adotada em Santa Lúcia e um plano nacional de energia foi aprovado em São Vicente e Granadinas. O DDS ajudou a administração da Ilha de Nevis na elaboração do acordo de compra de energia, que culminou no primeiro parque eólico de 1,1 MW

em Nevis, em um parque eólico de 8 MW em Saint Kitts e em uma usina de 32 MW de energia geotérmica em Nevis.

Em conformidade com seu papel de Centro de Informações da Parceria em Energia e Clima para as Américas (ECPA), o DDS lançou o endereço eletrônico (www.ecpamericas.org) e criou uma rede de pontos focais. Ademais, mediante o Programa de Energia Sustentável do Caribe (da ECPA), o DDS iniciou o processo de subvenções para projetos em sete países do Caribe a fim de obter avanços na pesquisa sobre energias renováveis e eficiência energética, bem como seu desenvolvimento e uso. Por solicitação do Governo Federal de Saint Kitts e Nevis, será prestado apoio para a realização de um estudo de viabilidade preliminar sobre o potencial de uma interconexão elétrica submarina entre a Federação e Porto Rico.

Por meio do Acordo sobre Biocombustíveis entre os Estados Unidos e o Brasil, foram conduzidos estudos preliminares de viabilidade e avaliações de biocombustíveis no Haiti, na República Dominicana, em El Salvador e em Saint Kitts e Nevis, e prestou-se assistência técnica para o desenvolvimento de políticas de biocombustíveis aos Governos de El Salvador, República Dominicana, Saint Kitts e Nevis, Haiti, Guatemala e Jamaica. Com o apoio do Governo do Canadá, o DDS ajudou Belize a elaborar sua política nacional de energia. Ademais, o DDS continuou funcionando como a Secretaria Regional para a América Latina e o Caribe da Parceria para Energias Renováveis e Eficiência Energética (REEEP).

2.4.4 Departamento de Desenvolvimento Social e Emprego (DDSE)

O Departamento de Desenvolvimento Social e Emprego (DDSE) apóia os esforços dos Estados membros em prol do desenvolvimento com equidade, mediante o incentivo a políticas e programas de redução da pobreza, promoção do trabalho e geração de emprego. Em matéria de migração, o DDSE elabora sistemas de informação para facilitar o diálogo multilateral sobre o tema.

Os mandatos que orientam as atividades do DDSE são provenientes de resoluções da Assembléia Geral, das Cúpulas das Américas e das reuniões de ministros do desenvolvimento social e do trabalho.

A principal realização do DDSE em 2010 consistiu no cumprimento dos mandatos 9, 10 e 15 da Quinta Cúpula das Américas, referentes à Rede Interamericana de Proteção Social, à Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Social e à Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho, respectivamente.

A Segunda Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Social no âmbito do CIDI realizou-se em julho de 2010, em Cáli, Colômbia, com o lema "Fortalecimento e Sustentabilidade dos Sistemas de Proteção Social", e dela participaram delegações de 28 Estados membros da OEA, bem como altas autoridades de 12 organismos do Sistema Interamericano e Mundial. No âmbito do Comunicado de Cáli, adotaram-se as diretrizes de trabalho do fórum para o período 2010-2012. O Brasil foi eleito Presidente da Comissão Interamericana de Desenvolvimento Social (CIDES) para esse período, e as Vice-Presidências serão exercidas por El Salvador (2010-2011), México (2011-2012) e Barbados.

Constituiu-se a Rede Interamericana de Proteção Social (RIPSO) como ferramenta de cooperação para que se avance na promoção e no fortalecimento das políticas sociais na região. A RIPSO é uma plataforma para o intercâmbio e a transferência de conhecimentos e experiências de políticas e programas de proteção social, com base na cooperação Sul-Sul e com o apoio de ferramentas virtuais e de educação à distância.

No âmbito da RIPSO, o Departamento fortaleceu os esforços de cooperação horizontal por meio do programa Ponte no Caribe, compartilhando aspectos da experiência chilena em proteção social com Barbados, Jamaica, Saint Kitts e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname e Trinidad e Tobago. Além das atividades presenciais de capacitação, o programa lançou um fórum e uma aula virtuais para o intercâmbio permanente de conhecimento e experiências para a elaboração e a implementação de estratégias de proteção social no Caribe.

2.5 SECRETARIA DE SEGURANÇA MULTIDIMENSIONAL

Até a data de publicação deste relatório, a Secretaria de Segurança Multidimensional (SSM) regia-se pela Ordem Executiva Nº 08/01 Rev.4, emitida em 28 de fevereiro de 2011. No entanto, este relatório refere-se a 2010, quando a SSM era regida pela Ordem Executiva nº 08-01, rev.3, datada de 2001. De acordo com o mandato correlato, a SSM estava constituída pelo Escritório Executivo do Secretário de Segurança Multidimensional, pela Secretaria Executiva da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (SE/CICAD), em nível de Departamento, pela Secretaria do Comitê Interamericano Contra o Terrorismo (S/CICTE), em nível de Departamento, e pelo Departamento de Segurança Pública (DSP).

2.5.1 Escritório Executivo do Secretário de Segurança Multidimensional (SSM)

O Escritório Executivo do Secretário de Segurança Multidimensional realizou atividades de coordenação relacionadas à cooperação com os Estados membros e entre esses mesmos Estados, a fim de enfrentar as ameaças à segurança nacional e dos cidadãos. Manteve intensa coordenação com os diferentes Estados membros, organismos e instituições em apoio às atividades de implementação da Declaração sobre Segurança nas Américas, e prestou apoio aos órgãos políticos no âmbito da Comissão de Segurança Hemisférica. Coordenou a mobilização de recursos externos em apoio aos esforços dos países mediante programas e projetos de fortalecimento institucional e de capacitação de recursos humanos.

Desenvolveu o Plano Estratégico da SSM juntamente com seus três departamentos, estabelecendo mecanismos de trabalho e coordenação.

▪ Comissão de Segurança Hemisférica

Na função de Secretaria Técnica da Comissão de Segurança Hemisférica, planejou e coordenou as reuniões da Comissão e elaborou relatórios e documentos técnicos vinculados aos temas abordados em apoio às autoridades da Comissão.

▪ Desarmamento

Deu prosseguimento aos esforços para incentivar os Estados membros a contribuir mais plenamente para a abertura e a transparência mediante o intercâmbio de informações sobre os sistemas de armas constantes do Registro de Armas Convencionais das Nações Unidas.

Estabeleceu vínculos de cooperação com o Escritório das Nações Unidas para Assuntos de Desarmamento com o objetivo de acelerar e sincronizar o mecanismo de envio de relatórios dos Estados Partes no Registro de Armas Convencionais da ONU e na Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais da OEA.

▪ Junta Interamericana de Defesa

Manteve reuniões periódicas de cooperação com a Junta Interamericana de Defesa (JID) e com o Colégio Interamericano de Defesa (CID), destinadas ao cumprimento das diretrizes de aproximação com a Secretaria-Geral. Participou das reuniões do Conselho de Delegados da JID.

- **Coordenação e apoio técnico a programas e projetos**

Em consulta com as áreas subordinadas à SSM, preparou o projeto de orçamento-programa do Fundo Ordinário e formulou projeções de recursos externos para 2011. Coordenou a avaliação da pertinência dos programas e projetos da Secretaria a serem executados com fundos específicos, de acordo com os critérios estabelecidos pela Comissão de Avaliação de Projetos. Em especial, coordenou a avaliação de projetos da Secretaria financiados pelo Canadá, Estados Unidos e Espanha.

- **Fortalecimento da cooperação internacional**

Destacou os mecanismos e contextos para o desenvolvimento de atividades destinadas a fortalecer a cooperação internacional, mantendo estreita colaboração com órgãos internacionais, regionais e sub-regionais, entre eles o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), as Nações Unidas e seu Escritório sobre Drogas e Crime (UNODC), o Escritório das Nações Unidas para Assuntos de Desarmamento (UNODA), a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), o UN-liREC, a Comunidade Andina de Nações (CAN), o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), o Grupo de Ação Financeira da América do Sul (GAFISUD), a Comissão Centro-Americana Permanente para Erradicar a Produção, o Tráfico, o Consumo e o Uso Ilícitos de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas (CCP), a Secretaria da CARICOM, o Grupo de Ação Financeira do Caribe (GAFIC), o Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz da Suécia (SIPRI), o Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (OEDT), a INTERPOL, a Agência de Implementação de Segurança e Combate à Criminalidade (IMPACS), a Fundação Internacional de Lions Clubs (e Lions Clubs nacionais), a Fundação Mundial de Cacau, o Instituto Nacional sobre Abuso de Drogas dos Estados Unidos (NIDA/USA), a USAID, o Centro de Dependência Química e Saúde Mental do Canadá (CAHM), a Real Polícia Montada do Canadá, a Associação Internacional de Tribunais para Questões Relacionadas às Drogas, a Associação Psiquiátrica da América Latina (APAL), a Aliança de Empresas para um Comércio Seguro (BASC) e seus escritórios nacionais, a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), a Comissão Européia, a CIDA, o DFAIT e os Governos da Espanha, França e Grécia, além de organizações não-governamentais e o setor privado, na área de segurança.

No período a que este relatório se refere, a SSM participou da Terceira Cúpula da Comunidade de Polícias das Américas, no México, em 8 de outubro de 2010, e da Conferência dos Estados Partes na Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, em Viena, Áustria, em 16 de outubro. Realizou missões com altos funcionários do UNODC em matéria de tráfico e comércio de pessoas, aplicação da lei, criminalidade organizada e lavagem de dinheiro, redução da demanda e desenvolvimento alternativo, criminalidade organizada e tráfico ilícito, e terrorismo. Juntamente com o Governo do Peru, organizou o Quarto Fórum sobre a Aplicação de Medidas de Fortalecimento da Confiança e da Segurança, em Lima, Peru, em 15 e 16 de novembro.

Também em 2010, a SSM participou da Nona Conferência de Ministros da Defesa das Américas, na Bolívia, de 22 a 25 de novembro. Com o apoio da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), realizou o Seminário sobre Segurança, violência e direitos humanos nas Américas: desafios e perspectivas, em 2 e 3 de dezembro, a fim de discutir a repressão às drogas, a proliferação de armas de fogo, e o tráfico de pessoas, que afetam os países da região. Intensificou as parcerias com a Real Polícia Montada do Canadá (RCMP), a fim de fortalecer capacidades por meio dos programas de treinamento da S/CICAD e CIFTA e fortaleceu os vínculos de cooperação sobre segurança multidimensional com países Observadores Permanentes.

2.5.2 Secretaria Executiva da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD)

O Quadragésimo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA adotou a Estratégia Hemisférica sobre Drogas, aprovada pela CICAD em maio de 2010, concluindo assim um processo de 12 meses e quatro reuniões de grupos de trabalho que examinaram de forma abrangente as pautas dos programas nacionais, a cooperação regional e o consenso sobre a política referente às drogas. Deu-se início ao trabalho de elaboração de um Plano de Ação para transformar as diretrizes da Estratégia em recomendações nacionais e regionais sobre políticas e programas mais específicos, com prioridades claras, quantificáveis e realizáveis, em períodos determinados, com tarefas específicas para a S/CICAD, a fim de apoiar os Estados membros. O Governo do México será o coordenador-geral do novo Grupo de Alto Nível, com o apoio de cinco coordenadores por área temática: fortalecimento institucional (Suriname), redução da demanda (Estados Unidos), redução da oferta (Colômbia), medidas de controle (Argentina), e cooperação internacional (Venezuela).

▪ Mecanismo de Avaliação Multilateral (MAM)

Em maio foi publicada a Análise de Recomendações do MAM 2010, um estudo sobre as recomendações conferidas aos Estados membros no período de dez anos. Em dezembro, a CICAD aprovou 33 relatórios nacionais de avaliação do progresso das políticas de controle de drogas 2007-2009, atribuindo um total de 350 recomendações que permitem fortalecer a cooperação multilateral e as políticas nacionais.

▪ Redução da demanda

O alcance do Programa foi ampliado para toda a América Latina, a fim de melhorar a qualidade dos serviços dos centros de tratamento da dependência de drogas por meio de treinamento e certificação sistemática de seus conselheiros, bem como melhorar a capacidade dos Estados de definir e garantir níveis de qualidade no tratamento e na reabilitação.

▪ Redução e controle da oferta

Foram organizados 28 seminários e oficinas em 14 países, capacitando 1.100 funcionários dos organismos encarregados da aplicação da lei, alfândega, inteligência e outros participantes,

utilizando a experiência de múltiplas fontes regionais e internacionais, para melhorar sua capacidade de detectar e reprimir o tráfico ilícito de drogas e delitos conexos.

- **Combate à lavagem de ativos**

Foram organizados 17 seminários e oficinas em 14 países, capacitando 700 juízes, procuradores, analistas financeiros, funcionários e membros da força policial, a fim de detectar, investigar e levar à justiça os casos de delitos financeiros relacionados com o tráfico de drogas.

- **Fortalecimento institucional**

Com o apoio da agência argentina para o controle de drogas, SEDRONAR, e do Instituto de Drogas da Costa Rica, redigiu e publicou em espanhol, após a publicação em inglês no ano anterior, um Guia para formular, implementar e avaliar planos e programas nacionais que reúnem a vasta experiência das comissões nacionais de drogas, intitulado “Como desenvolver uma política nacional sobre drogas: um guia para os encarregados das políticas, técnicos e peritos”.

- **Observatório Interamericano sobre Drogas (OID)**

Em colaboração com o escritório do UNODC/Bogotá, seis observatórios nacionais de drogas e o OID, divulgou a publicação do segundo estudo intitulado, “Pesquisas sobre o consumo de drogas entre estudantes do ensino médio: um estudo comparativo” (Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Peru e Uruguai).

2.5.3 Secretaria do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE)

O Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE) foi criado em 1999 [AG/RES. 1650 (XXIX-O/99)] com o propósito de promover e desenvolver a cooperação entre os Estados membros para prevenir, combater e eliminar o terrorismo. A Secretaria do CICTE (S/CICTE) foi criada em 2002. Suas funções constam do Estatuto do CICTE [AG/RES. 2010 (XXXIV-O/04)], do respectivo Regulamento e da Ordem Executiva N° 08-01, Rev.3. Suas responsabilidades são: prestar apoio técnico e administrativo às reuniões do CICTE, oferecer assistência técnica e capacitação aos Estados membros em atendimento às suas necessidades e solicitações, e promover a coordenação e a cooperação entre os Estados membros e com as organizações multilaterais e internacionais.

As áreas programáticas do CICTE estão estabelecidas no seu Plano de Trabalho (CICTE/doc.4/10 rev.1) aprovado pelos Estados membros do Comitê. Em 2010, a S/CICTE realizou 114 eventos sobre assistência técnica e ministrou capacitação a 3.505 participantes.

- **Controles fronteiriços**

- Segurança marítima: realização de 22 atividades e programas que capacitaram 1.542 funcionários

- Segurança aeroportuária: realização de 23 eventos com a participação de 384 funcionários
- Segurança de documentos: implementação de seis atividades de assistência técnica mediante as quais foram capacitados 225 funcionários
- Controles de alfândega e imigração: realização de três seminários para capacitar 110 participantes

- **Proteção de infra-estrutura crítica**

Mediante o Programa de Segurança Cibernética a Secretaria apoiou a criação de uma Rede Hemisférica de Equipes de Resposta a Incidentes de Segurança Cibernética (CSIRT), que conta com aproximadamente 100 usuários, representando 19 países. O número de CSIRT nacionais subiu para 14. Foram capacitados 411 funcionários em 11 eventos. No Programa de Segurança em Turismo foram realizados sete seminários e capacitados 414 participantes.

- **Assistência legislativa e combate ao financiamento do terrorismo**

Juntamente com o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC) e a Secretaria Executiva da CICAD, apoiou-se o processo legislativo na Bolívia e a adoção de duas novas leis nacionais em matéria de combate ao terrorismo e seu financiamento. Foram realizados 14 eventos com a participação de 513 funcionários.

- **Fortalecimento de estratégias contra novas ameaças terroristas**

Foram realizadas três atividades relacionadas com exercícios simulados. Reuniram-se 184 funcionários para avaliar a capacidade de resposta e gestão de crises em caso de um ataque bioterrorista.

- **Associações com outras organizações multilaterais e internacionais**

A Secretaria do CICTE fortaleceu sua interação e cooperação com o Comitê contra o Terrorismo (CTC) do Conselho de Segurança da ONU, o Grupo de Trabalho Encarregado da Implementação do Combate ao Terrorismo (CTITF), o UNODC, o UNICRI, a OMI, a OACI, a Organização Mundial de Aduanas (OMA), e entidades regionais como o Conselho da Europa, a Organização de Estados do Caribe Oriental e o APEC. A associação e parceria com mais de 40 organizações internacionais, regionais e sub-regionais oferecem um excelente contexto para a promoção da OEA no âmbito da cooperação internacional, em benefício dos Estados membros. Sob a presidência do México e a vice-presidência das Bahamas foi realizado o Décimo Período de Sessões do CICTE, de 17 a 19 de março, em Washington D.C.

2.5.4 Departamento de Segurança Pública (DSP)

As atividades do DSP destinam-se a fortalecer as capacidades nacionais dos Estados e a promover a implementação de ferramentas de combate à criminalidade e à violência na região.

- **Processo MISPA**

Organizou uma reunião de peritos governamentais com 86 representantes de 26 Estados membros e países observadores, a fim de considerar as diretrizes básicas de uma agenda de trabalho para a Terceira Reunião de Ministros em Matéria de Segurança Pública das Américas (MISPA III), a ser realizada em Trinidad e Tobago, em 2011.

Organizou uma reunião de acadêmicos e peritos do Caribe para analisar o processo MISPA e as iniciativas implementadas pela OEA.

- **Combate ao tráfico ilícito de armas**

Prestou apoio aos Estados membros nas áreas de gestão de armas, marcação de armas de fogo e implementação das disposições da CIFTA. Apoiou os Governos da Guatemala e Nicarágua na destruição de 500 toneladas de munições, granadas e bombas para avião. Fabricou um sistema móvel para a destruição de armas e munições, e deu continuidade à execução do projeto que fornecerá a 30 Estados membros um equipamento de marcação de armas de fogo, bem como a capacitação necessária à sua utilização.

- **Remoção humanitária de minas**

Contribuiu para que a Nicarágua se tornasse um Estado livre de minas antipessoal, após 17 anos de assistência por parte da OEA. Contribuiu para a destruição, na Guatemala, de 4 milhões de artefatos e, na Nicarágua, de 377 mil artefatos, bem como para a recuperação de mais de 443.000 metros quadrados de área contaminada. Contribuiu para que a Colômbia concluísse a recuperação de 82 áreas minadas, e permanece apoiando a remoção de minas na fronteira entre Equador e Peru. Organizou campanhas de comunicação para milhares de pessoas sobre o risco de minas. Contribuiu para que mais de 400 sobreviventes de minas recebessem reabilitação física, psicológica ou vocacional ou fossem beneficiados com microprojetos para sua reintegração socioeconômica.

- **Fortalecimento de capacidades nacionais**

Em coordenação com o BID e o UNODC, procurou fortalecer as capacidades dos Estados de compilar, analisar e divulgar informações sobre criminalidade e violência. Realizou cursos destinados ao fortalecimento dos indicadores nacionais de segurança com a participação de 15 países. Realizou o seminário “Pesquisas sobre Vitimação no Caribe”, a fim de compartilhar experiências e discutir metodologias.

Capacitou mais de 500 juízes, procuradores e policiais de 14 países do Caribe com vistas a identificar e combater o tráfico de pessoas, especialmente de mulheres e crianças. Organizou seminários com o objetivo de fortalecer a capacidade dos parlamentos para elaborar leis de segurança pública, com base em instrumentos desenvolvidos regionalmente. Realizou cursos sobre Prestação de Contas e Modernização Policial e Inteligência Policial, a fim de compartilhar experiências e boas práticas.

Atuou como Secretária Técnica para implementar o Plano de Ação Hemisférico contra a Criminalidade Organizada Transnacional, assim como Secretária da Coalizão Interamericana para a Prevenção da Violência (CIAPV), fortalecendo seus vínculos com o BID, Banco Mundial, OPAS, USAID, CDC e UN-Habitat.

2.6 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

A SAF foi criada pela Ordem Executiva 08/01 Rev. 3 (1º de outubro de 2009) e é constituída pelo Departamento de Recursos Humanos, pelo Departamento de Serviços de Gestão Financeira e Administrativa, pelo Departamento de Serviços de Informação e Tecnologia, pelo Departamento de Planejamento e Avaliação, pelo Escritório de Serviços de Compras, e pelo Escritório de Serviços Gerais. Sua missão é oferecer liderança e orientação às atividades de apoio administrativo, inclusive a gestão orçamentária e financeira, os serviços de tecnologias da informação da Secretaria-Geral, o planejamento, a avaliação e o acompanhamento operacional de programas, a gestão de serviços gerais (inclusive dos edifícios e serviços de segurança), a aquisição e contratação de bens e serviços, bem como a gestão e treinamento do pessoal, em conformidade com os princípios estabelecidos de gestão profissional.

Gabinete do Secretário

No período a que se refere este relatório, o Escritório do Secretário de Administração e Finanças manteve o apoio aos órgãos políticos da Organização, principalmente à Comissão de Assuntos Administrativos e Orçamentários (CAAP), atuando como elo principal entre ela e a Secretaria-Geral.

O Escritório do Secretário também estabeleceu coordenação com as diferentes áreas da Secretaria-Geral, apoiando seus programas do ponto de vista financeiro e administrativo e liderando uma série de reformas destinadas a modernizar e a tornar mais transparente a referida Secretaria.

O andamento de vários desses aspectos foi periodicamente comunicado aos Estados membros e à Direção Executiva por meio do “Relatório Trimestral sobre a Administração de Recursos na OEA”. Esse relatório integra as atividades da SAF, informa sobre sua execução e atende às recomendações da Junta de Auditores Externos da OEA, assim como aos mandatos decorrentes da resolução do orçamento.

2.6.1 Departamento de Serviços de Gestão Financeira e Administrativa (DGFA)

Em 2010, o DGFA manteve-se empenhado em alcançar metas imediatas e de longo prazo, entre as quais estão incluídas as seguintes: 1) melhorar a transparência e eficácia da informação financeira; e 2) fortalecer a coordenação entre departamentos a fim de assegurar a qualidade dos serviços.

A seguir são apresentadas algumas das importantes ações do DGFA em 2010:

Taxa de câmbio de moedas estrangeiras

O DGFA estabeleceu uma parceria com a INTL Global Currencies, LTD (IGC), empresa que oferece uma variedade de produtos e serviços relativos a moedas estrangeiras, inclusive pagamentos em nível mundial em 170 países. Ao utilizar os serviços da IGC, a OEA garantiu o acesso a taxas de conversão competitivas, bem mais favoráveis do que as taxas de câmbio

oferecidas nos bancos locais. Por meio desse processo competitivo, o DGFA assegura-se de que os projetos no campo recebam o máximo financiamento local possível.

Mecanismos de relatório de despesas

O DGFA encontra-se atualmente na fase de teste da implementação do Concur Expense e do Cliqbook, ferramentas on-line que facilitam o processo de viagens e a prestação de contas. Isso significa que a Organização poderá ter melhor acesso às despesas de viagem e ao controle dos recursos da Organização.

Demonstrações financeiras mais úteis

O DGFA implementou recentemente uma ferramenta para a produção automatizada de demonstrações financeiras individuais de Fundos Específicos. Isso permite que a SG/OEA prepare demonstrações uniformes e de uso fácil que contribuirão para cumprir os requisitos dos doadores. Graças a esse novo formato, os administradores de projetos podem, agora, supervisionar facilmente a execução de seus projetos e garantir que as rubricas aprovadas não excedam o orçamento aprovado.

Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS na sigla em inglês)

Em 2010, a SG/OEA redefiniu os termos de referência do contrato com os auditores externos, Ernst & Young (E&Y), com relação ao recebimento de assessoria sobre as IPSAS. Para esse fim, foi realizada uma reunião para avaliar as necessidades da Organização com vistas a avançar e definir a melhor maneira da E&Y orientar a SG/OEA nesse processo de implementação.

No segundo trimestre do ano, o DGFA ofereceu um programa de treinamento sobre as IPSAS por meio da IBTCI, empresa que desenvolveu o treinamento sobre as IPSAS para as Nações Unidas. Funcionários da SAF e do Escritório do Inspetor-Geral participaram do mencionado curso.

▪ **Resultados orçamentários da SG/OEA**

Fundo Ordinário

- No Quadragésimo Período Extraordinário de Sessões, realizado em 30 de setembro de 2010, a Assembléia Geral aprovou o orçamento-programa relativo ao período fiscal de janeiro a dezembro de 2011, no total de US\$85.351.000,00, o que representa uma redução de US\$4.774.200,00 em relação ao período fiscal de janeiro a dezembro de 2010.
- Esse orçamento incluía um aumento na atribuição de cotas no total de US\$2.357.800,00 (equivalente a 3% em relação a 2009). Esse aumento foi adotado pela Assembléia Geral para o período fiscal de 2011 e em resposta às dificuldades econômicas para o financiamento do orçamento-programa do mencionado ano.

- Quando do encerramento do período fiscal de janeiro a dezembro de 2010, a Secretaria-Geral executou US\$90,1 milhões, que correspondem a 100% do orçamento aprovado.
- Subfundo de Reserva do Fundo Ordinário terminou com um saldo de US\$46.000,00 para 2010. Esse saldo não inclui US\$1.066.000,00 relativos a cotas atribuídas e não recebidas em 2010 ou a cotas atrasadas e não recebidas, as quais, em sua maioria, contemplam um plano de pagamento de longo prazo no montante de US\$216.000.00.

Fundos específicos

- As contribuições em dinheiro aos fundos específicos atingiram o montante líquido de US\$ 68,61 milhões em 2010 em comparação com um valor líquido de US\$70,12 milhões em 2009, o que representa uma redução de US\$1,5 milhão ou 2,1%.
- Os três maiores contribuintes em 2010 continuaram sendo o Canadá, com US\$22,3 milhões, ou 32,5% das contribuições totais, seguido dos Estados Unidos, com US\$20,0 milhões, ou 29,2%, e Espanha, com US\$5,2 milhões ou 7,6%. Do total de US\$68,6 milhões em contribuições em 2010, 66,7% correspondem aos Estados membros, 23,0% aos Observadores Permanentes e 10,3% a outras instituições e doadores.
- Em comparação com 2009, os Estados membros aumentaram suas contribuições em 4,9%, respaldados principalmente pelo Canadá e pelos Estados Unidos. Por outro lado, as contribuições dos Observadores Permanentes diminuíram em 19,6%, uma queda atribuída principalmente à redução das contribuições da Espanha. Apesar da substancial diminuição, excetuando-se Dinamarca, Grécia e Itália, observou-se uma importante recuperação por parte de vários contribuintes europeus em comparação com 2009.
- Paralelamente, outras instituições e doadores aumentaram suas contribuições em aproximadamente 4,0%. As Nações Unidas reduziram sua contribuição em 27,4%, seguida do Banco Mundial, cuja redução foi de 17,8%. Por outro lado, a Organização Internacional para Migrações ajudou a compensar essa diminuição ao aumentar consideravelmente suas contribuições em relação a 2009.
- Em 2010, o nível dos gastos totais manteve a tendência de alta e atingiu US\$68,8 milhões, um aumento de US\$5,2 milhões, ou 8,1%, em relação a 2009. Mais de 35% do total de gastos estão relacionados aos projetos administrados pelo Programa 6 - Secretaria de Assuntos Políticos, em seguida, pelo Programa 5 - Secretaria de Segurança Multidimensional, com 23% e pelo Programa 7 - Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral, com quase 18%. Com relação aos US\$68,8 milhões de gastos totais, US\$26,6 milhões, ou 38,7%, referem-se a gastos de contratos por resultados, enquanto US\$14,7 milhões, ou 21,4%, estão relacionados a gastos de viagens.

¹. Em fevereiro de 2011, foram recebidas instruções dos Estados Unidos para destinar fundos ao FEMCIDI no montante de US\$1,2 milhão. Essa destinação consta das demonstrações de 2011.

². Não estão incluídos US\$3 milhões provenientes dos Estados Unidos e posteriormente destinados ao FEMCIDI.

2.6.2 Departamento de Recursos Humanos

Em 2010, o DRH continuou implementando ações para tornar mais eficiente a gestão de Recursos Humanos por meio de:

▪ Desenvolvimento do Pessoal

A estratégia de treinamento da SG/OEA esteve vinculada à implementação do Sistema de Avaliação de Desempenho (PES), e ao fortalecimento das competências de supervisão e liderança dos funcionários com responsabilidades gerenciais, sendo que esse fortalecimento se deu por meio de cinco programas de treinamento, capacitando um total de 112 funcionários.

A segunda e terceira fases do ciclo piloto do PES, (i) Conversa sobre desempenho e (ii) Reunião formal sobre desempenho, totalizaram 646 participantes. Atualmente, o DRH trabalha em conjunto com o Departamento de Desenvolvimento Humano, Educação e Cultura (DDHEC) no desenvolvimento de uma ferramenta de capacitação a distância para os Escritórios Nacionais, a qual estará disponível no primeiro trimestre de 2011.

A SG/OEA, mediante o programa de estágios, ofereceu a 240 jovens a oportunidade de colaborar em diferentes áreas e enriquecer sua experiência profissional. Por meio do Departamento de Assuntos Internacionais (DAI), o acordo OEA/CORÉIA foi renovado até 2013, a fim de receber dez estagiários deste país nos próximos anos.

Foi lançado um piloto do Programa de Estágios nos Escritórios Nacionais com a participação de 15 estagiários nos Escritórios do Panamá, da Venezuela, da MAPP/Colômbia e do INN/Uruguai. O Programa oferece a oportunidade de estágio a estudantes de outros países cujos recursos sejam limitados para viajar à sede, em Washington, D.C., e permite a colaboração com os Escritórios Nacionais para a consecução de seus objetivos.

A fim de desenvolver uma comunicação mais direta e eficiente com estagiários e ex-estagiários, foi lançada uma comunidade virtual com um espaço para compartilhar informações e analisar temas relevantes ao estágio.

▪ Unidade de Seguros/Saúde

Foram realizados eventos com vistas a promover um estilo de vida saudável, entre eles, a Feira da Saúde e as Avaliações Ergonômicas. Foram mantidos os programas anuais que buscam melhorar a qualidade de vida e a produtividade dos funcionários, como doação de sangue, vacinas contra a gripe e serviços de terapia psicológica.

▪ Benefícios

Foram criados vários relatórios internos que melhoraram o controle do registro e da dispensa de pessoal em matéria de vistos G4.

Além disso, foi realizado um seminário sobre a responsabilidade fiscal dos funcionários que empregam pessoal doméstico com visto G5.

▪ **Operações**

Um grande número de CPRs foi regularizado no Haiti por meio de contratos de observadores especiais e contratos locais, como parte do processo de padronização e adequada aplicação dos mecanismos de contratação, o que reduzirá riscos potenciais para a Organização.

Foram realizadas as ações necessárias no que se refere ao pessoal, para a redução de 52 cargos do Fundo Ordinário, de acordo com o orçamento-programa aprovado pela Assembléia Geral para 2011.

▪ **Reengenharia**

O Sistema de Controle de Cargos apresentou importante avanço com a inserção dos cargos cujo preenchimento se dá por meio de prova, os quais estarão em operação no Sistema OASES, no módulo de RH, em início de 2011. Será dada continuidade ao trabalho com o DFAMS, a fim de incluir no Sistema o orçamento relativo a esses cargos.

2.6.3 Departamento de Serviços de Informação e Tecnologia

Em linha com as pautas do Plano de Desenvolvimento Estratégico da SAF/DOITS, foram desenvolvidas as seguintes atividades em 2010:

Novos equipamentos de informática foram incorporados, fortalecendo os já existentes, com o objetivo de continuar aumentando a eficiência e eficácia dos serviços prestados à Organização, em particular no que se refere à plataforma de correio eletrônico; a interconexão entre os edifícios da sede foi assegurada por meio da instalação de novas tecnologias; implementou-se uma nova modalidade segura de acesso remoto à rede interna da Organização (SSL-VPN) e, finalmente, incorporou-se tecnologia de ponta ao Salão Libertador Simón Bolívar (sede do Conselho Permanente), a fim de permitir a realização de videoconferências multiponto e de alta qualidade.

No que se refere à segurança informática, a SAF/DOITS desenvolveu um mapa interativo que permite visualizar em tempo real o número e a origem de ataques cibernéticos, os quais são detectados e neutralizados pelos sistemas de segurança cibernética da Organização, havendo-se definido os procedimentos a serem seguidos caso as defesas sejam vencidas. Ao longo de 2010, a SAF/DOITS trabalhou com peritos em segurança cibernética de países membros como parte da iniciativa de segurança cibernética liderada pela Secretaria Executiva do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE).

A fim de apoiar os mandatos executados pelos outros departamentos da Organização, a SAF/DOITS desenvolveu 18 novos aplicativos de software, dentre os quais destacamos:

- Sistema de Gestão de Conteúdos da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)

- Atualização do Sistema de Gestão de Observação Eleitoral (EOMS) para incluir o processo de avaliação das Missões de Observação Eleitoral da Organização
- A primeira fase do novo Sistema de Gestão de Conteúdo para o Portal da Organização
- Novo sistema de operação com cartões de crédito on-line para pagamentos e doações
- Primeira fase do Sistema de Formulação, Monitoramento e Avaliação de Projetos
- Mapa de Programas de Emprego Temporário para Trabalhadores Migrantes (MINPET)
- Observatório Interamericano de Segurança

A crescente demanda de software de rede social como Facebook, Twitter e MySpace por parte das áreas levou à implementação de uma plataforma única de "Comunidades Virtuais". Essa plataforma está sendo utilizada por vários departamentos, possibilitando a colaboração entre pessoas e/ou organizações, inclusive Estados membros, sociedade civil, especialistas e outros. Nesse ano foram lançadas dez comunidades virtuais com diferentes níveis de aceitação.

Diante da crescente demanda de software ad-hoc foi dada continuidade à otimização e ao uso contínuo da Plataforma de Desenvolvimento de Software, criada com a finalidade de assegurar a qualidade dos produtos de software entregues pela SAF/DOITS e seu respectivo financiamento.

Foram definidas e implementadas com êxito as políticas de aquisição de equipamentos de informática e de terceirização de software. Em conformidade com essa última política, foi implementado o processo de credenciamento técnico de provedores externos de software, a fim de assegurar a integridade e a coerência com os aplicativos existentes.

2.6.4 Departamento de Planejamento e Avaliação

O Departamento de Planejamento, Controle e Avaliação foi criado mediante a Ordem Executiva Nº 05-15 e incorporado à nova estrutura organizacional, estabelecida por meio da Ordem Executiva Nº 05-13. Em dezembro de 2008, o Departamento, cuja denominação era, então, Departamento de Planejamento e Acompanhamento, foi incorporado à SAF. A partir de outubro de 2009, sua denominação mudou para Departamento de Planejamento e Avaliação, com a incorporação das funções de formulação e controle do orçamento e de gestão de estruturas organizacionais.

Ao longo de vários mandatos da Assembléia Geral em matéria de avaliação e controle de resultados, o Departamento vem prestando apoio com o fim de criar sistemas adequados de planejamento, controle e avaliação que permitam aos Estados membros acompanhar a programação e o controle do orçamento, e também com o fim de desenvolver uma estrutura de avaliação de programas e projetos que responda aos mandatos estabelecidos pelos corpos políticos e às vantagens comparativas da Organização.

Nesse sentido, foram apresentadas recomendações da Junta de Auditores Externos e de outras instituições vinculadas ao Sistema Interamericano.

As atividades principais consistiram no seguinte: a) atuar como Secretaria Técnica da Comissão de Avaliação de Projetos; b) prestar assistência a todas as áreas da SG na formulação e no acompanhamento de projetos; c) coordenar as avaliações de médio prazo de projetos

pertencentes ao PUICA e ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos; d) desenvolver instrumentos técnicos para a incorporação do enfoque de gênero à gestão de projetos; e) desenvolver um sistema computadorizado para a formulação de projetos; f) administrar o Fundo Espanhol para a OEA; g) elaborar a proposta do orçamento-programa para 2011, prestar assistência técnica nas deliberações da CAAP e editar o orçamento-programa aprovado; h) administrar o acompanhamento dos resultados alcançados em 2010 por todas as áreas da Organização; i) elaborar uma estimativa de custos associados às resoluções da Assembléia Geral aprovadas em 2010; e j) proporcionar treinamento aos membros das missões permanentes sobre o processo de estimativa de custos da resoluções.

Os resultados obtidos em 2010 são os seguintes:

- Apresentação do orçamento-programa para 2011 à CAAP
- Estimativa dos custos relacionados com as resoluções aprovadas pela Assembléia Geral com base em uma metodologia validada pela CAAP
- Desenvolvimento do Módulo de Formulação de Projetos, como primeiro componente de um Sistema Integrado de Gestão de Projetos
- Avaliação de médio prazo de projetos do Programa de Universalização da Identidade Civil nas Américas (PUICA) e dos projetos de fortalecimento institucional do Sistema Interamericano de Direitos Humanos
- Progressiva melhoria na qualidade dos projetos formulados pelas áreas que integram a SG

O Departamento mantém relações permanentes com diferentes setores do Ministério de Assuntos Externos e Cooperação por meio da Missão de Observação Permanente da Espanha junto à OEA, como parte da gestão do Fundo Espanhol para a OEA.

Além disso, o Departamento mantém relações com a Rede de Desenvolvimento Humano do Banco Mundial, a fim de organizar conjuntamente o planejamento e a execução de um projeto de avaliação do impacto do Programa PUICA e do Programa de Facilitadores Judiciais.

Em 2010, foram realizadas aproximadamente 10 reuniões semanais (500 anuais) com profissionais e técnicos das diversas áreas da SG para ajudar na formulação e no acompanhamento de projetos

Foram oferecidas cinco oficinas de treinamento para o pessoal da SG em matéria de gestão de projetos, inclusive uma para o pessoal dos Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros.

Foram oferecidas quatro oficinas de treinamento sobre gestão de projetos para representantes dos povos indígenas (em Lima) e para funcionários governamentais no Equador, em El Salvador e em Trinidad e Tobago.

2.6.5 Escritório de Serviços de Compras (OPS)

Em 2010, o Escritório de Serviços de Compras realizou as seguintes atividades:

- **Área de compras**

O Escritório de Serviços de Compras da SG/OEA participou ativamente da segunda reunião das Instituições Financeiras Internacionais (IFIs), cujo objetivo foi compartilhar experiências e melhores práticas em aquisições. Entre outros temas, foram apresentadas as atuais práticas relacionadas com o uso de cartões de crédito corporativos, o estabelecimento de listas de provedores preferenciais para compras recorrentes e a gestão de licitações formais.

- **Sistema Gerencial Oracle (OASES)**

Foram aprovadas ações para se adquirir bens ou serviços cujo valor seja superior a 100 milhões de dólares, conforme a tabela abaixo:

	Requisições	Ordens de compra
2008	37.600	41.519
2009	39.726	43.328
2010	39.499	42.509

Foram atendidos mais de 2.400 pedidos do Sistema de Atendimento ao Cliente.

Em coordenação com o DHRS, o OPS certificou mais de 35 usuários no Sistema OASES.

A administração da base de dados de provedores foi formalmente transferida para o OPS em meados de outubro de 2010, em conformidade com a Ordem Executiva N° 08-01 Rev. 3. Uma vez transferidas as funções, o OPS concentrou recursos para melhorar a qualidade da informação e agilizar o processo de registro (no fim de 2010, foram determinados 125 registros duplicados). Foram estabelecidos parâmetros para uniformizar informações e trabalhou-se para reduzir o tempo de registro de cinco dias para, no máximo, três. Por outro lado, o Escritório de Serviços de Compras dedicou recursos para a criação de relatórios que permitam um melhor monitoramento da informação registrada, a fim de facilitar a determinação dos provedores utilizados com mais frequência, bem como avaliar volumes de compras por provedor em períodos pré-determinados. Além disso, o OPS e o DOITS trabalharam na apresentação de um projeto para desenvolver uma plataforma que permita o registro de provedores por meio da internet. Finalmente, foram retomadas as conversas com a Lyons Registry e com outras empresas similares, com vistas a implementar um serviço de verificação de provedores que observe os regulamentos do OFAC.

- **Contratos, seguros e licitações**

Foram realizadas 26 licitações formais. O montante total adjudicado por meio de licitações foi de US\$1.800.000,00.

O Escritório de Serviços de Compras está trabalhando na atualização dos regulamentos relacionados a compras, a fim de definir um documento ou repositório que reflita as atuais necessidades.

- **Assistência às Missões de Observação Eleitoral**

Foram enviados funcionários desse Escritório para realizar as visitas preliminares e se manteve o apoio, na sede, à Secretaria de Assuntos Políticos no que se refere às atividades relacionadas com a área de compras das Missões de Observação Eleitoral, realizadas em vários Estados membros. Vale ressaltar o apoio à Missão de Observação Eleitoral no Haiti, à qual a área de compras cedeu um de seus funcionários por período integral.

- **Área de viagens**

Coordenou-se a compra de mais de 6.000 passagens por meio da empresa Omega Travel (OWT) por um montante superior a US\$5,5 milhões. Para essas viagens, também foi prestado o serviço de processamento de mais de 650 vistos de migração.

Graças aos relatórios da OWT, o Escritório de Compras pôde negociar com as principais empresas aéreas para obter mais benefícios, descontos em tarifas e melhores sistemas de pontos para a Secretaria. Após revisar o uso dos serviços dessas empresas e calcular os descontos, o OPS calcula ter alcançado uma economia direta de aproximadamente US\$90 mil.

O OPS continuou se reunindo com os representantes das principais empresas aéreas e dos hotéis que oferecem mais benefícios para a Organização. Em 2011, o OPS planeja estabelecer um acordo com a American Airlines (a empresa aérea mais usada pela SG/OEA), a fim de obter tarifas a preços preferenciais. Em 2010, o valor negociado com a American Airlines foi de aproximadamente US\$2,3 milhões, motivo pelo qual um desconto de 5% ou 10% seria significativo.

Em 2010, foi implementado um monitoramento constante das operações relacionadas com viagens provenientes de relatórios da OWT. Melhorou-se a reconciliação desses relatórios com os relatórios da entidade financeira central (American Express), o que permitiu um processo operacional ininterrupto, um melhor controle e o pagamento em dia das contas vinculadas a viagens por meio da OWT. O Escritório de Serviços de Compras está trabalhando junto com o DFAMS, a fim de incorporar uma solução que permitirá agilizar os processos relacionados a viagens, uma vez que sejam estabelecidos melhores controles no que se refere ao adiantamento de fundos, relatórios de viagens e outras recomendações dos auditores.

2.6.6 Escritório de Serviços Gerais

Em conformidade com a Ordem Executiva N° 08-01 Rev. 3, de 1° de outubro de 2009, o Escritório de Serviços Gerais (SAF/OGS), por meio do Secretário de Administração e Finanças, atua como escritório de assessoramento da Secretaria-Geral e dos órgãos políticos, com respeito a todos os assuntos administrativos relacionados aos planos, às políticas, aos procedimentos e às normas da administração e manutenção dos edifícios e à prestação de serviços gerais, entre os quais, serviços de segurança, de aluguel de salões, de mensageiro e transporte, de cópia de documentos, de estacionamento, e de inventário.

- **Administração dos edifícios**

A SAF/OGS investiu US\$6.546.000,00 nas operações de manutenção dos edifícios. Essas operações abarcam principalmente o pagamento da hipoteca do GSB, dos serviços públicos (eletricidade, água, gás para calefação), serviços terceirizados (segurança, limpeza noturna, e serviços gerais), serviços contratados de manutenção e reparação, manutenção de rotina, e a compra de produtos, materiais e artigos em geral.

A Secretaria-Geral empenha-se para manter baixos os custos operacionais. Por esse motivo, a Secretaria-Geral gasta aproximadamente US\$10,09 por pé quadrado, 11% abaixo da média nacional de US\$11,44 por pé quadrado. Essa despesa inclui os contratos de manutenção, os serviços públicos (eletricidade, água, gás para calefação), a manutenção dos jardins, a limpeza noturna e os gastos administrativos.

- **Reparos urgentes**

Em 20 de agosto de 2009, a Comissão de Assuntos Administrativos e Orçamentários (CAAP) autorizou o uso de US\$1.209.000,00 do Fundo de Capital (CP/RES. 831) para iniciar os reparos urgentes na infra-estrutura do Edifício Principal (MNB) e do Edifício da Secretaria-Geral (GSB), bem como a instalação de caldeiras no MNB.

Todos os reparos estruturais urgentes foram finalizados com sucesso a um custo total estimado abaixo do orçamento original. Falta concluir, em 2011, o projeto e a instalação das caldeiras para gerar calefação.

- **Aluguel de salas**

A SAF/OGS arrecadou US\$1.987.000,00 proveniente do aluguel de 50.467 pés quadrados de salas, áreas comerciais e depósitos no GSB. Os atuais inquilinos são o IICA, a OPAS, a FUPAD, a Fundación de Desarrollo Gateway, a Cooperativa de Crédito da OEA, o Café Juan Valdez e o Setor Privado das Américas.

- **Segurança**

A SAF/OGS investiu US\$1 milhão em segurança^{3/}. Essa soma inclui a contratação anual do corpo de guardas, assim como a compra e a manutenção de equipamentos para melhorar a vigilância dos edifícios.

- **Modernização e manutenção de equipamentos de fotocópias**

A SAF/OGS manteve a política de modernização e substituição de equipamentos na qual foram investidos US\$55.000,00 (novos equipamentos). Os custos dos serviços de fotocópias alcançaram o valor de US\$97.000,00, incluindo custos de manutenção, papel e outros artigos.

³. Esse montante também faz parte do total de US\$6.546 milhões utilizados na manutenção dos edifícios.

- **Correio, serviço de mensageiro e transporte**

A Seção de Correio, Serviços de Mensageiro e Transporte enviou 80 mil pacotes a um custo aproximado de US\$170.000,00 e, internamente, foram distribuídos mais de 300 mil itens de correio. A SAF/OGS investiu mais de US\$52.000,00 na manutenção da frota de veículos.

- **Estacionamentos**

A SAF/OGS continuou a administrar os estacionamentos, pagos pelos próprios usuários, sem custo direto para a Secretaria-Geral.

A receita, que superou US\$659.000,00, tem como fonte os pagamentos deduzidos mensalmente dos usuários, acrescidos de juros. As despesas totalizaram aproximadamente US\$692.000,00, o que gerou um déficit de quase US\$32.000,00 no período a que se refere este relatório. As principais despesas referiram-se ao pessoal administrativo e serviços, ao aluguel de espaços adicionais em um estacionamento privado, à contribuição de US\$100.000,00 para o reparo do estacionamento da Rua C (MNB), à compra de Smartrips e a melhoramentos em geral. O Fundo do Estacionamento dispõe de um saldo de US\$286.000,00.

2.7 SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

A Secretaria de Assuntos Jurídicos (SAJ) assessora, no âmbito de sua competência, a Assembléia Geral, a Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, o Conselho Permanente, a Reunião de Ministros da Justiça, a Secretaria-Geral e outros órgãos, organismos e entidades da OEA. Presta assessoramento em matéria de Direito Internacional e desenvolvimento e codificação do Direito Interamericano; apóia os mecanismos de acompanhamento de algumas convenções interamericanas; atua como depositária e fonte de informação dos tratados interamericanos e acordos da OEA e de seus órgãos; divulga informações sobre os instrumentos jurídicos da OEA e os programas nessa área; desenvolve, promove e implementa o Programa Interamericano para o Desenvolvimento do Direito Internacional; e presta outros serviços relacionados com a cooperação jurídica interamericana. A Secretaria de Assuntos Jurídicos é constituída pelo Escritório Executivo do Secretário e pelas seguintes dependências: Departamento de Direito Internacional e Departamento de Cooperação Jurídica. Até dezembro de 2010, também fez parte dessa Secretaria o Departamento de Programas Jurídicos Especiais.

▪ Escritório Executivo do Secretário de Assuntos Jurídicos

O Escritório Executivo do Secretário de Assuntos Jurídicos encarregou-se da direção, planejamento e coordenação dos programas, atividades e ações da área. Em especial, no exercício da função de apoio aos órgãos encarregados do desenvolvimento do Direito Interamericano, participou do assessoramento à Assembléia Geral e ao Conselho Permanente, bem como dos períodos de sessões da Comissão Jurídica Interamericana, do Curso de Direito Internacional e das Jornadas de Direito Internacional, bem como da Reunião de Ministros da Justiça ou de Outros Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas, e da Reunião dos Estados Partes no Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção.

A fim de divulgar o trabalho jurídico da Organização em 2010, o Secretário de Assuntos Jurídicos fez exposições em diversas reuniões e seminários internacionais. Em especial, ministrou um curso sobre a OEA e o desenvolvimento do Direito Internacional na Academia de Direito Internacional de Haia. Participou também da reunião de consultores jurídicos dos Estados membros das Nações Unidas, organizada na sede da ONU, e fez exposições nas reuniões anuais da Ordem dos Advogados dos Estados Unidos e da Associação Interamericana de Direito Internacional Privado.

Programa de Facilitadores Judiciais

O Escritório Executivo do Secretário supervisiona diretamente o Programa Interamericano de Facilitadores Judiciais para o Fortalecimento da Democracia nas Américas. Por meio desse Programa foi criado o Serviço Nacional de Facilitadores Judiciais na Nicarágua, no Paraguai e no Panamá, e foram iniciadas suas atividades na Guatemala.

Graças ao trabalho *ad honorem* de 3.600 facilitadores (35% mulheres), dois milhões de pessoas têm acesso à justiça. Nesse ano, os facilitadores efetuaram 4 mil trâmites com autoridades,

realizaram 15 mil ações de prevenção e 60 mil pessoas foram informadas sobre seus direitos. No fim do ano, 1.000 juízes, fiscais, defensores, policiais e outros operadores de justiça aprovaram a Formação em Serviço Nacional de Facilitadores Judiciais, com títulos concedidos por universidades locais.

2.7.1 Departamento de Direito Internacional

Em 2010, o DDI prestou serviços jurídicos no campo do Direito Internacional aos órgãos da Organização mediante a elaboração de projetos de resolução e a organização de sessões especiais e reuniões de peritos sobre os seguintes temas: povos indígenas, afrodescendentes, Direito de Família, Programa Interamericano de Direito Internacional, acesso à informação, orientação sexual, democracia, discriminação e intolerância, refugiados, deslocados, apátridas, proteção ao consumidor, proteção de dados pessoais, Tribunal Penal Internacional, Direito Internacional Humanitário e garantias mobiliárias.

Na qualidade de Secretaria da Comissão Jurídica Interamericana (CJI), o DDI prestou apoio técnico e administrativo aos seus dois períodos ordinários de sessões, preparou agendas anotadas, colaborou na redação de projetos de resolução, elaborou atas resumidas, encarregou-se da preparação de seu Relatório Anual, e deu cumprimento aos mandatos da CJI.

Além disso, o DDI continuou implementando os seguintes projetos financiados por fundos específicos:

- Projeto relacionado à Rede de Cooperação Jurídica em Matéria de Direito de Família e da Infância. Realização do segundo seminário-piloto de países de língua inglesa, além da Reunião Técnica solicitada pela REMJA em cujo âmbito se examinou a necessidade de consolidação da Rede;
- Programa Afrodescendente nas Américas: proteção jurídica, desenvolvimento e inclusão. Consideração do tema afrodescendentes no âmbito da OEA e divulgação do trabalho da Organização sobre o assunto entre os líderes afrodescendentes;
- Programa de Ação sobre os Povos Indígenas nas Américas. Capacitação de líderes indígenas sobre boa governança, participação política da mulher, Direitos Humanos e elaboração de estrutura lógica para projetos de autogestão; e
- Elaboração e implementação da Lei Modelo sobre Acesso à Informação Pública.

Em cumprimento do Programa Interamericano para o Desenvolvimento do Direito Internacional, o DDI organizou os seguintes eventos em 2010:

- Trigésimo Sétimo Curso de Direito Internacional, de 2 a 20 de agosto no Rio de Janeiro, Brasil;
- Décima Jornada de Direito Internacional, de 2 a 5 de fevereiro, em San José, Costa Rica;
- Segundo Curso de Direito Internacional dos Refugiados, em 17 de fevereiro, em Washington, D.C.; e

- Quarto Curso de Direito Internacional Humanitário, em 28 de janeiro, em Washington, D.C.

No que se refere a publicações, o DDI editou, publicou e distribuiu o Trigésimo Sexto Curso de Direito Internacional, realizado no Rio de Janeiro em agosto de 2009.

No último ano, o DDI continuou fazendo a atualização do conteúdo, o delineamento, a gestão e o controle de sua página na internet, assim como da página da CJI. Sua loja virtual conta com um catálogo de 28 publicações.

Além disso, o DDI manteve sua função de depositário dos tratados multilaterais interamericanos e dos acordos bilaterais realizados pelos órgãos da OEA. Na página do DDI na internet podem ser consultadas informações atualizadas sobre tratados interamericanos e acordos bilaterais de cooperação, bem como sobre o acompanhamento de todas as atividades realizadas pelo DDI em 2010. O DDI também publica um Boletim Informativo trimestral com o detalhamento dessas atividades.

2.7.2 Departamento de Cooperação Jurídica (DCJ)

Foram prestados serviços de assessoramento e de secretaria técnica às seguintes reuniões:

Reunião de Ministros da Justiça ou de Outros Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas (REMJA)

- Sexta Reunião do Grupo de Trabalho sobre Delito Cibernético, realizada em Washington, D.C., em 21 e 22 de janeiro de 2010. As recomendações podem ser consultadas em: http://www.oas.org/juridico/spanish/cybersp_expertos.htm; e
- Oitava Reunião de Ministros da Justiça ou de Outros Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas, realizada em Brasília, Brasil, de 24 a 26 de fevereiro de 2010. As respectivas recomendações podem ser consultadas em: <http://www.oas.org/es/sla/dlc/remja/reuniones.asp>.

Cooperação no âmbito da Convenção Interamericana contra a Corrupção e seu Mecanismo de Acompanhamento (MESICIC):

- Décima Sexta Reunião Ordinária da Comissão de Peritos do MESICIC, realizada em Washington, D.C., de 22 a 25 de março de 2010. Foram adotados os relatórios do segundo grupo de países analisados no âmbito da Terceira Rodada de Análise (Colômbia, Equador, México, Trinidad e Tobago, e República Bolivariana da Venezuela);
- Décima Sétima Reunião Ordinária da Comissão de Peritos do MESICIC, realizada em Washington, D.C., de 13 a 16 de setembro de 2010. Foram adotados os relatórios do terceiro grupo de países analisados no âmbito da Terceira Rodada de Análise (Bahamas, Chile, El Salvador, Nicarágua, Panamá e República Dominicana);

- Programa de Desenvolvimento de Planos de Ação Nacionais para a implementação das recomendações da Comissão de Peritos do MESICIC nos Estados membros, com o apoio financeiro dos Estados Unidos e da Espanha. Nesse sentido, foram realizados seminários na Cidade de Belize, Belize (11 e 12 de março de 2010); na Cidade da Guatemala, Guatemala (12 e 13 de abril de 2010); em São Domingos, República Dominicana (19 e 20 de abril de 2010); em Paramaribo, Suriname (7 e 8 de junho de 2010); em Trinidad e Tobago (28 e 29 de setembro de 2010); em San José, Costa Rica (28 e 29 de outubro de 2010); e em La Paz, Bolívia (29 de outubro de 2010);
- Conferência sobre o Progresso e os Desafios da Cooperação Hemisférica Contra a Corrupção, realizada em Lima, Peru, em 3 e 4 de junho de 2010. Esse evento constituiu etapa culminante do citado Programa de Desenvolvimento de Planos de Ação para apoiar os Estados membros na implementação das recomendações formuladas pelo Mecanismo de Acompanhamento da Convenção Interamericana contra a Corrupção (MESICIC); e
- Terceira Reunião da Conferência dos Estados Partes no MESICIC, realizada em Brasília, Brasil, em 9 e 10 de dezembro de 2010. As respectivas recomendações podem ser consultadas em: http://www.oas.org/juridico/spanish/mesicic_conf_est_parte.htm.

Colaboração com outros organismos internacionais:

O DCJ continua desempenhando seu trabalho em estreita cooperação com outras instituições internacionais, como Nações Unidas, BID, Conselho da Europa e OCDE, e com instâncias sub-regionais.

2.7.3 Departamento de Programas Jurídicos Especiais

Acesso à justiça:

Implementação de um projeto-piloto de promoção do acesso à justiça e da assistência jurídica gratuita a grupos vulneráveis com o apoio a 45 escritórios jurídicos universitários na Guatemala, em El Salvador, no Uruguai e no Paraguai. Esse Plano teve resposta ativa, dando protagonismo à OEA no âmbito jurídico universitário, justificando inclusive a realização de acordos de cooperação com o BID e com a USAID. O resultado esperado é a implementação ou o aperfeiçoamento, conforme o caso, do serviço gratuito de assessoramento jurídico e de representação judicial prestado pelas universidades, e sua diversificação, a fim de atender outros grupos populacionais, como trabalhadores domésticos, presos e consumidores.

Também foram organizadas atividades de capacitação, divulgação e promoção sobre o acesso à justiça e de elaboração de estudos de sistematização e diagnóstico de experiências nacionais.

Proteção ao consumidor:

Em parceria com a OPAS, coordenou-se a elaboração e a implementação da Rede Consumo Seguro e Saúde (RCSS), que constitui o primeiro empreendimento interamericano a contribuir para a formação e o fortalecimento dos sistemas nacionais e regionais destinados a monitorar a

segurança dos produtos, e fortaleceu o papel da OEA como ator de relevância no empenho global que tem sido realizado sobre o assunto. O grande consenso sobre a importância do tema resultou na aprovação da resolução AG/RES. 2549 (XL-O/10) mediante a qual determinou-se dar andamento à criação de um Sistema Interamericano de Alertas Rápidos.

A Rede funciona por meio do portal www.oas.org/rcss e constitui ferramenta para a troca de informações e experiências, divulgação de temas, e educação sobre a segurança dos produtos de consumo e o seu impacto na saúde, além de representar um âmbito de capacitação regional. Utilizando-se essa ferramenta, deu-se início ao primeiro curso virtual de vigilância e segurança de produtos, oferecido pela Universidade Pompeu Fabra.

Idosos:

Com a participação de representantes nacionais e peritos provenientes do setor acadêmico, de organismos internacionais e da sociedade civil, foi realizada uma sessão especial do Conselho Permanente destinada a definir as necessidades e as políticas públicas específicas para os idosos, trocar informações e boas práticas, bem como examinar a viabilidade de se elaborar uma convenção interamericana sobre seus direitos.

Pessoas com Deficiência:

O DPJE dedicou-se à promoção e ao monitoramento dos principais instrumentos normativos do Sistema Interamericano sobre o tema.

Com relação à Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, foi elaborado e apresentado o primeiro Relatório de Cumprimento pelos Estados Partes, e foi realizada a primeira Reunião do Grupo de Trabalho do CEDDIS, a fim de abordar os seguintes temas: parâmetros de medição de progresso e capacidade jurídica das pessoas com deficiência.

No que se refere ao Programa de Ação para a Década das Américas pelos Direitos e pela Dignidade das Pessoas com Deficiência, foi realizada a Segunda Reunião de Diretores de Instituições e Formuladores de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência, a fim de examinar o progresso obtido em sua implementação, bem como a constituição de uma Rede de Cooperação para a Inclusão Social.

2.8 SECRETARIA DE RELAÇÕES EXTERNAS

A Secretaria de Relações Externas (SRE) foi criada em 2008 mediante a Ordem Executiva 08-01, com o propósito principal de elaborar e executar as principais tarefas de divulgação da Organização.

O Escritório Executivo da Secretaria coordena o trabalho de quatro departamentos: Comunicação Estratégica e Imagem, Assuntos Internacionais, Assuntos Culturais, e Imprensa, que atuam em conjunto para ampliar a divulgação, fortalecer a imagem e melhorar o conhecimento sobre a Organização.

Mediante a implementação de estratégias coordenadas, esses quatro departamentos colaboram para destacar o papel da OEA como principal foro orientado à promoção da governança democrática, do desenvolvimento sustentável, da segurança multidimensional, e do respeito aos direitos humanos no Hemisfério.

Essas estratégias incluem a identidade institucional, o desenvolvimento da mensagem e de seu conteúdo, as relações com as partes interessadas, as atividades de apoio cultural, o estabelecimento de parcerias e a formação de iniciativas de relações com o setor público e privado. A SRE atua de forma coordenada e efetiva, a fim de prestar serviços e apoiar e promover os projetos, os programas, as atividades culturais e a identidade institucional, conforme definidos nos quatro pilares temáticos da Secretaria-Geral da OEA, permitindo que a SG/OEA alcance seus objetivos.

A SRE também tem a responsabilidade de promover a imagem da Organização perante as instituições do país sede, em especial, o Congresso. Em 2010, foi realizado intenso trabalho com membros-chave do Congresso para fortalecer os contatos regulares e o diálogo, e manter os peritos em política e os encarregados do processo decisório informados sobre as prioridades e atividades da OEA.

Por meio desses esforços, a equipe atualizou e melhorou os vínculos com os membros do Congresso, mantendo contato e comunicação permanentes com os seus gabinetes, com sua equipe. Os funcionários do Congresso começaram a receber, de forma regular, correios eletrônicos com notícias e temas atualizados de seu interesse sobre a OEA. Além disso, a SRE trabalhou de forma estreita com os gabinetes de Capitol Hill a fim de enviar-lhes mensagens sobre trabalhos internos de reforma, questões orçamentárias pendentes, e outros assuntos relacionados com revitalização e reforma institucional.

2.8.1 Departamento de Imprensa

O Departamento de Imprensa apresenta, para os meios de comunicação em massa do Hemisfério, informações sobre as atividades da Organização, e divulga suas linhas de ação e a mensagem política do discurso do Secretário-Geral e do Secretário-Geral Adjunto. O Departamento de Imprensa também mantém informados o SG, o SGA, os Secretários e os principais assessores (24 horas por dia, os sete dias da semana), sobre as notícias que, a cada minuto, são geradas na região e no mundo, as quais, obviamente, afetam o diálogo político contingente.

À medida que a Organização foi ampliando sua presença na política continental, os comunicados de imprensa da OEA alcançaram notória importância nos meios de comunicação — jornais, rádio, televisão, meios digitais — e, cada vez mais, a opinião da autoridade da Organização é requerida e divulgada pelas agências e pela imprensa no contexto do debate político da região. Após cada acontecimento político em um país, inicia-se automaticamente a pressão para obter a opinião do Secretário-Geral.

Com base nessa realidade, e de acordo com a percepção decorrente de pesquisas de opinião realizadas pelo Departamento, optou-se por aprofundar o tom conceitual dos comunicados, com o propósito de marcar as definições políticas diante dos acontecimentos que ocorram nos países membros. O objetivo é ressaltar a presença e a opinião da OEA e, acima de tudo, atentar para a coerência entre os discursos do SG e do SGA.

Nos últimos anos, a OEA adquiriu mais relevância como ator político na região e, entre os fatores envolvidos, está sua coerência frente aos temas regionais mais complexos: uma única opinião e uma única linha de ação. Isso se reflete de forma contínua nos comunicados de imprensa. Os meios de comunicação solicitam constantemente pronunciamentos da OEA sobre temas envolvendo Honduras, Haiti, fortalecimento democrático, migração, narcotráfico, terrorismo e gênero.

O trabalho de imprensa está estruturado em duas fases, tendo início com a cobertura e a produção do comunicado (elaboração e edição), e continuando com sua distribuição. Um bom comunicado sem boa distribuição é nulo, o que exige permanente evolução, a fim de aproveitar a nova tecnologia e, dessa forma, alcançar uma rede de destino cada vez mais ampla, com rapidez e qualidade.

O uso do *flickr* (galeria de fotos *on-line*) para envio de material fotográfico ocasionou importante aumento na recepção e divulgação de informações centradas tanto na foto como na mensagem. Houve um aumento significativo do uso de fotografias por parte dos meios de comunicação, superando-se 10.490 visitas mensais, atingindo-se um ponto máximo de 38.963 (sessões extraordinárias) e um ponto mínimo de 12.047 (época de férias).

A aquisição de um servidor especial para a distribuição dos comunicados também contribuiu para um contato melhor e mais amplo com maior número de meios de comunicação do Continente. Nesse contexto, pudemos fazer algumas medições interessantes para orientar nosso trabalho junto aos meios de comunicação. A conclusão mais clara decorrente dos acessos à seção de Imprensa na internet, no âmbito de um estudo por temas de interesse, é a de que os usuários do sítio Web da OEA focalizam seu interesse nos temas seguintes: 1) a Assembléia Geral; 2) as declarações do Secretário-Geral; 3) as crises (Colômbia-Venezuela, Costa Rica-Nicaragua, Honduras); e 4) as Missões de Observação Eleitoral.

É necessário mencionar que a coordenação com o Departamento de Tecnologia tem sido vital para o desenvolvimento dos mecanismos de divulgação, pois possibilita avaliar e medir o interesse da opinião pública.

Nesse sentido, elaborou-se um *newsletter* cuja finalidade única é divulgar a opinião das autoridades da Organização nos centros de pensamento da região. O discurso completo será enviado, como peça de estudo, a *think tanks*, universidades e partidos políticos, em um esforço para atingir outros âmbitos de influência.

A definição de temas e circunstâncias em que a Secretaria-Geral e/ou a Secretaria-Geral Adjunta devem se pronunciar constitui outra das tarefas deste Departamento, assim como a proteção e o cuidado relativos à sua imagem, o que pressupõe elaborar estratégias pontuais e recorrer a personalidades próximas que possam redigir *op-eds* que respaldem a posição oficial. Nessa fase, como em muitas outras, a coordenação com a Secretaria de Assuntos Políticos tem sido essencial.

Todas essas tarefas, incorporadas nos últimos tempos à área de Imprensa, definem um papel estratégico na construção da imagem da OEA.

2.8.2 Departamento de Assuntos Internacionais (DAI)

O DAI é responsável pela promoção da relações da OEA com os Observadores Permanentes, as instituições irmãs do Sistema Interamericano, o Sistema das Nações Unidas e outros organismos internacionais, e também com a sociedade civil. Além disso, o DAI promove o trabalho da OEA no Hemisfério e em nível global mediante programas de extensão como a Série de Cátedras das Américas, o Modelo da Assembléia Geral da OEA, as Mesas-Redondas sobre Políticas e o Programa de *Tours e Briefings*.

Em 2010, foram arrecadados US\$15.791.980,00 em dinheiro, e US\$814.935,00 em espécie, provenientes dos Observadores Permanentes e destinados aos programas prioritários definidos pelos corpos políticos da OEA. Desde 1999, foram recebidos um total de aproximadamente US\$169.2 milhões em contribuições. Os principais doadores em 2010 foram: Espanha, Países Baixos, Suécia, União Européia, Noruega e Alemanha. O DAI acolheu com satisfação a entrada do Observador Permanente nº 65, Mônaco. O DAI realizou mais de 70 diálogos entre Observadores Permanentes e autoridades da OEA, e negociou com sucesso acordos gerais de cooperação com Israel e Sérvia, bem como memorandos de entendimento com Alemanha, China, Coréia, Finlândia, França, Países Baixos, Noruega, Suécia e Suíça.

O DAI fortaleceu as relações de cooperação com as Nações Unidas, UA, OCSE, OCDE, SEGIB, OIT e OIM. O DAI coordenou a assinatura do acordo de cooperação entre a OEA e a UNIFEM, realizou as gestões necessárias para a assinatura do memorando de entendimento com o Instituto Internacional IDEA, e elaborou um projeto de memorando de entendimento com o Conselho da Europa. O DAI também desenvolveu um Plano de Cooperação entre a União Africana e a OEA e prestou apoio à coordenação do Diálogo do Secretário-Geral da OEA com as instituições internacionais na Assembléia Geral. O DAI organizou mesas-redondas e reuniões de intercâmbio programático em áreas de interesse comum com o PNUD, a OIT e as agências do sistema das Nações Unidas, assim como 15 documentos informativos sobre políticas de cooperação interinstitucional.

Além disso, o DAI promoveu e facilitou a participação da sociedade civil em 14 reuniões ministeriais, conferências especializadas e reuniões do Conselho Permanente e do CIDI por meio de fóruns sub-regionais, hemisféricos e virtuais, assim como de Conversas Informais com o Secretário-Geral e do Diálogo do Chefes de Delegação que assistiram à Assembléia Geral. O DAI também gerenciou o registro de 37 novas organizações da sociedade civil, aumentando o mencionado Registro para 342 organizações.

Além disso, o Departamento organizou o Fórum da Diáspora Haitiana em resposta ao terremoto de 12 de janeiro no Haiti; facilitou seminários a fim de promover a participação de afrodescendentes e povos indígenas; prestou apoio técnico a oito reuniões da CISC; apresentou aos Estados membros um documento revisado sobre a estratégia para promover a participação da sociedade civil nas atividades da OEA; publicou e divulgou o Manual para a Participação da Sociedade Civil; elaborou a Compilação sobre Legislações em Matéria de Participação da Sociedade Civil nas Américas; atualizou as recomendações temáticas e cronológicas das organizações da sociedade civil nos diferentes órgãos políticos da OEA; desenvolveu projetos com os Governos do Canadá, Estados Unidos e Espanha, a fim de apoiar a participação da sociedade civil nas atividades da OEA; divulgou informações sobre as atividades da OEA às organizações da sociedade civil, e manteve comunicação permanente por meio da página na internet e correios eletrônicos, com a sociedade civil sobre as nossas atividades.

O DAI organizou sete Modelos da OEA (MOEA), inclusive três Modelos do Conselho Permanente para os estagiários da OEA, dois modelos da Assembléia Geral com universitários do Hemisfério e um Modelo da Assembléia Geral com escolas de ensino médio, dos quais participaram 1.400 estudantes, 130 professores universitários e colégios das Américas, além de haver obtido a participação de 26 novas universidades e sete colégios. O DAI implementou a Plataforma Virtual do MOEA, proporcionando, assim, um melhor nível de conhecimento e análise sobre os temas da agenda interamericana por parte dos estudantes. O DAI também lançou uma proposta de criação de uma rede de participantes do Modelo para divulgação do trabalho da OEA e para a prestação de apoio à realização de Modelos fora de Washington. D.C.

Quatro Cátedras da Américas realizadas na sede da OEA, e uma em Lima, Peru, foram patrocinadas com o apoio financeiro da Universidad de San Martín de Porres, do Governo da Espanha, assim como dos Governos da China, Coréia, Marrocos e Turquia. Dentre os temas que foram abordados estão os seguintes: a situação econômica da região e perspectivas para 2011; assuntos de gênero; segurança cidadã; relações entre Europa e América Latina e Caribe; a luta contra a discriminação; a promoção da diversidade e da proteção dos direitos humanos. O DAI também coordenou seis mesas-redondas e quatro cafés da manhã com embaixadores sobre políticas relacionadas a diversos temas, entre os quais, comemoração do dia dos direitos humanos, desenvolvimento econômico e social, independência do Poder Judiciário, andamento dos objetivos de desenvolvimento do milênio, participação dos povos indígenas na OEA, equidade de gênero, preparação para a reunião do Grupo dos 20, e objetivos da política externa da Índia e suas perspectivas com relação à América Latina e ao Caribe.

O DAI reformulou o formato de discussão das mesas-redondas, obtendo mais dinamismo, melhor representação temática e um equilíbrio geográfico. As Cátedras e Mesas-Redondas realizadas foram digitalizadas e distribuídas em formato DVD a governos, universidades, centros

de pensamento e organizações da sociedade civil. Além disso, o Departamento de Assuntos Internacionais realizou mais de 110 sessões informativas sobre a OEA e recebeu 3.546 representantes de diversos governos, dos militares, do setor privado, dos estudantes e da sociedade civil.

2.8.3 Departamento de Assuntos Culturais

▪ Missão e Estratégia 2010 do Departamento de Assuntos Culturais

O Departamento de Assuntos Culturais (DAC) continua a cumprir seu mandato de apoiar a Organização, por meio da arte, na divulgação das diversas manifestações culturais das Américas, com ênfase nas principais questões da pauta política e social interamericana. As exposições e atividades em 2010 enfatizaram a missão de colocar a arte a serviço da mudança e inclusão social.

As atividades do DAC têm sido desempenhadas com sucesso graças ao trabalho realizado em conjunto com as Secretarias da SG/OEA, Missões Permanentes, Observadores Permanentes, ONGs, entidades privadas, museus, fundações e instituições acadêmicas. Dessa forma, o DAC foi capaz de responder a propostas consistentes com a pauta e a missão da OEA e do Museu de Arte das Américas (MAM).

No fim de 2010, o DAC coordenou a conclusão do Plano Mestre do prédio/*campus* relativo ao centenário do Edifício Principal da OEA.

▪ Museu de Arte das Américas (MAM)

A programação do Museu em 2010 incluiu exposições e programas públicos, como palestras na galeria, concertos, conferências, séries de filmes, seminários, visitas guiadas e eventos especiais. Do total de 13.028 visitantes do MAM em 2010, 2.723 deles participaram dos programas públicos. As exposições e outros programas culturais continuaram a receber cobertura da mídia. Todas as exposições regulares foram noticiadas no *Washington Post*. A cobertura dos eventos do Museu também ocorreu em outras publicações e canais de mídia, como: *Cultural Tourism DC*; *Arte al Día*; *Pink Line Project*; *Washington Diplomat*; *Washington Examiner*; *NBC Washington*; *Georgetown Dish*; *Político*; *Washingtonian*; *Brightest Young Things*; *DCist*; *Roll Call Newspaper*; *Northwest Current*; *Washington Life*; *Daily Campello*; *On View*; *Falls Church News*; *GW Today*; *Where Traveler*; *Arts DC*; *La Tercera* (Chile); *Platea 24*; *Canal 24*; *Horas TVN* (Chile); bem como em vários blogues locais sobre arte.

▪ Exposições no Museu de Arte das Américas

“Vidas Minadas: Dez Anos/*Mined Lives: Ten Years*, Fotografias de Gervasio Sanchez” (18 de novembro a 2 de janeiro). Essa exposição contou com o apoio do Ministério das Relações Exteriores da Espanha, da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), do Instituto Cervantes, da DKV Seguros, da *Intermón Oxfam*, da *Manos Unidas*, e da Médicos Sem Fronteiras.

Para comemorar o Bicentenário da Argentina foram realizadas as seguintes exposições em conjunto com o Centro Latino do Smithsonian: “Argentina em Foco: Visualizando o Conceito”, de Cristian Segura e Sergio Vega (15 de setembro a 7 de janeiro); e “Emilia Gutierrez: Pinturas e Desenhos” (15 de setembro a 16 de novembro).

A exposição “Casa das Américas faz 100 anos: Paul Philippe Cret - a Arquitetura do Diálogo” (29 de abril a 23 de agosto), fez parte da comemoração do aniversário de 100 anos da sede da OEA, tendo sido apresentada em colaboração com a *H2L2 Architects*, a Universidade da Pensilvânia, e o Athenaeum of Philadelphia. A exposição foi projetada pela *Pure & Applied*, e seu curador foi o historiador de arquitetura Tom Mellins.

“50 Anos, 50 Obras, 100º Aniversário” (16 de fevereiro a 7 de abril). Essa exposição foi organizada pelo Centro Cultural do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em colaboração com o Museu de Arte das Américas.

▪ **Exposições na Galeria de Fotografias - Terrace Level**

As exposições na Galeria de Fotografias do MAM, localizada no *Terrace Level* do GSB, refletiram a crescente relevância da fotografia para a arte contemporânea. Esse espaço de exposição proporciona à Secretaria-Geral a oportunidade de unir à atual pauta social e política no Hemisfério o poder e o imediatismo da fotografia.

As exposições fotográficas de 2010 incluíram “*Love Me, Quiereme, Buy Me*”, de Carolina Mayorga; “*What we Look Like*”, de Duncan McCosker; “*Mi gente es su gente: La vida chicana en los Estados Unidos*”, de Gilberto Cárdenas; “*El instante siguiente: día y noche en Buenos Aires*”, de um grupo da Argentina; e “*Al Margen – Fotografias de Petra Barth: América Latina e Caribe, 2004-2010*”.

▪ **Educação**

O MAM ofereceu 57 visitas guiadas/sessões de informação e 18 seminários para escolas/famílias ao longo do ano, e organizou cinco palestras/painéis na Galeria com a participação dos historiadores de arte Tom Mellins, David Knapp, e do artista multimídia contemporâneo Rafael Lozano-Hemmer.

O ano de 2010 foi especialmente ativo para o Programa Orquestra para Jovens em Risco no Caribe, do DAC. Após o terremoto de 12 de janeiro no Haiti, o DAC organizou o concerto da esperança em Port-au-Prince, realizado em 5 de fevereiro. O concerto foi transmitido pela CNN, ABC, BBC e NPR. A equipe do programa conseguiu mobilizar esforços para retomar o treinamento musical em março. Em julho, o DAC enviou instrumentos para o Haiti para substituir aqueles que se perderam no terremoto.

Em 9 de abril, os músicos do programa da OEA no Haiti tocaram na sede da OEA, na Festa do Centenário. Em setembro, o DAC organizou um concerto no BID com os Petit Chanteurs, em reconhecimento à doação dos instrumentos feita pela Fundação Interamericana de Cultura e Desenvolvimento ao Programa da OEA no Haiti. Em novembro, *From the Barrio to the Concert Hall*, evento musical realizado no Kennedy Center, apresentou programas de orquestras para a

inclusão social na Argentina, no Chile, na Colômbia, no México, no Haiti, na Jamaica e em Santa Lúcia. O evento teve a cobertura da CNN.

▪ **Eventos especiais**

Em colaboração com os Amigos do Museu de Artes das Américas, o MAM apresentou *Art After Dark*, em 2 de setembro. Esse evento, realizado após o horário de funcionamento normal, ofereceu música ao vivo, arte performática, DJs, e arte em vídeo, atraindo 600 visitantes. Em 10 de agosto, juntamente com o Instituto Americano de Arquitetos (AIA) e a *H2L2 Architects*, foi oferecida uma apresentação especializada sobre a arquitetura do edifício-sede da OEA. Também foram realizados numerosos eventos com associações de museus e entidades correlatas, a fim de aumentar a evidência do museu da OEA.

▪ **Cine Américas**

Em conjunto com a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), o MAM exibiu uma série de oito filmes sobre Mulheres/Poder.

▪ **Programa de Aquisições e Empréstimos**

Dez gravuras digitais foram adquiridas dos artistas argentinos Marcelo de la Fuente, Adrian Salgueiro, Rosana Schoijett, Diego Grunstein, Paulo Fast, Pablo Carrera Oser, Raul Flores e Nicolas Trombetta.

No que se refere ao Programa de Empréstimos do MAM, Arte nas Américas, foi inaugurada uma marcante exposição no *Centro Cultural Palacio la Moneda*, em Santiago, Chile, em dezembro. Essa exposição teve como atração o maior empréstimo unitário da história da coleção, exibindo mais de 100 peças da OEA. Além disso, o MAM emprestou obras da coleção permanente da OEA à exposição “*Retro/Active: A Obra de Rafael Ferrer*”, realizada no Museu do Bairro, em Nova York, e à exposição “*Turns and Directions: Mudanças nas Artes do Panamá e das Nações Hispanófonas da América Central durante e após os anos 50*”, apresentada no Centro Cultural do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

2.8.4 Departamento de Comunicação Estratégica e Imagem (DSC)

Em 2010, o DSC consolidou a utilização do Sistema de Imagem Institucional da Organização, criado em 2008, e empreendeu uma estratégia de comunicação multifacetada, destinada a promover a imagem e o conhecimento sobre a OEA e sobre a Secretaria-Geral, no Hemisfério.

A nova estratégia inclui a identificação de vínculos de comunicação em cada uma das Secretarias Executivas da OEA e a nomeação de funcionários que auxiliam o diretor nas áreas de planejamento, imagem institucional, multimídia, atualização de páginas eletrônicas na internet, assim como em publicações, anúncios internos, manutenção de um calendário da Organização e no uso das redes sociais.

▪ **Seção de Internet**

A Seção de Internet continuou a definir, elaborar e publicar, de maneira pró-ativa, na página principal da OEA na internet, nos quatro idiomas, um novo conteúdo editorial que promove os trabalhos mais relevantes da OEA, tendo desempenhado papel fundamental na promoção do Centenário da Casa das Américas e do Fórum sobre a Democracia Latino-Americana, realizado no México. Logo após o

terremoto de 12 de janeiro no Haiti, foi criada uma página especial na internet, destinada a proporcionar informações sobre os esforços de socorro ao país, e promovida a iniciativa da OEA, “Mochilas para as crianças do Haiti”.

Além disso, a Seção elaborou a política da OEA sobre mídia social, tendo definido tanto a necessidade como a estratégia para habilitar, efetivar e gerenciar a presença da Organização nas principais redes sociais, como Facebook e Twitter.

Finalmente, a Seção de Internet cumpriu os requisitos iniciais para a aplicação de um Sistema de Gestão de Conteúdo de Internet (WCM) à página principal da OEA na internet.

▪ **Seção de Multimídia**

A Seção de Multimídia reúne as áreas de rádio (áudio) e televisão (vídeo), sendo que tanto o áudio como o vídeo são distribuídos por intermédio de meios convencionais e de *webcast*. A Seção é também responsável pela transmissão e publicação na internet de material audiovisual relevante, com vistas a atingir um público externo específico.

Além de atingir o público diretamente, por meio da internet, a divulgação de materiais da OEA é realizada mediante transmissões ao vivo e em diferido para as emissoras de rádio e televisão dos países da região. Os materiais, como entrevistas com o Secretário-Geral, com o Secretário-Geral Adjunto e com outras autoridades e dignitários, são distribuídos a empresas de comunicação como CNN, Reuters, Oppenheimer Presenta, Voz da América e AP, entre outras.

Em 2010, a Seção de Multimídia realizou 96 transmissões ao vivo por meio da internet, sendo que 922 videoclipes com intervenções das ilustres autoridades foram disponibilizados ao público, de forma permanente, na página de vídeo sob demanda.

A Seção colaborou com outras áreas da Organização no planejamento, gravação, edição e distribuição de 18 produções de vídeo, a fim de expor o trabalho realizado pela OEA e sua forma de executá-lo.

Em 2010, a Seção de Multimídia aumentou a quantidade de seus produtos e melhorou, de forma notável, a sua qualidade. A qualidade das imagens transmitidas ao vivo foi aperfeiçoada e ajustada (de 65 kbps para 125 kbps), a ponto de tornar-se duplamente superior à qualidade oferecida no ano anterior. Essa melhora permite que a OEA transmita imagens de vídeo mais nítidas, com som de alta fidelidade.

O tempo de digitalização das imagens transmitidas ao vivo e de seu envio à página na internet foi reduzido de 24 para 4 horas. Os meios de comunicação e as partes interessadas podem assistir a clipes sob pedido ou demanda em até 4 horas após a conclusão de qualquer evento. A qualidade do áudio e do vídeo "sob demanda" melhorou em aproximadamente 55%.

A renovação da infra-estrutura do estúdio e da sala de edição da área de televisão da OEA foi iniciada. A Seção de Multimídia está trabalhando também em um sistema de banco de dados e em um sistema de armazenamento físico para gerenciar melhor todo o material audiovisual, preservar a memória institucional e localizar informações de forma mais rápida e eficiente.

▪ **Revista Américas/Publicações**

A revista Américas passou por um processo de mudança de conteúdo e de formato, a fim de tornar-se mais consistente com os temas da agenda da OEA. A revista continua trabalhando com

as Secretarias Executivas da Organização e com os organismos especializados no apoio à divulgação de seus programas e projetos. Paralelamente à transformação do formato impresso, foi lançada a sua versão digital. Uma ampla campanha de promoção foi iniciada com vistas a dobrar o número das assinaturas atuais no prazo de um ano, e a atualizar a distribuição por meio de um estudo de mercado. Uma estratégia, cujo objetivo era dar mais visibilidade à OEA, foi executada por meio dos Escritórios Nacionais, de universidades e das entidades governamentais dos Estados membros. No âmbito dessa dinâmica de mudança, a revista Américas fortaleceu sua equipe de edição e produção.

A revista Américas continuou promovendo a formação de parcerias com organizações internacionais e com o sistema interamericano, que compartilham uma visão comum com a OEA. A revista obteve uma contribuição financeira do Banco Interamericano de Desenvolvimento mediante um acordo entre a Secretaria-Geral da OEA e a Presidência do BID. A revista colaborou com o BID na produção de materiais e artigos, e também com a OPAS, a FUPAD, e o IICA, entre outros. Ao longo deste ano foi publicada uma série de histórias de especial interesse para os Estados membros.

III. ENTIDADES E ORGANISMOS AUTÔNOMOS E DESCENTRALIZADOS

3.1 CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

A Corte Interamericana é uma instituição judiciária autônoma da Organização dos Estados Americanos, criada em 1979, cujo objetivo é a aplicação e interpretação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos e de outros tratados concernentes ao mesmo assunto.

Em 2010, a Corte foi constituída pelos seguintes juízes, em ordem de precedência: Diego García-Sayán (Peru), Presidente; Leonardo A. Franco (Argentina), Vice-Presidente; Manuel E. Ventura Robles (Costa Rica); Margarette May Macaulay (Jamaica); Rhadys Abreu Blondet (República Dominicana); Alberto Pérez Pérez (Uruguai); e Eduardo Vio Grossi (Chile).

O Secretário da Corte é Pablo Saavedra Alessandri (Chile) e a Secretária Adjunta é Emilia Segares Rodríguez (Costa Rica).

▪ **Período de sessões**

Em 2010, a Corte realizou quatro períodos ordinários de sessões em sua sede, em San José, Costa Rica, e dois períodos extraordinários de sessões, o primeiro em Lima, Peru, e o segundo em Quito, Equador.

▪ **Atribuições**

Função contenciosa

A Corte emitiu nove sentenças nos seguintes casos contenciosos:

Chitay Nech e outros versus Guatemala (exceções preliminares, mérito, reparações e custas); Manuel Cepeda Vargas versus Colômbia (exceções preliminares, mérito, reparações e custas); Comunidade Indígena XákmokKásek versus Paraguai (mérito, reparações e custas); Fernández Ortega versus México (exceção preliminar, mérito, reparações e custas); Rosendo Cantú e outra versus México (exceção preliminar, mérito, reparações e custas); Ibsen Cárdenas e Ibsen Peña versus Bolívia (mérito, reparações e custas); Cabrera García e Montiel Flores versus México (exceção preliminar, mérito, reparações e custas); Vélez Loo versus Panamá (exceções preliminares, mérito, reparações e custas); e Gomes Lund e outros versus Brasil (exceções preliminares, mérito, reparações e custas).

A Corte tem adotado medidas bem-sucedidas para reduzir a duração dos casos submetidos à sua consideração. O tempo médio para o procedimento de um caso contencioso perante a Corte entre 2006 e 2010 foi de 17,4 meses.

Além disso, a Corte emitiu, em 2010, 40 resoluções sobre supervisão de cumprimento de sentenças, realizou audiência pública sobre a matéria relacionada ao Caso García Prieto e outros versus El Salvador, e realizou 14 audiências privadas sobre a matéria, relativas a 22 casos, como segue:

Hermanas Serrano Cruz versus El Salvador; Las Palmeras versus Colômbia; Apitz Barbera e outro (Primeira Vara de Contencioso Administrativo) versus Venezuela; El Amparo versus

Venezuela; Barrios Altos versus Peru; Cesti Hurtado versus Peru; Comunidade Moiwana versus Suriname; Acevedo Jaramillo e outros versus Peru; De la Cruz Flores versus Peru; Dezenove comerciantes versus Colômbia; Massacre de Mapiripán versus Colômbia; Gutiérrez Soler versus Colômbia; Massacre de Pueblo Bello versus Colômbia; Massacre de la Rochela versus Colômbia; Massacres de Ituango versus Colômbia; Escué Zapata versus Colômbia; Valle Jaramillo e outros versus Colômbia; Yatama versus Nicarágua; Heliodoro Portugal versus Panamá, Pueblo Saramaka versus Suriname; e Vargas Areco versus Paraguai.

Função consultiva

Este ano não foram submetidas à consideração da Corte solicitações de parecer consultivo.

Medidas provisórias

A Corte emitiu 36 resoluções sobre supervisão da implementação de medidas provisórias e realizou 10 audiências públicas sobre a matéria:

Matéria: Adrián Meléndez Quijano e outros com respeito a El Salvador; Caso García Prieto e outros com respeito a El Salvador; Matéria: Eloísa Barrios e outros com respeito à Venezuela; Matéria: Giraldo Cardona com respeito à Colômbia; Caso Caballero Delgado e Santana com respeito à Colômbia; Matéria: Pueblo Indígena Sarayaku com respeito ao Equador; Matéria: Comunidades de Jiguamiandó e de Curbaradó com respeito à Colômbia; Matéria: Comunidade de Paz de San José de Apartadó com respeito à Colômbia; Matéria: Fundação de Antropologia Forense com respeito à Guatemala; e Penitenciárias de Mendonça com respeito à Argentina.

▪ **Relações com outros organismos regionais de mesma natureza**

Este ano, a Corte manteve estreita comunicação com a Secretaria-Geral da OEA sobre assuntos relacionados a temas administrativos e financeiros, contando sempre com o apoio e a colaboração da Secretaria para as atividades da Corte.

Além disso, a Corte está ligada à Comissão Interamericana por estreitos vínculos institucionais. Esses vínculos têm sido fortalecidos por meio de reuniões que, por recomendação da Assembléia Geral, devem ser realizadas por seus membros.

A Corte também mantém relações próximas com o Instituto Interamericano de Direitos Humanos, criado mediante convênio entre o Governo da Costa Rica e a Corte, e que entrou em vigor em 17 de novembro de 1980. O Instituto é uma entidade internacional autônoma, de natureza acadêmica, dedicada à educação, pesquisa e promoção dos direitos humanos, com uma perspectiva interdisciplinar e global. Além disso, a Corte mantém relações institucionais com a Corte Européia de Direitos Humanos, criada mediante a Convenção Européia para a Proteção dos Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais, e estabelecida pelo Conselho da Europa com funções similares às da Corte Interamericana.

Da mesma forma, em maio, a Corte assinou um convênio com a Corte Africana de Direitos Humanos e dos Povos, com a finalidade de favorecer a conquista de objetivos comuns por meio da cooperação interinstitucional.

A Corte Interamericana assinou acordos de cooperação com 16 instituições. O objetivo desses acordos é definir as bases de colaboração, a fim de realizar atividades conjuntas na área de pesquisa, docência, divulgação e alcance com relação aos direitos humanos.

3.2 COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH)

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) foi criada mediante resolução da Quinta Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, em Santiago, Chile, em 1959, e formalmente instalada em 1960, quando o Conselho da Organização aprovou seu Estatuto. O Regulamento da Comissão, aprovado em 1980, foi modificado em várias oportunidades, a última delas no fim de 2009. A CIDH é um dos dois órgãos do Sistema Interamericano responsáveis pela promoção e proteção dos direitos humanos. É constituída por sete membros, eleitos pela Assembléia Geral, que exercem suas funções em caráter individual por um período de quatro anos, podendo ser reeleitos uma só vez. A Direção da Comissão para 2010 foi eleita no Centésimo Trigésimo Oitavo Período Ordinário de Sessões, realizado de 15 a 26 de março de 2010, com a seguinte composição: Felipe González como Presidente, Paulo Sérgio Pinheiro como Primeiro Vice-Presidente e Dinah Shelton como Segunda Vice-Presidente. Em 2010, também integravam a CIDH os Comissários Luz Patricia Mejía Guerrero, María Silvia Guillén, José de Jesús Orozco Henríquez e Rodrigo Escobar Gil. O Secretário Executivo é Santiago Canton e a Secretária Executiva Adjunta, Elizabeth Abi-Mershed.

Visitas e atividades realizadas

Tramitam atualmente na CIDH aproximadamente 1.584 petições e casos. Em 2010 foram recebidas 1.598 novas petições que serão examinadas em conformidade com o artigo 26 do Regulamento, para que se aprove ou não sua tramitação. Em 2010 também foram recebidos 375 pedidos de medidas cautelares, dos quais 68 foram deferidos.

Em 2010, a CIDH publicou os seguintes Relatórios sobre Tema e/ou sobre País:

- Relatório sobre Segurança Cidadã e Direitos Humanos
- Comunidades Cativas: Situação do Povo Indígena Guarani e Formas Contemporâneas de Escravidão em El Chaco, Bolívia
- Relatório sobre Acesso a Serviços de Saúde Materna a partir de uma Perspectiva de Direitos Humanos
- Relatório sobre Honduras: Impacto do Golpe de Estado na Situação dos Direitos Humanos (publicado em 20 de janeiro de 2010)
- Relatório sobre Democracia e Direitos Humanos na Venezuela (publicado em 24 de fevereiro de 2010)
- Observações Preliminares sobre sua Visita a Honduras, realizada de 15 a 18 de maio de 2010 (publicado em 3 de junho de 2010)

Também aprovou o seguinte Relatório Temático:

- Relatório sobre imigração nos Estados Unidos: detenção e devido processo

Em 2010, os membros da Comissão, na qualidade de Relatores sobre País e/ou Temas, visitaram Argentina, Brasil, Equador, El Salvador, Honduras, Panamá e Paraguai.

- Na qualidade de Relatora sobre Países, a Comissária Luz Patricia Mejía Guerrero visitou a Argentina de 15 a 17 de fevereiro de 2010. O objetivo da visita foi fortalecer o cumprimento de acordos de solução amistosa e de recomendações da CIDH. Para tanto, a delegação reuniu-se com altas autoridades dos Poderes Públicos Nacionais e Provinciais, e com representantes de organizações da sociedade civil.
- A CIDH visitou Honduras de 15 a 18 de maio de 2010 com o objetivo de dar acompanhamento à visita in loco efetuada em agosto de 2009 e ao Relatório sobre Honduras: Direitos Humanos e Golpe de Estado. A delegação foi integrada pelo Presidente da CIDH, Felipe González; pelo Primeiro Vice-Presidente, Paulo Sérgio Pinheiro; pelo Secretário Executivo; pela Relatora Especial para a Liberdade de Expressão da CIDH e pelo pessoal da Secretaria Executiva. No decorrer da visita, a CIDH reuniu-se com autoridades dos três poderes do Estado: Ministra Comissária Especial sobre Direitos Humanos; Procuradoria-Geral e Procuradoria Especial sobre Direitos Humanos; Vice-Ministro de Segurança e Direção da Polícia Nacional; Suprema Corte de Justiça; Diretoria do Congresso Nacional e Comissão de Direitos Humanos do Congresso; Ministro da Defesa e Chefe do Estado-Maior Conjunto das FFAA; e Comissão Interinstitucional de Direitos Humanos. Além disso, foram realizadas reuniões com defensores e defensoras de direitos humanos, comunicadores sociais, representantes da sociedade civil e membros da Comissão da Verdade e Reconciliação. Também houve reuniões com representantes do Sistema das Nações Unidas em Honduras e com embaixadores do Grupo de Acompanhamento da Declaração de Estocolmo (G-16). Ao encerrar a visita, a Comissão expressou sua profunda preocupação por haver ainda violações aos direitos humanos no contexto do golpe de Estado de 28 de junho de 2009. Nessa oportunidade, observou-se também certo progresso no que se refere ao retorno à institucionalidade democrática. Em 3 de junho de 2010, a CIDH divulgou as observações preliminares sobre a visita de maio de 2010.
- Relator sobre os Direitos das Pessoas Privadas de Liberdade da CIDH visitou a República do Equador, de 19 a 21 de maio de 2010, ocasião em que reuniu-se com as autoridades do Governo, agências das Nações Unidas e organizações da sociedade civil. Também visitou o Centro Feminino de Reabilitação Social de Quito, e a Penitenciária de Litoral, em Guayaquil.
- Relator sobre os Direitos das Pessoas Privadas de Liberdade foi à Argentina, de 7 a 10 de junho de 2010, onde visitou o Complexo Conurbano Bonaerense Norte, a Unidade 2 Sierra Chica, a Unidade 1 Lisandro Olmos, o Comissariado de Enseada Seccional 3ª (O Dique), o Comissariado de Berisso Seccional 1ª e o Comissariado de Lomas de Zamora Seccional 6ª. O Relator também reuniu-se com altas autoridades do Governo e representantes de organizações da sociedade civil.
- Presidente da CIDH e Relator para o Brasil, Comissário Felipe González, realizou uma visita de trabalho ao Brasil, de 28 de junho a 2 de julho de 2010, cujos principais objetivos foram servir como preparação para a eventual visita de observação in loco que a CIDH pretende realizar ao Brasil a partir de 2011, receber informações atualizadas sobre a situação geral dos direitos humanos no Brasil, particularmente no que se refere à segurança cidadã, e avançar na solução dos casos e das medidas cautelares referentes ao país.

- A Relatora sobre os Direitos dos Povos Indígenas visitou o Paraguai, de 2 a 7 de setembro de 2010, a fim de verificar a situação geral dos povos indígenas do país, visitar comunidades indígenas com casos pendentes junto ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos, e informar-se sobre os esforços do Governo nessa área. A delegação visitou as comunidades de Yakye Axa, Sawhoyamaxa e Kelyenmagategma e reuniu-se com autoridades do Governo e com líderes e autoridades indígenas.
- Comissário Escobar Gil visitou El Salvador, de 5 a 9 de outubro de 2010, na qualidade de Relator sobre os Direitos das Pessoas Privadas de Liberdade. Durante a visita, o Relator foi ao Centro de Inserção Social Sendero de Libertad (Ilobasco), ao Centro Penal de Quezaltepeque e ao Centro Penal de Segurança Máxima de Zacatecoluca. O Relator e sua delegação também se reuniram com altas autoridades do Governo.
- A Relatora sobre os Direitos da Mulher visitou El Salvador, de 17 a 19 de novembro de 2010, a fim de coletar informações sobre as formas de discriminação enfrentadas pelas mulheres no exercício de seus direitos econômicos, sociais e culturais no país, no âmbito do Relatório Hemisférico que a Relatoria prepara sobre o tema.
- Em 2 e 3 de dezembro de 2010, a Comissária Mejía Guerrero visitou a Argentina, reunindo-se, nessa ocasião, com autoridades do Governo e representantes de organizações da sociedade civil.
- De 14 a 19 de dezembro, a Relatora sobre os Direitos dos Povos Indígenas realizou uma visita de trabalho ao Panamá, a fim de verificar a situação das comunidades Kuna de Madungandí e Embera de Bayano, e das comunidades Ngobe afetadas pela construção da Represa Chan 75 no Rio Changuinola. Durante a visita, a Relatora reuniu-se com vários funcionários do Alto Governo, e deslocou-se até as diversas comunidades envolvidas nos casos, ocasião em que pôde dialogar com suas autoridades, membros e representantes, bem como verificar in situ a situação atual.

▪ **Formas de cooperação desenvolvidas em 2010**

Em 2010, a Comissão apresentou 16 casos perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos e manteve com esse órgão diálogos periódicos sobre o Sistema, a implementação dos respectivos regulamentos e as necessidades de fortalecimento de ambos órgãos.

Nesse ano, a CIDH participou de diversas reuniões e eventos convocados pela Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos por meio de seu Escritório em Genebra ou dos Escritórios Regionais. Nesse âmbito, por exemplo, a CIDH participou de uma reunião sobre cooperação entre o Sistema Universal das Nações Unidas e os Sistemas Regionais de Proteção dos Direitos Humanos, convocada pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), e realizada em Genebra, Suíça, em maio.

Além disso, de 14 a 25 de junho de 2010, a CIDH recebeu a visita de uma delegação da Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos. Nessa ocasião, foram organizadas várias

atividades com base na iniciativa da CIDH de trocar informações sobre boas práticas em gestão de casos, cumprimento de recomendações e divulgação do Sistema.

De 25 a 27 de agosto de 2010, a Secretaria Executiva da CIDH participou da consulta regional do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos sobre o papel exercido pelos Escritórios Nacionais do ACNUDH diante das atuais tendências políticas, sociais e econômicas nas Américas.

Em 16 de novembro de 2010, a CIDH reuniu-se com os dez membros da recém-criada Comissão Intergovernamental de Direitos Humanos (AICHR) da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Na ocasião, houve troca de informações sobre os mecanismos de que cada organismo dispõe para a promoção e proteção dos direitos humanos nas regiões de sua competência.

Períodos de sessões realizados

▪ **Centésimo Trigésimo Oitavo Período Ordinário de Sessões, 15 a 26 de março de 2010**

A CIDH aprovou um total de 62 relatórios sobre casos e petições individuais, realizou 35 audiências e 28 reuniões de trabalho relativas a petições ou casos individuais, medidas cautelares e outras de caráter geral.

▪ **Centésimo Trigésimo Nono Período Ordinário de Sessões, 12 a 16 de julho de 2010**

A CIDH não realizou audiências públicas nem reuniões de trabalho por tratar-se de um período de sessões de caráter interno. A Comissão aprovou um total de 40 relatórios sobre petições e casos.

▪ **Centésimo Quadragésimo Período Ordinário de Sessões, 20 de outubro a 5 de novembro de 2010**

A CIDH aprovou um total de 66 relatórios sobre casos e petições individuais e foram realizadas 53 audiências públicas e 19 reuniões de trabalho.

3.3 TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

O Tribunal Administrativo da Organização dos Estados Americanos foi criado pela resolução da Assembléia Geral AG/RES. 35 (I-O/71), de 22 de abril de 1971, e tem por função solucionar as controvérsias que possam surgir com o pessoal da Secretaria-Geral em virtude de decisões administrativas, quando aleguem descumprimento das condições dispostas nas respectivas nomeações e contratos, ou infrações das Normas Gerais para o Funcionamento da Secretaria-Geral e demais disposições aplicáveis, inclusive as relativas ao Plano de Aposentadoria e Pensões da Secretaria-Geral. Em 2010, o Tribunal foi constituído pelos seguintes seis juízes eleitos pela Assembléia Geral a título pessoal: Andre M. Surena, Presidente (Estados Unidos); Héctor Enrique Arce Zaconeta, Vice-Presidente (Bolívia); Homero Máximo Bibiloni (Argentina); Alma Montenegro de Fletcher (Panamá); Suzie D'Auvergne (Santa Lúcia) e Lionel Dupuis (Canadá).

Por ocasião da apresentação do relatório de atividades do Tribunal Administrativo à Comissão Geral do Conselho Permanente, em sessão realizada em março de 2010, o Presidente do Tribunal Administrativo, juiz Andre M. Surena, ratificou o interesse desse órgão em que a proposta da reforma do Estatuto, bem como a regularização trabalhista de seu pessoal, fossem aprovadas pelo próximo período ordinário de sessões da Assembléia Geral. As petições foram submetidas à consideração da Comissão de Assuntos Administrativos e Orçamentários do Conselho Permanente (CAAP) e, como resultado, foram tomadas as seguintes providências:

- Sobre o projeto de Reforma do Estatuto determinou-se a elaboração, em abril, de um estudo para determinar se as reformas propostas ao Estatuto do Tribunal Administrativo continham ou não implicações orçamentárias. Em 27 de maio, o Presidente da CAAP, Embaixador Virgilio Alcántara, apresentou o relatório com os resultados do estudo e, em 14 de julho, o Presidente do Tribunal enviou suas observações a esse relatório. Posteriormente, em 29 de novembro, o Presidente da CAAP dirigiu-se ao Tribunal para informar que o tema seria novamente submetido à consideração do Conselho Permanente para deliberação.
- Com relação às necessidades do Tribunal em termos de pessoal, em 13 de setembro, o Presidente do Tribunal reuniu-se com o Grupo de Trabalho Encarregado de Revisar a Proposta do Orçamento-Programa 2010, a fim de apresentar o relatório “Regularização trabalhista da Secretaria do Tribunal Administrativo da OEA: Análise da situação atual, antecedentes e recomendações”.

O Tribunal Administrativo comemorou seu Quinquagésimo Oitavo Período Ordinário de Sessões, em 29 e 30 de novembro, em Washington, D.C., ocasião em que se reuniu com altos funcionários da Secretaria-Geral, a fim de dar continuidade às discussões sobre os seus temas de interesse em 2010. Nessa reunião, foram aprovadas as resoluções 367 a 371 sobre a regularização trabalhista da Secretaria do Tribunal; a nova nomeação do juiz Surena como Presidente do Tribunal; o reconhecimento à gestão do juiz Surena como Presidente do Tribunal; o reconhecimento à gestão de Reinaldo Rodríguez como Secretário do Tribunal; e a aprovação das reformas do Estatuto do Tribunal, respectivamente.

3.4 INSTITUTO INTERAMERICANO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (IIN)

O IIN, fundado em 1927 e incorporado à OEA como organismo especializado em 1949, presta assistência aos governos dos Estados membros na elaboração de políticas públicas na área da infância e da adolescência. Fazem parte da estrutura do IIN o Congresso Pan-Americano da Criança e do Adolescente, o Conselho Diretor, integrado pelos Estados membros da OEA, e a Direção-Geral, em nível de departamento. O IIN desenvolve ações em cumprimento dos mandatos recebidos das Cúpulas das Américas, dos órgãos da OEA, bem como dos seus próprios mandatos, constantes do Plano de Ação 2007-2011.

As principais atividades realizadas em 2010 são apresentadas a seguir.

Fortalecimento institucional

Realização de atividades em cumprimento das resoluções e recomendações aprovadas pelo Vigésimo Congresso Pan-Americano da Criança e do Adolescente (setembro de 2009, Peru), cuja estrutura abrangeu o Primeiro Fórum Pan-Americano da Criança e do Adolescente, assim como dos mandatos emanados do Conselho Diretor na Octogésima Quarta e Octogésima Quinta Reuniões Ordinárias, em 2009 e 2010, respectivamente. Ampliação da presença dos Estados do Caribe. O Uruguai foi eleito sede da Octogésima Sexta Reunião Ordinária de 2011. Foram apresentados os relatórios de gestão, em conformidade com o calendário definido pela SG/OEA, e se elaborou e divulgou a [Memória Interativa do Vigésimo Congresso Pan-Americano da Criança e do Adolescente](#) e o [Primeiro Encontro Pan-Americano da Criança e do Adolescente](#).

Promoção e proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente

Desenvolvimento do Programa de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente das Américas, financiado pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), que contém três projetos: Participação, Ombudsman e Migrantes. Por meio de cada um deles foi possível desenvolver os respectivos temas nos Estados participantes, mediante a geração de conhecimento sobre a matéria, treinamentos, e espaços de intercâmbio de experiências e práticas (reuniões regionais);

Implementação na Colômbia, Guatemala e Jamaica do projeto de Proteção e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente no Sistema Interamericano, financiado pela Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (ACDI), que inclui quatro componentes: políticas públicas; registro e identidade; participação e meios de comunicação; e direitos. O progresso em cada um dos componentes é resultado da estreita coordenação e planejamento conjunto com as autoridades governamentais dos Estados participantes e da formação de equipes técnicas para o desenvolvimento do projeto;

Políticas públicas: foram realizados seminários e missões técnicas nos três Estados participantes. No caso da Guatemala e da Colômbia, o trabalho está relacionado com a política da primeira infância e, na Jamaica, o trabalho diz respeito à violência;

Registro e identidade: realizou-se um treinamento na Guatemala com vistas ao fortalecimento do papel dos professores e do pessoal da área de saúde como promotores dos direitos da criança.

Participação: Cada Estado elaborou seu Relatório País; foi realizado o Encontro Regional entre Gerações de Participação Infantil (13 Estados, 34 adultos e 23 adolescentes); foi preparada uma Diretriz para uma política pública sobre a participação da criança e do adolescente; e foi elaborada uma proposta com ferramentas para a promoção dessa participação.

Meios de comunicação e direitos: desenvolvimento de instrumentos técnicos que serão utilizados em 2011, como um guia para a elaboração de estratégias de comunicação e criação de conteúdos para o curso presencial (execução em 2011).

No âmbito do Programa Interamericano para a Prevenção e Erradicação da Exploração Sexual Comercial, o Tráfico Ilícito e o Comércio de Crianças e Adolescentes (AG/RES. 2432 (XXXVIII-O/08) continuou-se implementando o Observatório Interamericano sobre Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes (www.annaobserva.org); realizou-se o Primeiro Encontro Regional, em agosto, na Costa Rica; elaborou-se o documento Boas Práticas na Abordagem da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes (ESCCA); foram recebidas contribuições do Azerbaijão e da China cuja execução será finalizada em 2011; foi elaborado o Décimo Relatório ao Secretário-Geral da OEA, assim como boletins técnicos, entre outras atividades.

Deu-se continuidade ao Programa Interamericano de Cooperação para Prevenir e Reparar Casos de Subtração Internacional de Menores por Parte de Um de Seus Progenitores; e, em parceria com a Conferência de Haia, está sendo organizada a Terceira Reunião de Peritos em Matéria de Subtração Internacional de Menores, prevista para realizar-se em fevereiro de 2011, no México. Além disso, divulgou-se a Orientação Técnica Institucional (OTI) Nº 2, sobre Adoções.

No contexto do Programa Interamericano sobre a Promoção dos Direitos Humanos da Mulher e da Equidade e Igualdade de Gênero, realizou-se treinamento do pessoal do IIN em um seminário técnico por meio da CIM/OEA.

Participação na Primeira Reunião Técnica da Rede de Cooperação em Matéria de Direito de Família e da Infância, organizada pela Secretaria de Assuntos Jurídicos da OEA (9 e 10 de novembro); na Sétima Cúpula do CLARCIEV/PUICA; em reuniões do Grupo de Trabalho da Iniciativa Niñ@sur; em reuniões do MMI-CLAC, o qual faz parte do movimento Global pela Criança; bem como apresentações sobre diversos temas relacionados ao Direito da Infância.

Cooperação

- Coordenação com o Escritório da OEA no Uruguai, e com Escritórios em outros Estados membros.
- Cooperação técnica com CIM; PUICA; CIDH; Departamento de Direito Internacional/Secretaria de Assuntos Jurídicos; SEGIB; Conferência de Haia; UNICEF; Salvem as Crianças - Suécia; Plano Internacional; MMI-CLAC; Iniciativa Educação para Profissionais sobre Direitos da Criança (CRED-PRO); IICRD; Rede ANDI (Brasil); Centro Internacional para Crianças Desaparecidas e Exploradas (ICMEC); Grupo de Trabalho sobre a Iniciativa Niñ@sur.

Divulgação

- Atualização e consolidação da página eletrônica do IIN (www.iin.oea.org) que recebe aproximadamente 100.000 visitas mensais; acompanhamento de outras páginas eletrônicas do IIN ([Nuestra voz a colores](#), [Badaj](#), [Anna Observa](#), [SINNA](#), entre outras);
- Elaboração e divulgação dos boletins eletrônicos regulares do IIN, do Boletim Especial sobre o Haiti, e dos Boletins de AnnaObserva, como parte do Observatório.
- Atendimento às consultas bibliográficas da Biblioteca Luis Morquio e atendimento a pesquisadores interessados no valioso acervo documental e bibliográfico do Instituto.
- Elaboração e divulgação de novas publicações do IIN: “A participação infantil nas Américas”; “Agenda das crianças e dos adolescentes das Américas”; e “Conjunto de indicadores do direito à participação da criança e do adolescente”.

Treinamento

No âmbito do Programa Interamericano de Treinamento Virtual, deu-se início ao processo de profissionalização das atividades de capacitação e formação do IIN, que consiste na utilização de uma plataforma mais moderna e adequada (*moodle*) e de um guia que regula as atividades educacionais e a adequação metodológica dos conteúdos.

Em 2010, foram realizados cursos virtuais sobre Subtração Internacional de Crianças e Adolescentes; Atualização sobre Direitos da Infância; Participação Infantil; Direitos da Infância e Meios de Comunicação; e Curso Semipresencial sobre Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes.

3.5 COMISSÃO INTERAMERICANA DE MULHERES (CIM)

Criada em 1928, a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) foi o primeiro órgão governamental estabelecido com o fim de garantir o reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. Em 1948, mediante um acordo de colaboração, a CIM constituiu-se em organismo especializado da OEA. Desde a sua criação, a CIM converteu-se em principal fórum de debate e formulação de políticas sobre os direitos das mulheres e a igualdade de gênero nas Américas.

A autoridade máxima da CIM é a Assembléia de Delegadas, da qual participam representantes de todos os Estados membros da OEA. Além das resoluções de sua Assembléia, os mandatos da CIM decorrem da Assembléia Geral da OEA, e de reuniões periódicas, como a Reunião de Ministras ou Autoridades do Mais Alto Nível Responsáveis pelas Políticas da Mulher nos Estados Membros (REMIM) e as Cúpulas das Américas. O mandato mais amplo da CIM, aprovado pela Assembléia Geral da OEA em 2000, é o Programa Interamericano sobre a Promoção dos Direitos Humanos da Mulher e da Equidade e Igualdade de Gênero (PIA). A partir do PIA, elaboram-se o Plano Estratégico 2011-2016 da CIM e os Programas Bienais de Trabalho.

O Plano Estratégico 2011-2016 da CIM tem dois objetivos fundamentais, refletidos no trabalho da Comissão ao longo de 2010. O primeiro deles é o fortalecimento do papel desempenhado pela Comissão como fórum político hemisférico. Na Trigésima Quinta Assembléia de Delegadas (Cidade do México, novembro de 2010), as Delegadas da CIM avaliaram a contribuição da CIM para a promoção e formulação de políticas públicas de apoio aos direitos das mulheres e à igualdade de gênero, e fizeram um apelo a fim de ampliar esse espaço de discussão para novas audiências, inclusive a sociedade civil.

O segundo objetivo do Plano Estratégico da CIM é assegurar que a OEA seja uma organização que responda às demandas das mulheres da região. Em 2010, a CIM realizou uma análise de necessidades, bem como uma série de seminários, com o propósito de fortalecer a capacidade dos diversos departamentos da OEA, a fim de incorporar e abordar, de maneira efetiva, as necessidades e os direitos das mulheres. Nesse sentido, iniciou-se a formulação de programas de ação conjuntos para a integração de uma perspectiva de direitos e de igualdade de gênero nos quatro pilares estratégicos da OEA: democracia, direitos humanos, segurança e desenvolvimento.

No âmbito da democracia, a CIM promoveu a plena realização dos direitos políticos das mulheres mediante o apoio técnico à liderança das mulheres em processos políticos e a implementação de medidas especiais para fortalecer a representação política paritária.

Na esfera dos direitos humanos, a CIM, como Secretaria Técnica do Mecanismo de Acompanhamento da Convenção de Belém do Pará (MESECVI), concluiu a primeira rodada de avaliação multilateral e iniciou a segunda, com a finalidade de prestar assistência técnica aos Estados Partes na Convenção.

A fim de apoiar a implementação do Plano Estratégico e maximizar o impacto de seu trabalho, a CIM fortaleceu suas relações com parceiros estratégicos no âmbito internacional, acadêmico e da

sociedade civil, mediante acordos explícitos de colaboração e atividades conjuntas em nível nacional e hemisférico.

3.6 COMISSÃO INTERAMERICANA DE TELECOMUNICAÇÕES

A Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL) foi estabelecida pela Assembléia Geral mediante a resolução AG/RES. 1224 (XXIII-O/93), em conformidade com o artigo 52 da Carta da Organização. A sua missão é facilitar e promover o desenvolvimento integral e sustentável das telecomunicações/TICs no Hemisfério, com base nos princípios da universalidade, solidariedade, transparência, equidade, reciprocidade, não-discriminação, neutralidade tecnológica e otimização dos recursos, respeitando o meio ambiente e o desenvolvimento humano sustentável para o benefício da sociedade em cada país da região.

A atual estrutura da CITEL é constituída pela Assembléia da CITEL, pela Comissão Diretora Permanente (COM/CITEL), pela Comissão de Coordenação, pelas Comissões de Consulta Permanentes (CCP) e pela Secretaria.

Os mandatos e recomendações constam das resoluções, recomendações e decisões da Assembléia Geral da OEA e de suas Comissões, bem como dos Planos de Ação e das Declarações das Cúpulas das Américas.

As seguintes atividades da CITEL em 2010 são destacadas:

- Estudos sobre políticas de telecomunicações, marcos regulamentares e procedimentos que promovam maior acesso e um desenvolvimento sustentável dos serviços de telecomunicações/TICs, tais como, o Regulamento Geral para o Registro de Práticas Fraudulentas e/ou Irregulares; o procedimento de instalação dos equipamentos de comunicação básicos em caso de desastres naturais; segurança cibernética e proteção de infra-estrutura crítica; e análise das Tarifas de Terminação Móvel (TTM).
- Consideração de temas técnicos relacionados com serviços de telecomunicações/TICs, sua arquitetura e normas, tais como, o novo planejamento da banda de 2500-2690 MHz do espectro radioelétrico para sistemas de acesso móvel de banda larga (3G/4G); métodos de prova, aceitação e manutenção de pares de fios de cobre para acesso digital de assinantes (DSL); transição da televisão analógica para a digital; e uso de faixas não utilizadas nas bandas de frequências atribuídas à radiodifusão (espaços em branco) a fim de promover a oferta de acesso sem fio de banda larga em localidades rurais e isoladas.
- Capacitação em telecomunicações mediante o oferecimento de 20 cursos (a distância e presenciais) e mais de 130 bolsas para participantes de 20 países da região. A CITEL conta atualmente com 20 Centros Regionais de Capacitação e coordena seus trabalhos com a União Internacional de Telecomunicações (UIT).
- Preparação de propostas interamericanas para serem apresentadas na Conferência Mundial de Desenvolvimento das Telecomunicações e na Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações (UIT).

A CITELE assinou Acordos de Cooperação com 19 organizações internacionais e regionais com o objetivo de evitar a duplicação de esforços e reduzir o tempo de solução de conflitos. Além disso, a CITELE participa de reuniões inter-regionais (África, Ásia-Pacífico, Europa, Federação Russa e Grupo Árabe) a fim de facilitar os trabalhos durante as conferências mundiais.

Entre as 21 reuniões realizadas pela CITELE destacam-se as seguintes: Fórum de Alto Nível, "Rumo a um futuro melhor: Redefinindo a estratégia do setor das TICs nas Américas"; Quinta Reunião Ordinária da Assembleia da CITELE; Seminário sobre o Ecossistema de Acesso à Internet e Neutralidade de Rede; Seminário Regional UIT-CITELE sobre Segurança Cibernética; Seminário sobre Dividendo Digital; e duas reuniões da CCP.I e da CCP.II, respectivamente, nas quais foram realizadas as atividades indicadas anteriormente.

3.7 ESCRITÓRIO DO INSPETOR-GERAL

As atividades do Escritório do Inspetor-Geral (OIG) atendem ao disposto no Capítulo IX, "Assessoramento, Auditoria e Fiscalização Financeira", das Normas Gerais para o Funcionamento da Secretaria-Geral (SG) e à Ordem Executiva Nº 95-05. Essas disposições estabelecem a função de auditoria interna, que apóia o Secretário-Geral e os corpos gestores a fim de controlar o cumprimento das responsabilidades dos distintos níveis de administração no que se refere aos programas e recursos da Secretaria-Geral. O objetivo do OIG é assegurar a revisão sistemática de procedimentos operacionais e transações financeiras, tanto na sede quanto nos escritórios dos Estados membros. Além disso, o OIG se encarrega de verificar a aplicação e o cumprimento eficiente, eficaz e econômico das políticas, regulamentações e práticas estabelecidas.

▪ Auditorias

Em 2010, o Escritório do Inspetor-Geral iniciou dez auditorias e três investigações. Além disso, o OIG avaliou sete projetos executados nos Estados membros a fim de assegurar sua conformidade com os acordos e determinar se os objetivos foram cumpridos. Durante a execução de suas atividades, o Escritório concentrou-se principalmente em operações de alto risco e naquelas com maior potencial para melhorar a eficiência, eficácia e uso dos recursos da Secretaria-Geral.

Nesse período foram efetuadas auditorias operacionais na sede voltadas para o exame e a avaliação das atividades de viagens, dos processos de compras, dos cartões de crédito da SG/OEA usados pelo Escritório de Serviços de Compras, dos processos de pagamento da folha de pessoal, e do Programa de Reembolso de Impostos. Além disso, realizou-se a avaliação do Programa da MAPP, tanto na sede quanto na Colômbia, e foram examinados os controles internos das atividades dos Escritórios da Secretaria-Geral em São Vicente e Granadinas, Guiana, México, e República Dominicana, a fim de determinar se foram executadas em conformidade com as regulamentações e os procedimentos da OEA.

▪ Outras atividades

O Escritório do Inspetor-Geral continuou avaliando as respostas sobre as auditorias internas, e auxiliou no acompanhamento das ações corretivas para assegurar que as recomendações apresentadas pelo OIG fossem implementadas de forma efetiva. Da mesma maneira que o Escritório proporcionou assessoramento e assistência à Secretaria-Geral por meio de análise, avaliações, pesquisas e recomendações, participou também como observador em várias comissões da Secretaria-Geral e apresentou diversos relatórios aos órgãos diretores. Apesar de o Escritório do Inspetor-Geral manter uma linha direta para receber denúncias sobre irregularidades, nenhuma foi reportada em 2010.

3.8 JUNTA DE AUDITORES EXTERNOS

Em conformidade com a resolução AG/RES. 123 (III-O/73), aprovada em 14 de abril de 1973, e a resolução CP/RES. 124 (164/75), de 10 de junho de 1975, a Junta de Auditores Externos é o órgão responsável pela auditoria externa das contas da Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos (SG/OEA).

A Junta realizou sua reunião anual de 12 a 16 de abril de 2010, a fim de preparar o relatório sobre a auditoria externa das contas e as demonstrações financeiras comparativas da SG/OEA para os anos terminados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, de acordo com o artigo 129 das Normas Gerais.

Em 6 de maio de 2010, a Junta apresentou suas observações no documento *Relatório ao Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos: Auditoria Anual de Contas e Demonstrações Financeiras, 31 de dezembro de 2009 e 2008* (OEA/Ser.S JAE/doc.40/10). O relatório se subdivide em quatro seções: a) Relatório da Junta de Auditores Externos; b) Demonstrações financeiras da OEA; c) Demonstrações financeiras de órgãos e entidades relacionados à OEA; d) Fundo de Aposentadoria e Pensões da OEA.

Com base no parecer sem ressalva emitido pela *Ernst & Young, LLP*, a firma de auditores independentes de 2010, as demonstrações financeiras correspondentes às entidades auditadas estão em conformidade com os livros, documentos e comprovantes da Secretaria-Geral.

A Junta reuniu-se com o Secretário-Geral e apresentou os resultados da auditoria, bem como suas recomendações, para que fossem apresentados à Assembléia Geral e ao Conselho Permanente.

Ao Conselho Permanente e/ou Assembléia Geral:

- As recomendações mais significativas encontram-se a seguir:
- Evitar um déficit estrutural no futuro garantindo-se a coerência entre o mecanismo de determinação de cotas da OEA e o mecanismo de determinação das despesas.
- Conceder à CAAP faculdades semelhantes às da Quinta Comissão das Nações Unidas, a fim de estabelecer um vínculo claro entre os custos de execução, os prazos e os resultados previstos para todos os mandatos.
- Adotar as Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público (IPSAS).
- Autorizar as próximas fases de implementação das reformas em matéria de gestão de recursos humanos.

À Secretaria-Geral:

- Empenhar-se para sanar o déficit imediato do Fundo Ordinário, que não pode continuar sendo financiado pelo Subfundo de Reserva.
- Implementar as iniciativas de canalização da Secretaria de Administração e Finanças (SAF)
- Realizar uma análise exaustiva do planejamento da força de trabalho e identificar os cargos que devem ser ocupados mediante os mecanismos de emprego e contratação.

- Estabelecer uma estratégia sustentável para os bens imobiliários.
- As obras de manutenção e reparos do imóvel da rua 16 devem ser realizadas pelo Escritório de Serviços Gerais e refletidas no seu orçamento.
- Continuar implementando o plano para direcionar o processo aplicável a compras de baixo valor, inclusive as despesas de viagem, com os controles internos adequados.
- Examinar alternativas para o apoio à execução de programas nos Estados membros.
- Melhorar a prestação de contas dos ativos fixos.
- Considerar a possibilidade de se elevar o limite de capitalização de ativos.
- Desenvolver um processo de proteção adequada às informações pessoais privadas.
- DOITS deve realizar a revisão e a aprovação do plano estratégico de tecnologia da informação por parte da gerência e dos clientes; as iniciativas urgentes desse plano estratégico devem ser financiadas.
- Desenvolver e implementar um plano de continuidade de serviços viável e uma estratégia de recuperação em caso de desastres.
- Centralizar o controle dos ativos e da infraestrutura de tecnologia da informação, inclusive a compra e a substituição de equipamentos.

Após o resumo da situação financeira do Fundo Ordinário, dos fundos específicos e das contribuições especiais à OEA, levaram-se em conta as iniciativas da Administração da Secretaria-Geral para que se implementassem as recomendações constantes do Relatório da Junta do ano anterior, bem como outros temas de interesse da Junta.

A Junta destacou que a firma de auditores independentes emitiu pareceres sem ressalvas (“pareceres limpos”), o que consiste no melhor resultado possível de uma auditoria, para as seguintes demonstrações financeiras de 2009:

- Fundo Ordinário, FEMCIDI, fundos específicos e de serviços da OEA
- Fundo Pan-Americano Leo S. Rowe
- Fundo Comemorativo de Beneficência Rowe
- Fundação para as Américas
- Fundo Fiduciário de Benefícios Médicos
- Exposição da Junta Interamericana de Defesa
- Fundo de Aposentadoria e Pensões

IV. ENTIDADES E ORGANISMOS ESPECIALIZADOS

4.1 JUNTA INTERAMERICANA DE DEFESA

A Junta Interamericana de Defesa (JID) presta assessoramento aos programas da Organização dos Estados Americanos (OEA); promove a paz e a segurança do Hemisfério, bem como a confiança entre os Estados membros mediante vínculos de assessoria militar; fortalece as relações entre civis e militares e supervisiona o programa acadêmico superior do Colégio Interamericano de Defesa (CID).

Desde que passou a ser parte integrante da Organização dos Estados Americanos (OEA), em março de 2006, a Junta Interamericana de Defesa (JID) tem contribuído para o cumprimento da Carta da OEA prestando assessoramento aos programas da Organização. O Estatuto aprovado na mesma data definiu a JID como um organismo internacional e dispôs sobre sua missão, funções e situação jurídica.

A Junta busca oferecer de maneira contínua assessoramento técnico, consultivo e educacional de qualidade à Assembléia Geral e ao Conselho Permanente da OEA, bem como ao Conselho de Delegados e aos Países membros da JID, em assuntos militares e de defesa. A esse respeito, o trabalho realizado em 2010 foi considerado positivo em sua proposta de consolidar o papel da Junta no Sistema Interamericano.

A JID deu continuidade ao cumprimento das metas e dos objetivos dispostos no Plano 2008-2016. O Presidente do Conselho de Delegados participou como convidado de diversos fóruns relacionados ao tema segurança hemisférica. Da mesma maneira, recebeu e realizou várias visitas a fim de divulgar as atividades da JID e intensificar as relações com outras entidades e instituições de natureza semelhante.

Deu-se andamento ao processo para criação de uma equipe de oficiais de ligação da JID e da OEA, a fim de identificar temas de trabalho comuns, em conformidade com a resolução AG/RES. 2573 (XL-O/10), que, entre outros assuntos, inclui um estudo com base no Estatuto com vistas à promoção de uma maior interação entre os dois organismos. Nesse sentido, destacam-se as novas atribuições resultantes da Conferência de Ministros da Defesa das Américas (CMDA), realizada em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, de acordo com a resolução AG/RES. 2446 (XXIX-O/09), que conferiu à JID a faculdade de atuar prestando apoio à Secretaria Pro Tempore da CMDA, além do mandato já vigente de preservação da memória institucional dessa conferência. A JID, além de manter um contato próximo com as autoridades da República do Uruguai, proporcionou instalações na Casa do Soldado para facilitar as atividades da Secretaria Pro Tempore.

A JID continuou o trabalho de monitoramento das atividades de remoção humanitária de minas, em cumprimento das resoluções AG/RES. 2261 (XXXVII-O/07) e AG/RES. 2269 (XXXVII-O/07), e de organização de um novo encontro doutrinário com os chefes de missões de assistência para a remoção de minas da JID (MARMINCA, MARMINAS e Grupo de Monitores Interamericanos da Colômbia). Ademais, deu continuidade às tarefas de atualizar o Manual de Procedimentos da Remoção Humanitária de Minas, prestar assistência técnica ao AICMA/OEA,

treinar pessoal da Colômbia, Equador e Peru, bem como realizar várias visitas de supervisão e estabelecer contatos com o Centro Internacional para a Desminagem Humanitária, sediado em Genebra, Suíça.

Devido a sua importância e cobertura, destaca-se a conclusão da Missão de Assistência para a Remoção de Minas na América Central (MARMINCA) e Nicarágua, que após 19 anos de trabalho logrou declarar a América Central uma área livre de minas terrestres antipessoal.

A JID elaborou um documento sobre políticas e doutrinas de defesa (livro branco), a fim de contribuir para a elaboração de medidas de fortalecimento da confiança e da segurança (MFCS). Continuou-se recebendo e analisando as MFCS implementadas nos Estados membros em 2009, com o objetivo de elaborar um inventário anual correspondente.

O problema financeiro que a JID enfrentou em 2010 – um ano especialmente difícil para atender às diversas necessidades no desempenho de sua missão, após o anúncio de um possível corte no orçamento que ameaçou sua sobrevivência como organismo internacional – foi parcialmente resolvido e a Junta continuou suas atividades com os ajustes necessários. Se o corte orçamentário tivesse ocorrido, teriam sido afetados os custos fixos requeridos para a realização das atividades essenciais da Casa do Soldado e do Colégio Interamericano de Defesa (CID).

O CID segue sendo uma importante instituição acadêmica para o desenvolvimento das relações cívico-militares e para a divulgação dos valores democráticos, e continua gerando um grande fluxo de estudantes, tanto para seu programa regular, como para os programas de mestrado e de cursos à distância.

A JID desenvolve também iniciativas dinâmicas em vários fóruns dos quais participa e que guardam relação com sua função e capacidade. Em 2010, a Junta foi representada em 15 conferências e seminários referentes a desastres naturais. Essa participação possibilitou o intercâmbio de informações com organizações especializadas, tomando conhecimento de suas atividades, pontos de vista, experiências e lições aprendidas.

Com essas iniciativas, a JID manifestou concretamente sua disposição de otimizar e melhorar seu nível de interação, descobrindo novos caminhos para somar seus esforços aos da OEA em prol do Sistema Interamericano. A participação contínua e o diálogo permanente agregarão ainda mais valor às iniciativas já mencionadas, como também contribuirão para que se alcance a paz, a confiança e a segurança no Hemisfério americano, favorecendo assim o próprio fortalecimento da OEA.

As atividades realizadas e divulgadas pela Junta Interamericana de Defesa em 2010 aumentaram o interesse e a participação dos Estados membros da OEA em suas funções e assuntos orçamentários.

4.2 INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) é o organismo especializado em agricultura e bem-estar rural do Sistema Interamericano, posição que ocupa desde 1942 e que permitiu ao Instituto acumular ampla experiência em cooperação técnica, inovação tecnológica, sanidade agropecuária, agronegócio e desenvolvimento rural.

O IICA emvidou esforços para criar um plano estratégico 2010-2020 que busca reposicionar o Instituto no curto prazo e dotá-lo de uma visão de longo prazo que permita continuar agregando valor às agendas de desenvolvimento agropecuário dos países membros.

De acordo com o Plano de Médio Prazo (PMP) 2010-2014, a missão do IICA é proporcionar cooperação técnica, inovação e conhecimento especializado para o desenvolvimento competitivo e sustentável da agricultura das Américas e a melhoria de vida dos habitantes do campo nos países membros.

É evidente que existe uma proliferação de iniciativas no âmbito da cooperação agrícola internacional, o que gera uma fragmentação de esforços e exige que as instituições disponham de mecanismos efetivos de prestação de contas e avaliação de impactos.

Por esse motivo, o IICA concentrou suas ações no uso eficiente de seus recursos e de suas capacidades, fortaleceu suas parcerias com sócios estratégicos que permitem o desenvolvimento de agendas complementares e concentrou seu trabalho na prestação de cooperação técnica para apoiar políticas e instituições, redes e organizações, que criem conosco um efeito multiplicador.

Nesse sentido, os Escritórios do IICA nos países membros se reorganizaram de forma pró-ativa para formular e executar as Estratégias IICA/país, que constituem acordos sobre as principais demandas de nossa cooperação até 2014.

Consciente da urgência em buscar soluções para a crescente demanda de alimentos, para a mitigação dos impactos da mudança do clima e para a criação de oportunidades e de empregos para os produtores rurais, o IICA baseou seu Plano de Trabalho em um novo paradigma a fim de alcançar os seguintes quatro objetivos estratégicos:

- **Melhorar a produtividade e a competitividade do setor agrícola.**

Em 2010, o Instituto procurou melhorar a produtividade e a competitividade do setor agrícola, por meio do fortalecimento dos sistemas regionais de inovação, tais como o Fórum Global de Pesquisa Agropecuária e programas de cooperação em pesquisa e transferência de tecnologia. Além disso, como resultado de nossa cooperação técnica direta, os sistemas e institutos nacionais de inovação do Panamá, da Guatemala, do Paraguai, da Costa Rica e da Bolívia conseguiram fortalecer suas capacidades ou redefinir suas ações.

O IICA prestou apoio a 26 países para modernizar seus serviços veterinários, fitossanitários e de inocuidade alimentar, o que lhes permitiu melhorar suas capacidades de gestão de medidas zootossanitárias e definir áreas comuns com vistas a resolver problemas em matéria sanitária.

Além disso, com a cooperação do IICA e a ajuda financeira do Fundo para a Aplicação de Normas e o Fomento ao Comércio da Organização Mundial do Comércio (OMC), 24 países puderam propor e aprovar normas para beneficiar o seu comércio em instâncias de diálogo multilateral, como os comitês do Codex Alimentarius e o Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (CMSF) da OMC. Além disso, o Instituto elaborou manuais metodológicos para a notificação de medidas sanitárias, sistemas de informação e perfis de riscos fitossanitários, que são de grande utilidade para que os Estados membros continuem fortalecendo suas capacidades para cumprir os acordos comerciais.

Em estreita colaboração com universidades dos Estados Unidos e com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), o IICA contribuiu para que pelo menos 20 países fortalecessem suas capacidades de formulação de políticas e programas sobre inocuidade alimentar, configuração de sistemas de análise de riscos, fortalecimento dos pontos críticos de controle, e implementação de boas práticas de produção. Esses países também conseguiram fortalecer suas capacidades institucionais de forma a se beneficiarem dos tratados de livre comércio em vigor na região.

Além disso, o IICA, juntamente com seus parceiros em nível mundial, ofereceu a oportunidade para que os países latino-americanos melhorassem suas estruturas regulatórias em biossegurança e implementassem o Protocolo de Cartagena em Biossegurança, por meio de reuniões regionais que contaram com o apoio do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

Em matéria de agronegócio, o Instituto apoiou os esforços da República Dominicana, Equador, Nicarágua, Peru, Argentina, Jamaica e Belize voltados para o desenvolvimento de políticas públicas e para a implementação de projetos destinados a promover empresas agrícolas e negócios que vinculem o setor agrícola e o turístico. Um exemplo disso são as 22 empresas agrícolas dominicanas que conseguiram negociar a venda de produtos agrícolas com compradores de Miami após o estabelecimento do Programa de Plataformas de Exportação em coordenação com o Ministério da Agricultura. Outro exemplo são os esforços realizados na Jamaica para que organizações de produtores locais se capacitassem e viabilizassem o desenvolvimento de infra-estruturas para o setor de agroturismo.

A fim de estabelecer uma ligação entre produtores e mercados, o IICA e seus parceiros na América Central conseguiram que mais de 130 empresários do setor agrícola melhorassem seus conhecimentos sobre agronegócio e elaboração de planos de negócios.

Além disso, a plataforma de gestão de conhecimento PRODARNET foi ajustada de forma a funcionar baseada na estrutura de uma rede social, o que possibilitou que mais de 4.000 profissionais e participantes do setor de agronegócio comunicassem entre si e tomassem conhecimento das tendências e das notícias mundiais que influenciam a produção e a comercialização agropecuárias.

- **Fortalecer a contribuição da agricultura para o desenvolvimento dos territórios e o bem-estar rural.**

O Instituto dedicou-se a definir, juntamente com o Fórum Andino de Desenvolvimento Rural, sua estratégia de desenvolvimento rural para a Região Andina por meio do Projeto sobre Modelos de Desenvolvimento Territorial na Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. O IICA também liderou a coordenação da plataforma técnica para a execução da Estratégia Centro-Americana de Desenvolvimento Rural Territorial (ECADERT), que opera com recursos do Fundo Espanha/Sistema de Integração Centro-Americana (SICA), totalizando mais de 7 milhões de dólares, e que o Instituto administra para a execução dessa estratégia regional.

Em 2010, o IICA foi reconhecido pela Comissão Européia como uma instituição que adota procedimentos de administração financeira que cumprem os mais exigentes padrões internacionais. Isso foi resultado da bem-sucedida conclusão do processo de revisão “4 Pillars Assesment” ao qual o Instituto foi submetido. Essa merecida certificação permitiu ao IICA receber novos recursos da União Européia para o financiamento de importantes ações, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Produção Pecuária Destinado à Agricultura Familiar Rural do Paraguai, com um investimento de 4 milhões de euros.

- **Melhorar a capacidade da agricultura para mitigar a mudança do clima, adaptar-se a essa mudança, e utilizar melhor os recursos naturais**

O IICA reforçou seu Programa de Coordenação Transversal em Agricultura, Gestão de Recursos Naturais e Mudança do Clima, com base no qual pôde cooperar com os países para criar conceitos e uniformizar a informação sobre mudança do clima, especificamente para a “Iniciativa Amazônica” no Peru, a Lei Florestal da Costa Rica e sua relação com proteção e água, e o Programa de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura e dos Recursos Naturais do Haiti, em especial no que se refere ao fortalecimento do setor florestal. Também merece destaque um novo projeto financiado pela Agência de Cooperação Internacional da Coreia (KOICA), que busca reduzir o impacto ambiental na agricultura e promover a adaptação de cultivos tradicionais, como de feijão e maisena, à mudança do clima.

A experiência canadense em gestão de resíduos locais, inovação agroalimentar, atendimento a emergências, seguros agropecuários, e meio ambiente, entre outros temas, foi de grande utilidade para o conhecimento de vários países caribenhos, membros do IICA, como Barbados e Haiti.

- **Melhorar a contribuição da agricultura para a segurança alimentar.**

Por último, no que se refere ao quarto objetivo estratégico — melhorar a contribuição da agricultura para a segurança alimentar — o Instituto definiu sua estratégia sobre o tema e a adaptou à realidade de cada uma das regiões e países. Exemplos valiosos são os esforços do IICA para apoiar o Governo de Honduras com o programa “Bônus de Solidariedade Produtiva”, que beneficiou mais de 150.000 famílias, e para capacitar, em El Salvador, 1.800 agricultores da região de Chalatenango mediante projetos de promoção do agronegócio, alguns deles com a cooperação da Corporación Reto del Milenio (CRM). Em coordenação com o Programa Mundial de Alimentos (PMA) da Organização das Nações Unidas (ONU), o Instituto implementou

projetos-piloto na Guatemala, em Honduras e na Nicarágua, para os quais contou com o financiamento parcial da Fundação Buffet.

O IICA obteve reconhecimento especial da parte dos Estados membros que integraram o Comitê Executivo em 2010, devido à ajuda humanitária e à cooperação técnica que o Instituto proporcionou ao povo e ao Governo do Haiti, após o terremoto ocorrido no país em janeiro de 2010. Da mesma forma, o Instituto implementou diversas ações para respaldar o Governo e o povo do Chile e apoiar o setor agropecuário do país, após o terremoto que causou graves danos, em fevereiro de 2010.

Além disso, o IICA criou o Centro de Análises Estratégicas para a Agricultura (CAESPA), que tornou-se importante referência e espaço de diálogo sobre os temas de maior relevância para os Estados membros: inovação agrícola, livre comércio, demanda de alimentos, mudança do clima e sanidade agropecuária, entre outros. Por meio desse Centro foram transmitidos novos conhecimentos às instituições públicas e privadas do setor agrícola, destacando-se o relatório anual “Situação e Perspectivas da Agricultura e do Desenvolvimento Rural nas Américas”, elaborado em conjunto com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

As informações acima representam apenas uma amostra das evidentes contribuições em cooperação técnica prestadas pelo IICA, na qualidade de parceiro institucional, nas áreas de agricultura e vida rural. Essa cooperação foi articulada com o Processo de Cúpulas das Américas, com relação ao qual temos sido coerentes no que se refere ao cumprimento dos mandatos dos Chefes de Estado e de Governo relacionados com o acesso e a disponibilidade de alimentos, a promoção de investimentos no setor agrícola e o fortalecimento da capacidade institucional dos Estados membros.

4.3 A COMISSÃO JURÍDICA INTERAMERICANA

A Comissão Jurídica Interamericana é um dos órgãos mediante os quais a OEA realiza seus fins (artigo 53 da Carta). O Capítulo XIV da Carta define sua composição, atribuições e funções da seguinte maneira: servir de corpo consultivo da Organização em assuntos jurídicos; promover o desenvolvimento progressivo e a codificação do Direito Internacional; e estudar os problemas jurídicos referentes à integração dos países em desenvolvimento do Continente.

Em 2010, a Comissão Jurídica Interamericana realizou dois períodos ordinários de sessões, o primeiro em março, em Lima, Peru e o segundo em agosto, na sede, Rio de Janeiro, Brasil.

Em ambas as reuniões, a Comissão Jurídica teve os temas a seguir na agenda: promoção e fortalecimento da democracia; liberdade de pensamento e expressão; fortalecimento da capacidade consultiva da Comissão Jurídica Interamericana; Projeto de Convenção Interamericana contra o Racismo e Toda Forma de Discriminação e Intolerância; Tribunal Penal Internacional; implementação do Direito Internacional Humanitário; refugiados, formas inovadoras de acesso à justiça nas Américas; reflexões sobre uma jurisdição interamericana de justiça; diversidade cultural no desenvolvimento do Direito Internacional; temas sobre migração; acompanhamento dos pareceres da Comissão Jurídica Interamericana; e propostas da Comissão Jurídica Interamericana à Sétima Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado (CIDIP). Nesse período concluíram-se dois temas: o fortalecimento da capacidade consultiva da CJI e o Projeto de Convenção Interamericana contra o Racismo e Toda Forma de Discriminação e Intolerância.

A Comissão Jurídica Interamericana aprovou relatórios e adotou resoluções referentes aos temas mencionados.

Em 2010, a Comissão Jurídica Interamericana teve a seguinte composição: Guillermo Fernández de Soto (Colômbia, Presidente), João Clemente Baena Soares (Brasil, Vice-Presidente), Jean-Paul Hubert (Canadá), Ana Elizabeth Villalta (El Salvador), David Stewart (Estados Unidos), Hyacinth Evadne Lindsay (Jamaica), Jorge Palacios (México), Mauricio Herdocia (Nicarágua), Freddy Castillo (Venezuela), Fabián Novak (Peru) e Miguel Aníbal Pichardo (República Dominicana). No Quadragésimo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA (Lima, junho de 2010) foram reeleitos os doutores Hyacinth Evadne Lindsay (Jamaica), Jorge Palacios Treviño (México) e João Clemente Baena Soares (Brasil). Os mandatos desses membros se iniciaram em 1º de janeiro de 2011 para um período de quatro anos.

Os serviços da Secretaria e o apoio técnico à Comissão Jurídica foram prestados pelos funcionários do Departamento de Direito Internacional da Secretaria de Assuntos Jurídicos.

Por fim, a Comissão Jurídica Interamericana, com a coordenação do Departamento de Direito Internacional, organizou o Trigésimo Sétimo Curso de Direito Internacional em agosto de 2010, com a participação de 19 professores de diferentes países da América e da Europa, 22 bolsistas da OEA eleitos entre mais de 100 candidatos e 4 alunos que pagaram os custos de participação. O Departamento de Direito Internacional concedeu ainda quatro bolsas adicionais a afrodescendentes de diferentes países da região, no âmbito de um projeto implementado com

recursos da CIDA-Canadá. O tema central foi o Direito Internacional e as transformações do mundo contemporâneo.

4.4 FUNDAÇÃO PAN-AMERICANA DE DESENVOLVIMENTO

Estabelecida em 1962, a Fundação Pan-Americana de Desenvolvimento (FUPAD) é uma entidade privada, não-governamental e sem fins lucrativos, que atua mediante um acordo de cooperação com a OEA, a fim de apoiar programas de desenvolvimento e ajudar vítimas de desastres naturais e crises humanitárias. O Secretário-Geral da OEA é o Presidente da Junta Diretora composta por 20 líderes do setor privado provenientes de vários países do Hemisfério. O Presidente da Fundação é Frank D. Gómez e os Vice-Presidentes são Frank Kanayet Yepes, da Colômbia, e Gladys Coupet, do Haiti. O Diretor Executivo é John Sanbrailo e a Diretora Executiva Adjunta é Amy Coughenour-Betancourt. Todos os membros da Junta trabalham de maneira voluntária, atuando como um grupo que presta assistência à OEA e realiza contribuições monetárias e em espécie aos programas da Fundação.

Sob a direção do Secretário-Geral e do Secretário-Geral Adjunto da OEA, o ano de 2010 se destacou por atividades que mobilizaram o financiamento de programas de desenvolvimento, beneficiando mais de 10 milhões de pessoas por meio de projetos de geração de emprego, capacitação técnica, incentivo agrícola, desenvolvimento comunitário, fortalecimento da sociedade civil, proteção de direitos humanos e ajuda a vítimas de desastres naturais e crises humanitárias.

Em coordenação com a OEA, a FUPAD respondeu de imediato ao terremoto de 12 de janeiro no Haiti, o que dominou muitas de suas atividades nesse ano. Designada pela OEA, a Fundação liderou a gestão de recursos, atuando com os ministérios e outras entidades haitianas. Do escritório na República Dominicana, a Fundação trabalhou de perto com o Governo e com doadores, a fim de abrir um “caminho humanitário” de São Domingos a Port au Prince, o qual serviu como via indispensável para atender a centenas de milhares prejudicados. A Fundação desempenhou um papel semelhante em uma frota humanitária de Pedernales a Jacmel, no Haiti, que ficou completamente isolada devido aos danos causados pelo terremoto.

A FUPAD também contribuiu com mais de US\$ 15 milhões, que beneficiaram mais de um milhão de haitianos, por meio de ajuda humanitária, limpeza dos escombros, geração de emprego, consertos de habitações, desenvolvimento comunitário, provisão de alimentos e doações em espécie, combate à violação dos direitos humanos e o tráfico de pessoas, bem como promoveu a cooperação entre grupos haitianos e dominicanos na fronteira. A FUPAD trabalhou de perto com o Secretário-Adjunto da OEA, Embaixador Albert R. Ramdin, e com o Grupo de Amigos do Haiti.

A Fundação continuou a implementação do Programa de Desenvolvimento Comunitário Participativo (PRODEP e PRODEPUR) com financiamento do Banco Mundial e de doadores particulares, o que beneficiou mais de mil comunidades, inclusive em áreas de conflito como Cité Soleil, Delmas e Bel Air, em Port au Prince. A Fundação também liderou um programa de proteção de direitos humanos no Haiti, a fim de fortalecer a capacidade local de monitoramento e prevenção de violações dos direitos humanos, prestando assistência a mais de mil vítimas e gerando maior confiança e estabilidade social, fortalecendo 55 organizações não-governamentais no combate ao tráfico de mulheres e crianças e à violência comunitária e ainda oferecendo serviços de assessoria. Com financiamento do Governo do Canadá, reabilitou-se a penitenciária

em Cape Haitien e construiu-se um complexo administrativo na cidade fronteiriça Belladeres, a fim de aumentar a segurança e a presença governamental na fronteira. Continuou-se ainda a promoção das relações de cooperação entre as organizações locais na fronteira do Haiti e da República Dominicana, como forma de promover uma maior cooperação e diálogo entre as entidades públicas e privadas dos dois países.

Com vistas a responder à crise humanitária de deslocamento do povo colombiano, a FUPAD continuou a ampliação de seus programas no país, beneficiando mais de 500 mil pessoas. Até o fim de 2010, mais de 200 projetos haviam sido financiados em 100 municípios em todo o país. Além disso, a FUPAD prestou serviços de assistência a grupos colombianos vulneráveis nas regiões de fronteira no Equador e no Panamá. No âmbito do programa ADAM da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e em colaboração com o governo colombiano, 78 projetos produtivos receberam apoio e assistiram a organizações e cooperativas camponesas no cultivo e comercialização de produtos agrícolas, o que ajudou mais de 10 mil famílias. Da mesma maneira, a Fundação continuou executando uma iniciativa inovadora por intermédio da OEA, a fim de proporcionar assistência técnica colombiana aos países da Bacia do Caribe e a outros em vias de desenvolvimento, denominada Estratégia de Cooperação Sul-Sul.

Em conformidade com o mandato de fortalecer a sociedade civil na região, a FUPAD continuou o apoio a ONGs não partidárias como instrumento interamericano de revigoramento dos valores e princípios democráticos, mediante uma maior participação dos cidadãos em organizações não-governamentais compostas por todos os setores de diferentes países. De acordo com a Carta Democrática Interamericana, serão ofertadas doações e assistência técnica a 40 ONGs venezuelanas. Estas contarão com a participação de todas as tendências do país, em conformidade com as convenções internacionais assinadas pela República Bolivariana da Venezuela.

Em 2010, por meio do Programa de Doações em Espécie, a FUPAD enviou equipe médica, ferramentas e materiais de emergência à Guatemala, El Salvador, Colômbia, Haiti, Santa Lúcia, Uruguai, Chile, Jamaica e Panamá, com o custo total de US\$ 5,5 milhões. Doações adicionais foram proporcionadas a outros países tais como Chile, Cuba e Equador, a fim de prestar apoio a suas organizações não-governamentais.

A FUPAD implementou com sucesso a segunda fase do projeto Parceria para a Gestão de Desastres, patrocinado pela OFDA/USAID, que serviu como um mecanismo da OEA para mobilizar um maior financiamento do setor privado, a fim de responder aos desastres naturais no Hemisfério. A Fundação trabalhou com a Rede Interamericana de Mitigação de Desastres da OEA e, em janeiro de 2010, liderou a resposta interamericana de ajuda humanitária aos prejudicados pelo terremoto devastador no Haiti.

A Junta Diretora da Fundação realizou sua primeira reunião anual em Washington, D.C., em abril de 2010. Em outubro, a Junta se reuniu novamente na cidade de Fort Lauderdale, Flórida. Realizou ainda o evento Heróis do Hemisfério como reconhecimento dos líderes comunitários do Haiti, da Colômbia, do Brasil e do México. Esse importante evento foi proporcionado pelo patrocínio da empresa Royal Caribbean Cruise Limited, parte integrante da Junta Diretora da

Fundação. O Diretor Executivo e a Diretora Executiva Adjunta participaram de várias reuniões de diferentes comissões da OEA, tais como a Comissão Interamericana de Redução de Desastres Naturais e o Grupo de Amigos do Haiti, assim como da Comissão para a Celebração do Centenário da Construção do Edifício Principal da OEA.

A FUPAD deu continuidade a seu Plano Estratégico para o período de 2008-2012 e está preparando para 2012 a comemoração de seus 50 anos como entidade privada que expressa a solidariedade do Sistema Interamericano com a população mais necessitada da região.

4.5 ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), criada em 1902 pela Segunda Conferência Internacional dos Estados Americanos, é o organismo regional especializado em saúde do Sistema Interamericano, bem como o Escritório Regional para as Américas da Organização Mundial da Saúde (AMRO/OMS). A missão da OPAS é “orientar os esforços estratégicos de colaboração entre os Estados membros e outros parceiros, no sentido de promover a equidade na saúde, combater doenças, melhorar a qualidade de vida e elevar a expectativa de vida dos povos das Américas”.

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) apresenta o resumo de seu Relatório Anual “Promoção da saúde, bem-estar e segurança humana na Região das Américas”, correspondente a 2009-2010, a respeito das atividades de cooperação técnica, no âmbito do Plano Estratégico do Escritório Sanitário Pan-Americano, aprovado pelos órgãos dirigentes da OPAS para o quinquênio 2008-2012.

Nas Américas, o conceito de segurança humana surgiu no início de 2000, quando a Organização dos Estados Americanos (OEA) ocupou-se das novas ameaças à segurança regional.

Na Declaração de Bridgetown, os Estados membros da OEA reconheceram o caráter “multidimensional” da segurança hemisférica e, na Declaração sobre Segurança nas Américas de 2003, declararam que “o fundamento e razão de ser da segurança são a proteção da pessoa humana”. Durante essas deliberações, a OPAS prestou assessoria em temas sobre a saúde ao grupo de trabalho da Comissão de Segurança Hemisférica e elaborou o relatório Saúde e Segurança Hemisférica, o qual dispunha que “a saúde é de interesse da segurança nacional e internacional” e consiste em um componente intrínseco da segurança humana. Destacava-se que a saúde depende não apenas do atendimento de saúde e dos sistemas de prevenção de doenças, mas também de determinantes sociais.

Essa questão foi aprofundada no Relatório da Comissão sobre Determinantes Sociais da Saúde da OMS, publicado em 2008, o qual instava os países ricos e pobres a reduzir as iniquidades na distribuição de recursos e a colaborar para a melhora das condições de vida, inclusive as circunstâncias em que se nasce, vive, trabalha e envelhece.

O presente relatório destaca a cooperação técnica da OPAS no período de 2009 a 2010, que abrange temas relacionados com a segurança humana e seus sete aspectos, arrolados a seguir.

▪ **Econômico**

A contração econômica mundial afetou o gasto social dos países, tornando mais difícil a manutenção dos orçamentos nacionais de saúde ou o seu aumento, no caso de países que procuram alcançar a cobertura universal. A OPAS prestou seu apoio, determinando soluções sustentáveis para o financiamento da saúde, a reorganização dos sistemas sanitários a partir do enfoque renovado em atenção primária em saúde, bem como uma maior equidade na distribuição dos poucos recursos.

- **Alimentar**

Apoiaram-se projetos com famílias e comunidades voltados a alcançar os ODM 1 (erradicar a pobreza e a fome), prestando-se assistência a organismos que regulamentam a inocuidade dos alimentos, inclusive o apoio ao planejamento e a formulação de políticas e legislação, à capacitação de recursos humanos, à adaptação e aplicação de normas e às pesquisas sobre desnutrição e índices de doenças transmitidas por alimentos.

- **Ambiental**

As atividades da OPAS compreenderam a redução de riscos e preparação em casos de desastres, atenção primária ambiental, promoção de “espaços saudáveis” e medidas de proteção das crianças e dos trabalhadores contra a exposição a riscos ambientais.

- **Pessoal**

Destacam-se atividades que abordam determinantes sociais de saúde e programas e intervenções referentes à violência intrafamiliar e de gênero, ao estigma e repúdio aos homossexuais e à saúde mental.

- **Comunitário**

Prestou-se apoio a iniciativas em matéria de violência e lesões, considerando-se fatores que repercutem no desenvolvimento humano e na governança democrática.

- **Político**

A OPAS contribuiu para o fortalecimento dos esquemas de proteção social apoiando a formulação e a implementação de políticas, leis e programas voltados para a eliminação da exclusão, a garantia do acesso equitativo a produtos, serviços e tecnologias de saúde, bem como o estabelecimento da saúde como um direito humano universal.

- **Sanitária**

Destaca-se o controle e a prevenção de doenças. As ações enfocaram os fatores relativos à taxa de morbidade na região, com ênfase em doenças que afetam de maneira desproporcional os grupos mais pobres e marginalizados.

- **Reuniões dos órgãos dirigentes da OPAS em 2010**

- Quarta Sessão da Subcomissão de Programas, Orçamento e Administração, 17 a 19 de março
- Centésima Quadragésima Sexta Reunião da Comissão Executiva, 21 a 25 de junho
- Quinquagésima Reunião do Conselho Diretor, 27 de setembro a 1º de outubro
- Centésima Quadragésima Sétima Reunião da Comissão Executiva, 1º de outubro

4.6 INSTITUTO PAN-AMERICANO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA (IPGH)

Criado na Sexta Conferência Internacional Americana (Cuba, 1928), o Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH) oferece aos Estados membros cooperação e capacitação técnica, divulgação internacional de publicações e atividades científicas em cartografia, geografia, história e geofísica. O Instituto atende à demanda da comunidade científica e desempenha a função de interpretação do território, com base na análise geográfica e histórica e uma visão continental.

As atividades do IPGH relacionam-se às resoluções da Assembléia Geral, ao Conselho Diretor e à Reunião de Autoridades, consistentes com o plano “Agenda Pan-Americana do IPGH para 2010-2020” (Resolução No. 4, 2009).

▪ Situação econômica

As receitas do IPGH têm origem exclusivamente nas cotas de manutenção recebidas dos Estados membros, que não sofrem variação desde 1996, sendo portanto limitadas. No entanto, o fundo operacional encontra-se em situação saudável e a execução do Fundo Ordinário é relativamente normal, ainda que a receita tenha sofrido uma redução de 4%. Do total de cotas a pagar, a maior parte corresponde à dívida dos Estados membros.

▪ Programa de Assistência Técnica e Publicações

Como parte do orçamento do Fundo Ordinário para 2010, a Assembléia Geral (Equador, 2009) aprovou um Programa de Assistência Técnica composto por 30 projetos que, incluindo as contrapartidas, teve um custo de US\$ 634.580. A produção editorial de periódicos e publicações foi aceitável e comparável a anos recentes. Além disso, o acervo bibliográfico continuou sendo ampliado e já conta com 229.352 exemplares.

▪ Algumas realizações de 2010

Consolidaram-se muitos esforços em matéria de capacitação, desenvolvimento tecnológico e inovações. Em resumo, mencionam-se os seguintes: o Programa GeoSUL, o Instituto para a Integração da Pesquisa em Mudança Climática e Riscos Naturais (PASI) e o Acordo de Cooperação com a Federação Internacional de Geômetras (FIG).

▪ Programa GeoSUL

Foi lançado o primeiro portal de geografia da América do Sul, consistindo em mais uma contribuição da Corporação Andina de Fomento (CAF) e do IPGH ao desenvolvimento da infraestrutura de dados espaciais das Américas. Devido ao sucesso obtido, sua expansão para a América Central e o Caribe está sendo programada.

- **Instituto para a Integração da Pesquisa em Mudança Climática e Riscos Naturais (PASI)**

O Instituto foi criado no Panamá, como resultado da cooperação com a Associação Americana de Geógrafos (AAG), e está diretamente relacionado com as prioridades da agenda: ordenamento territorial, desastres naturais e mudança climática. Assim, pode-se dispor de um conjunto de pesquisas que agregam valor ao conhecimento produzido nas Américas sobre esses temas centrais.

- **Acordo de Cooperação com a Federação Internacional de Geômetras (FIG)**

Firmou-se um Acordo de Cooperação entre o IPGH e a FIG, entidade que representa os especialistas em temas relacionados ao valor, o uso e a administração da Terra.

- **Reuniões e Temas Estatutários**

Em 2010, foram realizadas as reuniões estatutárias previstas, as quais encontram-se listadas a seguir:

- Septuagésima Terceira Reunião de Autoridades (México, 30 de junho a 2 de julho)
- Septuagésima Quarta Reunião de Autoridades (Lima, 9 de novembro)
- Quadragésima Segunda Reunião do Conselho Diretor (Lima, 10 a 12 de novembro)

- **Situação da Seção Nacional do IPGH no Haiti**

Dentro de suas possibilidades, o IPGH presta auxílio ao Estado membro do Haiti, em especial aos historiadores e especialistas da Terra, para sua recuperação. O Conselho Diretor aprovou a Resolução no.4, “Cooperação do IPGH com o Haiti”, que se encontra em execução.

V. ATIVIDADES DO SECRETÁRIO-GERAL E DO SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO FORA DA SEDE

5.1 ATIVIDADES DO SECRETÁRIO-GERAL FORA DA SEDE

Janeiro

- 6/1/2010 Nova Orleans, Estados Unidos: Orador principal da Reunião Anual da Associação das Escolas Americanas de Direito 2010
- 11/1/2010 Nova York, Estados Unidos: Retiro de alto nível nas Nações Unidas com chefes de organizações regionais e outras organizações
- 14/1/2010 Cidade do Panamá, Panamá: Reunião oficial com o Presidente Ricardo Martinelli
- São José, Costa Rica: Posse do novo Diretor-Geral do IICA
- 18/1/2010 São Domingos, República Dominicana: Cúpula sobre o Haiti organizada pelo Governo da República Dominicana
- 24/1/2010 Montreal, Canadá: Cúpula sobre o Haiti organizada pelo Governo do Canadá

Fevereiro

- 8/2/2010 Quito, Equador: Cúpula sobre o Haiti organizada pela UNASUL
- 17/02/2010 Cidade do México, México: ONU - Reunião sobre coordenação regional na América Latina e no Caribe
- 27/2/2010 Montevideú, Uruguai: Posse do Presidente José Mujica
- Santiago, Chile: Missão oficial em virtude do terremoto

Março

- 8/3/2010 Ottawa, Canadá: Vigésimo aniversário do ingresso do Canadá na OEA
- Cidade do México: Reunião Anual da CITEL
- Santiago, Chile: Posse do Presidente Sebastián Piñera
- Roseau, Dominica: Reunião de Chefes de Estado da CARICOM
- 16/3/2010 Atlanta, Estados Unidos: Reunião no Centro Carter sobre a Carta Democrática Interamericana

Abril

- 5/4/2010 Cartagena, Colômbia: Fórum Econômico Mundial da América Latina
- 19/4/2010 Madri, Espanha: Diálogo na Secretaria-Geral Ibero-Americana
- 25/4/2010 São Salvador, El Salvador: Terceira Reunião da Comissão para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência. Reunião com o Presidente da República Mauricio Funes e com o Chanceler Hugo Martínez

Maio

- 3/5/2010 Tegucigalpa, Honduras: Missão em Honduras. Instalação da Comissão da Verdade.
- 7/5/2011 São José, Costa Rica: Posse da Presidente da Costa Rica, Laura Chinchilla

Junho

- 3/6/2010 Lima, Peru: Quadragésimo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA.
- 23/6/2010 Roma, Itália: Conferência Internacional: UE e Relações Latino-Americanas

Julho

- 1/7/2010 São Domingos, República Dominicana: Viagem especial para discutir a situação de Honduras.
- 4/7/2010 Montego Bay, Jamaica: Cúpula da CARICOM
- 15/7/2010 Quito, Equador: Reunião com o Presidente do Equador, Rafael Correa, e o Ministro das Relações Exteriores, Ricardo Patiño
- 20/7/2010 São Salvador, El Salvador: Cúpula Extraordinária do Sistema de Integração Centro-Americana (SICA)

Agosto

- 22/8/2010 São José, Costa Rica: Visita oficial.
Bogotá, Colômbia: Reunião com o Vice-Presidente da República; audiência com o Presidente da República e a Ministra das Relações Exteriores; audiência com autoridades do Congresso da República e Reunião com a equipe da MAPP
Port au Prince, Haiti: Visita de trabalho

Setembro

- 10/9/2010 Cidade do México, México: Conferência da FLACSO; Bicentenário da Independência do México
Santiago, Chile: Bicentenário da Independência do Chile
Assunção, Paraguai: Reunião com os Embaixadores do Mercosul; assinatura do Convênio de Cooperação entre o Poder Executivo do Paraguai e a OEA
- 20/9/2010 Nova York, Estados Unidos: Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas

Outubro

- 11/10/2010 Cidade do México, México: Fórum da Democracia Latino-Americana
- 25/10/2010 Paris, França; Viena, Áustria; Estocolmo, Suécia: Visita à OSCE e Governos Europeus

Novembro

- 5/11/2010 São José, Costa Rica; Manágua, Nicarágua: Controvérsia referente à fronteira Costa Rica - Nicarágua
- 15/11/2010 Atlanta, Estados Unidos: Quarto Fórum de Competitividade das Américas
- 16/11/2010 São Domingos, República Dominicana: Segunda Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Sustentável no Âmbito do CIDI
- 19/11/2010 La Paz e Santa Cruz, Bolívia; Santiago, Chile: Nona Conferência de Ministros da Defesa das Américas

Dezembro

- 3/12/2010 Mar del Plata, Argentina: Vigésima Cúpula Ibero-Americana, Mar del Plata 2010
- 16/12/2010 San Pedro, Belize: Visita oficial

5.2 ATIVIDADES DO SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO FORA DA SEDE

Janeiro

- 24/1/2010 Montreal, Canadá: Conferência Preparatória dos Ministros das Relações Exteriores sobre o Haiti
- 27/1/2010 República Dominicana e Haiti: Missão Especial na República Dominicana/Haiti após o terremoto de 12 de janeiro no Haiti

Fevereiro

- 10/2/2010 Cidade do Panamá, Panamá: Visita oficial
- 11/2/2010 São Salvador, El Salvador: Visita oficial
- 21/2/2010 Cancun, México: Cúpula da Unidade da América Latina e do Caribe
- 24/2/2010 Nova York, Estados Unidos: Assinatura de um memorando de entendimento entre o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC) e a OEA
- 25/2/2010 Brasília, Brasil: Oitava Reunião de Ministros da Justiça ou de Outros Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas

Março

- 6/3/2010 Brasília, Brasil: Visita oficial
- 11/3/2010 Roseau, Dominica: Reunião Intersessional da CARICOM
- 16/3/2010 São Domingos, República Dominicana: Reunião Preparatória à Conferência de Doadores para o Haiti
- 29/3/2010 Nova York, Estados Unidos: Conferência Internacional de Doadores para o Novo Futuro do Haiti

Abril

- 8/4/2010 Port au Prince, Haiti: Missão da OEA no Haiti
- 10/4/2010 Bogotá, Colômbia: Conferência de Jovens Empresários das Américas, "Oportunidades para o desenvolvimento da juventude: espírito empreendedor, inovação e sustentabilidade"
- 12/4/2010 Paramaribo, Suriname: Missão no Suriname
- 22/4/2010 Brasília, Brasil: Seminário "Tema decisivo: estruturas emergentes de governabilidade global" e Cúpula Brasil-CARICOM

Mai

- 5/5/2010 Panamá, Panamá: Reunião Panamá-Stimson Center, "Os seguintes 100 projetos: resposta à Resolução 1540 do Conselho de Segurança das Nações Unidas com crescimento e assistência para o desenvolvimento de capacidades".
- 10/5/2010 Port au Prince, Haiti: Reunião do Grupo de Trabalho sobre as eleições.
- 24/5/2010 Paramaribo, Suriname: Missão eleitoral

Junho

- 21/6/2010 Montego Bay, Jamaica: Quinto Fórum Bienal Ambiental do Caribe

Julho

4/7/2010 Montego Bay, Jamaica: Reunião de Chefes de Governo da CARICOM
7/7/2010 Cáli, Colômbia: Segunda Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Social no Âmbito do CIDI

Agosto

7/8/2010 Bogotá, Colômbia: Posse do Presidente da Colômbia
15/8/2010 Paramaribo, Suriname: Posse do Presidente do Suriname
25/8/2010 São Salvador, El Salvador: Visita preliminar em preparação para o Quadragésimo Primeiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral

Setembro

1/9/2010 Kingston, Jamaica: Consulta regional às partes interessadas sobre a legislação modelo para o registro e financiamento de partidos e campanhas políticas
21/9/2010 Nova York, Estados Unidos: Assembléia Geral da ONU
26/9/2010 Saint Georges, Grenada: Práticas ótimas sobre o registro civil: promoção da inclusão social

Outubro

11/10/2010 Guatemala, Guatemala: Conferência Internacional de Doadores para a Reconstrução da Guatemala
16/10/2010 Fort Lauderdale, EUA: Heróis do Hemisfério, FUPAD
28/10/2010 Port of Spain, Trinidad e Tobago Visita oficial
29/10/2010 Paramaribo, Suriname: Visita oficial

Novembro

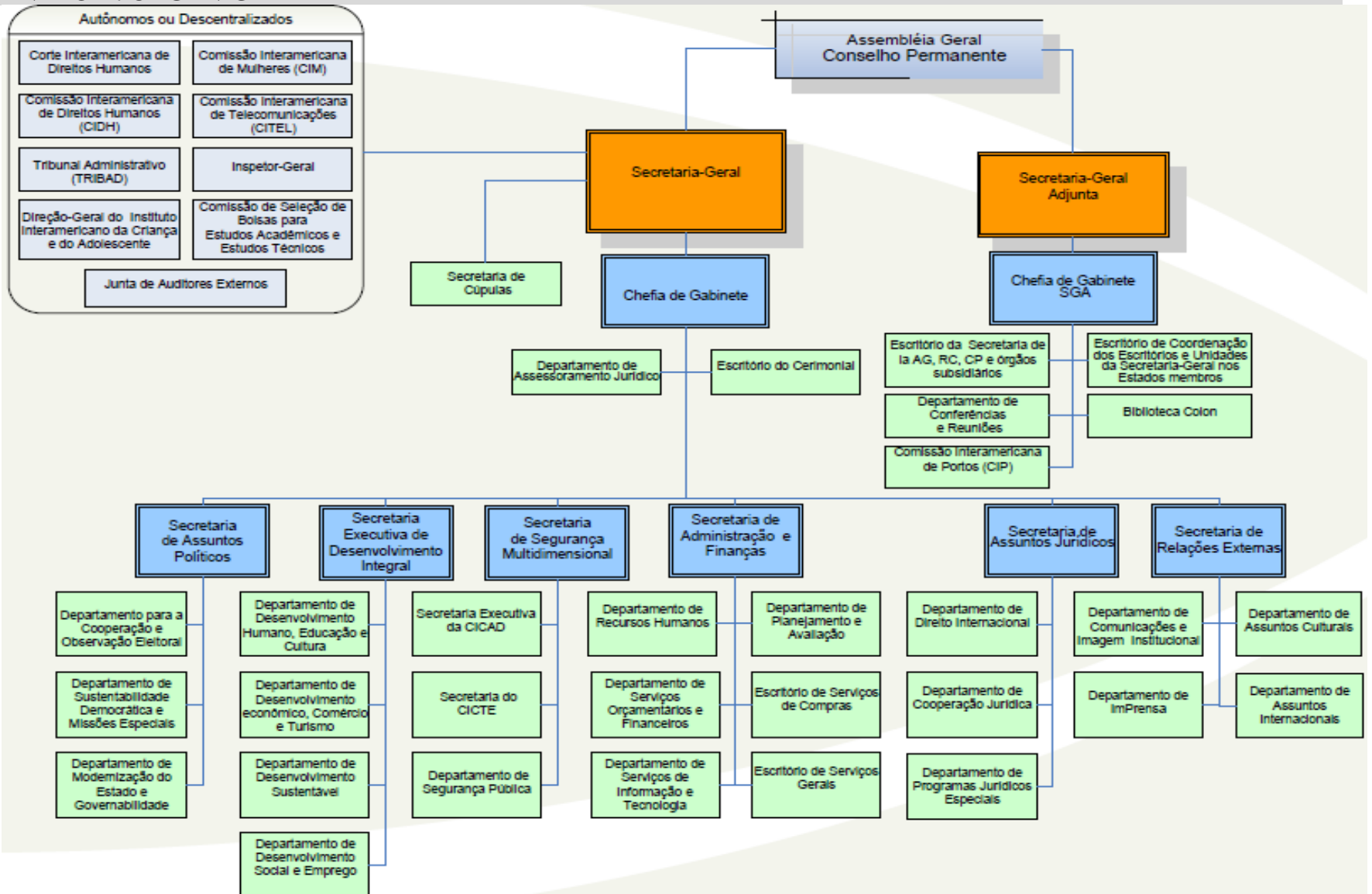
2/11/2010 Bridgetown, Barbados Funeral do Primeiro-Ministro David Thompson
03/11/2010 Cidade de Quebec, Canadá: Visita oficial
4/11/2010 Ottawa, Canadá: Visita oficial
13/11/2010 Atlanta, EUA: Terceiro Encontro de Autoridades e Conselhos de Competitividade das Américas
16/11/2010 São Domingos, República Dominicana: Reunião Interamericana de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Sustentável no Âmbito do CIDI

Dezembro

01/12/2010 Miami, EUA: Reunião CCAA

ANEXOS

ANEXO A: ORGANIGRAMA



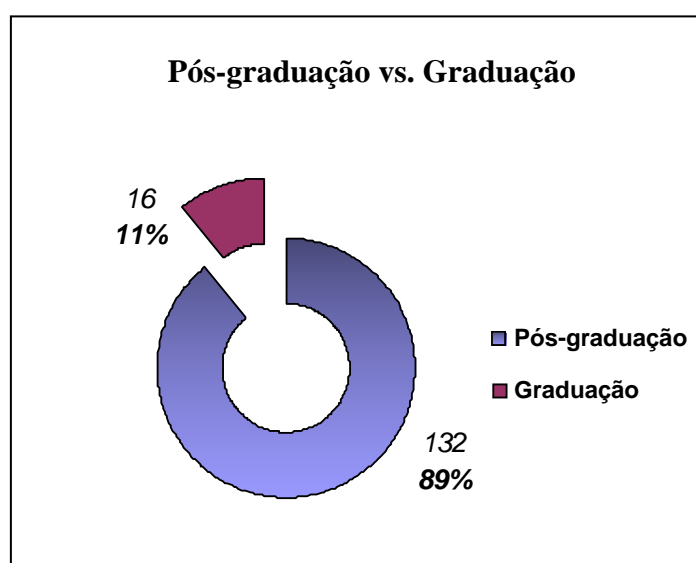
ANEXO B: PROGRAMAS DE BOLSAS DE ESTUDO E TREINAMENTO

Estatísticas do período 2010-201 - 25 de janeiro de 2011

NOTA: As estatísticas do período 2010-2011 refletem o número de candidatos selecionados para as bolsas de estudo da OEA. Considerando-se que o processo de concessão de bolsas está em andamento, o número final de bolsistas deverá sofrer alteração.

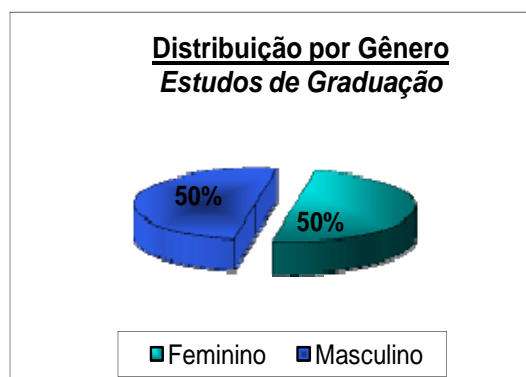
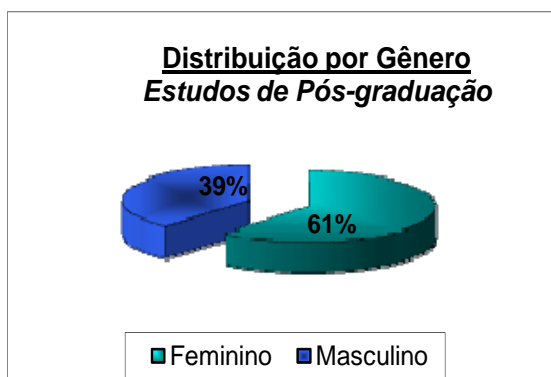
▪ Número de bolsas de estudo

	PÓS-GRADUAÇÃO	GRADUAÇÃO
Total de bolsistas	132	16



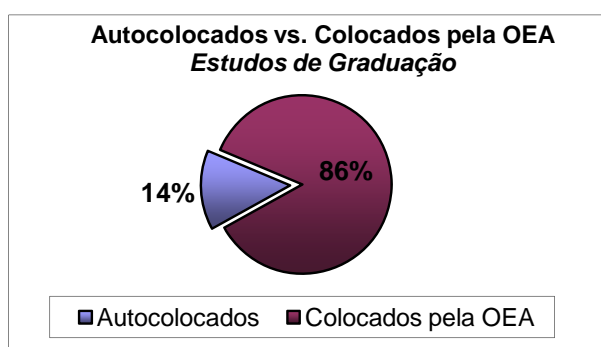
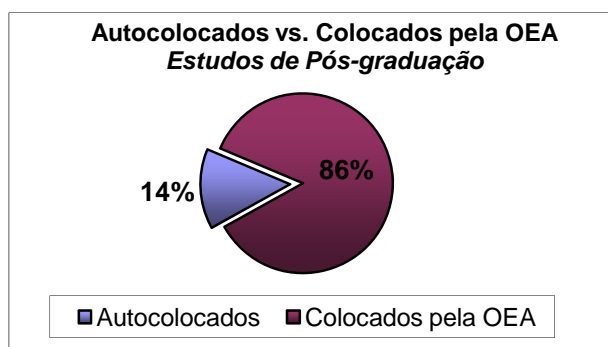
▪ Distribuição por gênero

	PÓS-GRADUAÇÃO	GRADUAÇÃO
Mulheres	81	8
Homens	51	8



▪ **Distribuição por modalidade de concessão de bolsas de estudo**

	PÓS-GRADUAÇÃO	GRADUAÇÃO
Pedidos de concessão para instituição específica	19	12
Pedidos de concessão para instituição a ser selecionada pela OEA	113	4



* *Resumo das modalidades de concessão de bolsas em 26 de janeiro de 2011:*

Bolsistas de pós-graduação:

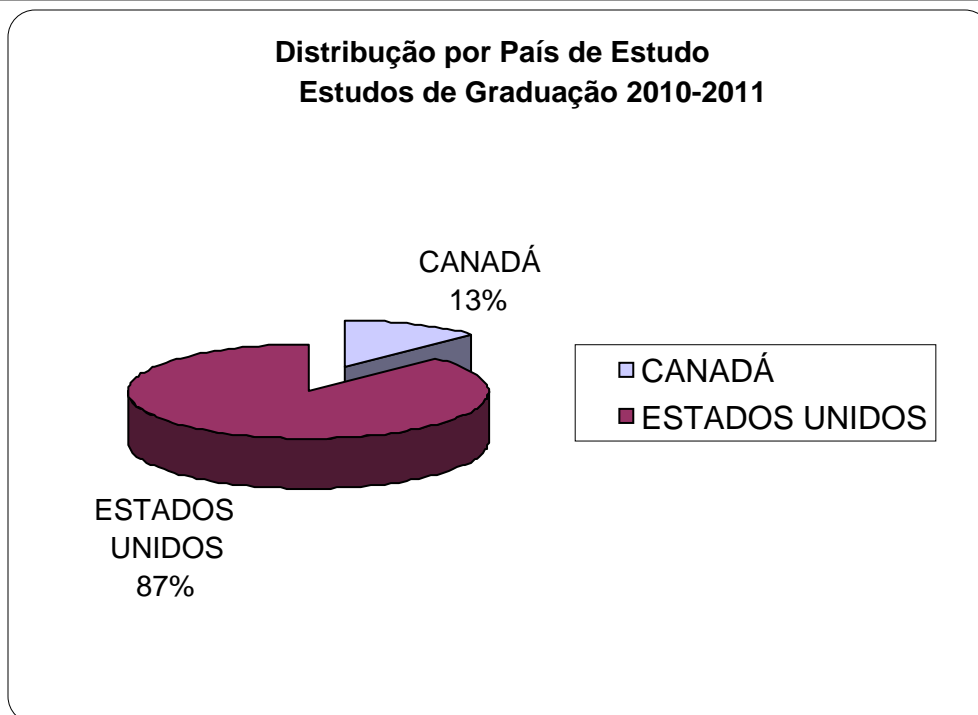
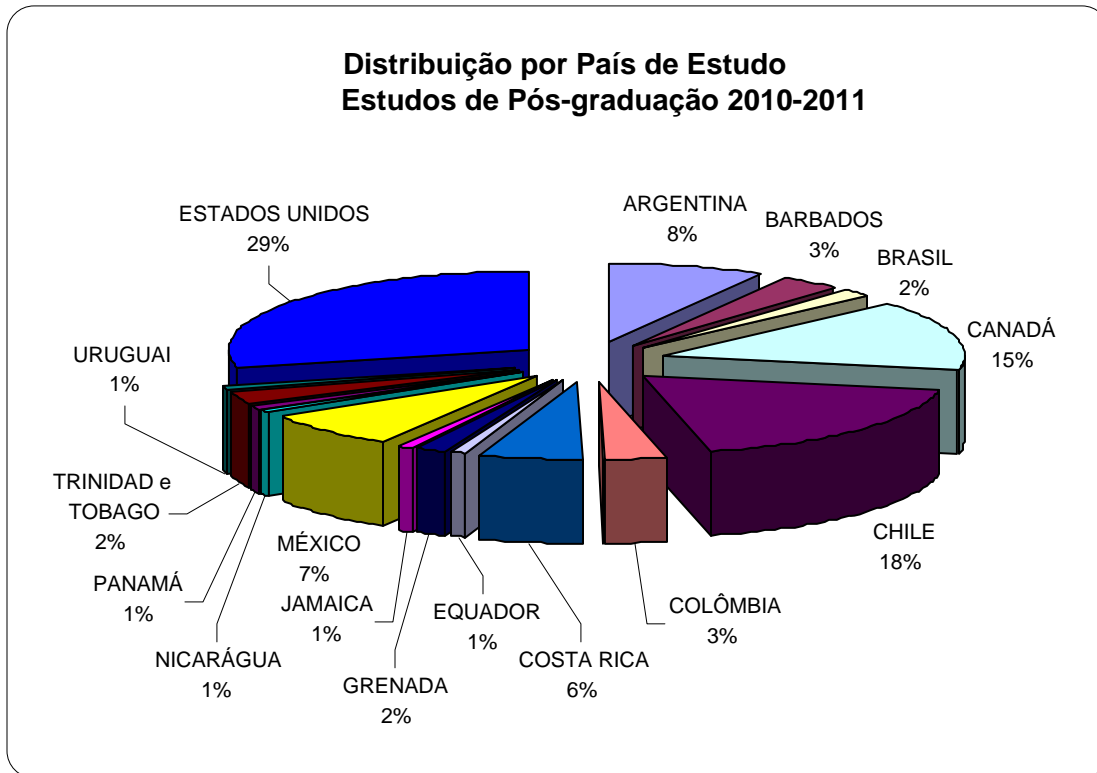
	Concessão encerrada	Concessão em andamento
Pedidos de concessão para instituição específica	19	0
Unidades de concessão do DDHEC	113	11
LASPAU	0	0
Total de casos concluídos		121
Total de casos pendentes		11

Bolsistas de graduação:

	Concessão encerrada	Concessão em andamento
Pedidos de concessão para instituição específica	12	0
Unidades de concessão do DDHEC	4	0
LASPAU	0	0
Total de casos concluídos		16
Total de casos pendentes		0

▪ **Distribuição por país de estudo**

Nos gráficos abaixo somente foram considerados estudantes que receberam e aceitaram seus contratos (pós-graduação: 121, graduação: 16)



ANEXO C: DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DA OEA

DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DA OEA

Quadro 1

Demonstrativo combinado de ativos, passivos e saldos de fundos

Em 31 de dezembro de 2010 com totais comparativos com relação a 2009

(Preliminar e não auditado)

(em milhares de US\$)

	Fundo Ordinário	FEMCIDI	Fundos específicos	Fundos de serviço ^(A)	Combinado	
					2010	2009
Ativos						
Dinheiro e depósitos em custódia no Fundo de Tesouraria da OEA	2,971	7,741	95,331	8,366	114,409	122,803
Ativos diferidos relacionados a dotações de anos futuros (B)	5,914	-	-	-	5,914	5,996
Contas a receber - Fundo de Reembolso de Impostos	-	-	-	-	-	6,990
Adiantamentos a empregados e outras contas a receber	704	-	-	61	765	692
Investimento em fundo de ativos fixos	54,306	-	-	-	54,306	54,509
Total de ativos	63,895	7,741	95,331	8,427	175,394	190,990
Passivos e saldos de fundos						
Compromissos a liquidar	2,049	1,528	12,410	1,940	17,927	20,108
Cotas/oferecimentos arrecadados antecipadamente	19	-	-	-	19	180
Dotações a debitar em anos futuros (B)	5,914	-	-	-	5,914	5,996
Contas a pagar ao Fundo Ordinário	-	-	-	-	-	6,990
Contas a pagar e outros passivos	743	34	1,092	222	2,091	1,516
Reserva para pagamento de terminações	818	-	-	2,469	3,287	2,379
Notas a pagar à vista	22,290	-	-	-	22,290	22,730
Total dos passivos	31,833	1,562	13,502	4,631	51,528	59,899
Saldos de fundos						
Reserva para bolsas de estudo	25	-	-	-	25	25
Financiamento do Fundo Ordinário em 2010 - AG/RES. 1 (XXXVII-E/09)	-	-	-	-	-	6,749
Subfundo de Reserva não restringido	21	-	-	-	21	405
Saldos de fundos	-	6,179	81,829	3,796	91,804	92,133
Total dos saldos de fundos	46	6,179	81,829	3,796	91,850	99,312
Patrimônio em ativos fixos restringido	32,016	-	-	-	32,016	31,779
Total de passivos e saldos de fundos	63,895	7,741	95,331	8,427	175,394	190,990

(A) Inclui o Fundo de Reembolso de Impostos.

(B) Valor corrente das anuidades da OEA (pagamentos vitalícios aos ex-secretários-gerais e ex-secretários-gerais adjuntos).

Quadro 2

Demonstrativo combinado de variações nos saldos de fundos

Referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, com totais comparativos com relação a 2009

(Preliminar e não auditado)

(em milhares de US\$)

	Fundo Ordinário	FEMCIDI	Fundos específicos	Fundos de serviços ^(A)	Eliminação de transações entre fundos	Combinado	
						2010	2009
Aumentos							
Arrecadação de cotas / oferecimentos	78,149	1,417	-	-	(157)	79,409	81,828
Menos: créditos por pagamento oportuno	(470)	-	-	-	-	(470)	(443)
Contribuições	-	-	68,635	28	-	68,663	73,094
Restituição de impostos	-	-	-	15,112	-	15,112	3,635
Transferências	-	101	1,146	5,176	(6,113)	310	157
Juros	452	262	2,742	94	-	3,550	2,947
Contribuições para apoio administrativo e técnico	3,149	-	-	9,854	(12,906)	97	-
Aluguéis	500	-	-	1,487	-	1,987	1,810
Assinaturas da Revista Américas	213	-	-	-	-	213	228
Outras receitas e reembolsos	1,650	45	1,299	2,994	(2,690)	3,298	3,753
Total de aumentos	83,643	1,825	73,822	34,745	(21,866)	172,169	167,009
Reduções							
Despesas e compromissos	90,125	4,710	69,589 ^(B)	15,753 ^(B)	(15,002)	165,175	162,106
Reembolso de impostos	-	-	-	8,268	-	8,268	6,558
Transferências	200	-	3,118	2,752	(4,468)	1,602	1,404
Transferências relacionadas a transações de anos anteriores	-	-	1,586	810	(2,396)	-	-
Reembolsos aos doadores	-	-	4,135	-	-	4,135	3,058
Dotações suplementares	177	-	-	-	-	177	65
Revista Américas	274	-	-	-	-	274	169
Total de reduções	90,776	4,710	78,428	27,583	(21,866)	179,631	173,360
Aumento (redução) líquido no período	(7,133)	(2,885)	(4,606)	7,162	-	(7,462)	(6,351)
Saldo de fundos no início do período	7,179	9,064	86,435	(3,366)	-	99,312	105,663
Saldo de fundos no encerramento do período	46	6,179	81,829	3,796	-	91,850	99,312

(A) Inclui o Fundo de Reembolso de Impostos.

(B) A Execução líquida compreende as despesas e compromissos de 2009 menos as obrigações com saldos provenientes de anos anteriores.

**DETALHAMENTO DE DESPESAS E OBRIGAÇÕES DO FUNDO ORDINÁRIO
POR CAPÍTULO**

Referente ao ano encerrado em 31 de dezembro de 2010

(em milhares de US\$)

	2010	2009
Secretário-Geral	\$ 4,498.71	\$ 4,676.58
Secretário-Geral Adjunto	17,089.92	17,208.71
Entidades e dependências autônomas ou descentralizadas	11,383.79	11,147.71
Secretaria de Assuntos Jurídicos	2,902.17	2,784.76
Secretaria de Segurança Multidimensional	4,234.16	4,543.20
Departamento de Assuntos Jurídicos Internacionais	4,379.64	4,265.10
Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral	14,590.15	16,253.83
Secretaria de Relações Externas	5,137.81	5,269.03
Secretaria de Administração e Finanças	11,240.70	11,056.98
Infra-estrutura básica e despesas comuns	14,667.95	12,887.72
Bolsas de estudo	-	202.70
TOTAL	\$ 90,125.00	\$ 90,296.32

ORÇAMENTO-PROGRAMA: NÍVEIS DE EXECUÇÃO

